



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALEC



MINISTÉRIO
DOS TRANSPORTES

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA FERROVIA OESTE LESTE (EF 334), ENTRE FIGUEIRÓPOLIS (TO) E ILHÉUS (BA)

VOLUME 2L - SOCIOECONOMIA

**ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA
FERROVIA OESTE LESTE – EF 334**

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
5.3 – DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO MEIO SOCIOECONÔMICO	4
5.3.1 – METODOLOGIA APLICADA	4
5.3.2 – CARACTERIZAÇÃO POPULACIONAL	8
▪ ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA E INDIRETA	8
▪ QUANTITATIVO, DISTRIBUIÇÃO E MAPEAMENTO DA POPULAÇÃO	8
▪ CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO	16
▪ DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	23
▪ DENSIDADE DEMOGRÁFICA E AGLOMERADOS URBANOS E RURAIS	28
▪ DIVISÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA E ZONEAMENTOS EXISTENTES	38
▪ INFRAESTRUTURA DE EDUCAÇÃO	45
▪ INFRAESTRUTURA DE SAÚDE	55
▪ INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE	60
▪ INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO	62
▪ INFRAESTRUTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	65
▪ INFRAESTRUTURA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	68
▪ INFRAESTRUTURA DE COLETA DE LIXO	71
▪ INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA	74
▪ SEGURANÇA PÚBLICA	76
▪ ORGANIZAÇÃO SOCIAL	80
▪ PADRÕES DE MIGRAÇÃO	93
▪ EXPECTATIVAS DA POPULAÇÃO	102
5.3.3 – CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE E DOENÇAS ENDÊMICAS	104
▪ DOENÇAS ENDÊMICAS	104
▪ MEDIDAS DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE VETORES	106
▪ ATENDIMENTO PORTARIA 47 SVS/MS	107
5.3.4 – ESTRUTURA PRODUTIVA E DE SERVIÇOS	108
▪ PRODUÇÃO	108
▪ CONTRIBUIÇÃO SETORIAL E NÍVEL TECNOLÓGICO	116
▪ DESTINAÇÃO E RELAÇÕES DE TROCA ENTRE AS ECONOMIAS LOCAL, REGIONAL E NACIONAL	126
▪ ASPECTOS DA ECONOMIA INFORMAL	131
▪ POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, RENDA E EMPREGO	136
▪ ATIVIDADES PRODUTIVAS DAS COMUNIDADES ATINGIDAS	142
▪ VETORES DE CRESCIMENTO E INTERFERÊNCIAS COM O EMPREENHIMENTO	142

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 5.3.1 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR REGIÃO, 2007	8
TABELA 5.3.2 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL TOCANTINENSE, 2007	9
TABELA 5.3.3 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO OESTE BAIANO, 2007	9
TABELA 5.3.4 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO SÃO FRANCISCO, 2007	11
TABELA 5.3.5 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA SERRA DO ESPINHAÇO, 2007	12
TABELA 5.3.6 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO RIO DE CONTAS, 2007	13
TABELA 5.3.7 – POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO DA REGIÃO DE MATA ATLÂNTICA, 2007	13
TABELA 5.3.8 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO POR REGIÃO, 1991-2007	16
TABELA 5.3.9 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: SUL TOCANTINENSE, 1991-2007	16
TABELA 5.3.10 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: OESTE BAIANO, 1991-2007	17
TABELA 5.3.11 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: BACIA SÃO FRANCISCO, 1991-2007	18
TABELA 5.3.12 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: SERRA DO ESPINHAÇO, 1991-2007	19
TABELA 5.3.13 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: MÉDIO RIO DE CONTAS, 1991-2007	19
TABELA 5.3.14 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: MATA ATLÂNTICA, 1991-2007	20
TABELA 5.3.15 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO E POR REGIÃO, 1991 E 2000	23
TABELA 5.3.16 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO: SUL TOCANTINENSE	24
TABELA 5.3.17 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO: OESTE BAIANO, 1991 E 2000	25
TABELA 5.3.18 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO: BACIA DO SÃO FRANCISCO,	26
TABELA 5.3.19 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO: SERRA DO ESPINHAÇO,	26
TABELA 5.3.20 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO: MÉDIO RIO DE CONTAS,	27
TABELA 5.3.21 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO: MATA ATLÂNTICA	28
TABELA 5.3.22 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA POR REGIÃO, 2000	29
TABELA 5.3.23 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA: SUL TOCANTINENSE, 2000	30
TABELA 5.3.24 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA: OESTE BAIANO, 2000	34
TABELA 5.3.25 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA: BACIA DO SÃO FRANCISCO, 2000	35
TABELA 5.3.26 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA: SERRA DO ESPINHAÇO, 2000	36
TABELA 5.3.27 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA: MÉDIO RIO DE CONTAS, 2000	36
TABELA 5.3.28 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA: MATA ATLÂNTICA, 2000	37
TABELA 5.3.29 – MUNICÍPIOS DA AII POR MICRO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	38
TABELA 5.3.30 – MUNICÍPIOS DA AII (TOCANTINS) POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS	40
TABELA 5.3.31 – MUNICÍPIOS DA AII (BAHIA) POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE	42

<u>TABELA 5.3.32 – TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO POR REGIÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA, 2000</u>	45
<u>TABELA 5.3.33 – TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO: SUL TOCANTINENSE, 2000</u>	46
<u>TABELA 5.3.34 – TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO - OESTE BAIANO, 2000</u>	47
<u>TABELA 5.3.35 – TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO: BACIA DO SÃO FRANCISCO, 2000</u>	47
<u>TABELA 5.3.36 – TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO - SERRA DO ESPINHACO, 2000</u>	48
<u>TABELA 5.3.37 – TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO - MÉDIO RIO DE CONTAS, 2000</u>	49
<u>TABELA 5.3.38 – TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO: MATA ATLÂNTICA, 2000</u>	49
<u>TABELA 5.3.39 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, CORPO DOCENTE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL POR REGIÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA, 2007</u>	50
<u>TABELA 5.3.40 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, CORPO DOCENTE E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO POR REGIÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA, 2006</u>	51
<u>TABELA 5.3.41 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, CORPO DOCENTE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL POR MUNICÍPIO, 2007</u>	51
<u>TABELA 5.3.42 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, CORPO DOCENTE E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO POR MUNICÍPIO, 2006</u>	53
<u>TABELA 5.3.43 – INDICADORES DE RECURSOS EM SAÚDE POR MUNICÍPIO DA AII, 2007</u>	55
<u>TABELA 5.3.44 – INDICADORES DE MORTALIDADE INFANTIL E EXPECTATIVA DE VIDA POR MUNICÍPIO DA AII, 2000</u>	58
<u>TABELA 5.3.45 – MEIOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR MUNICÍPIO DA AII, 2008</u>	60
<u>TABELA 5.3.46 – EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AII, 2001</u>	63
<u>TABELA 5.3.47 – FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (%), POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NAS REGIÕES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA, 2000</u>	65
<u>TABELA 5.3.48 – FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (%), POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA, 2000</u>	66
<u>TABELA 5.3.49 – TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (%), POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO</u>	68
<u>TABELA 5.3.50 – TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (%), POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – REGIÕES E MUNICÍPIOS DA AII, 2000</u>	69
<u>TABELA 5.3.51 – DESTINO DO LIXO (%), POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NAS REGIÕES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA, 2000</u>	71
<u>TABELA 5.3.52 – DESTINO DO LIXO (%), POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA, 2000</u>	72
<u>TABELA 5.3.53 – UTILIZAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA POR MUNICÍPIO DA AII, 2000</u>	74
<u>TABELA 5.3.54 – ACESSO À TERRA E TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NA AII TOCANTINENSE</u>	82

TABELA 5.3.55 – ACESSO À TERRA E TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NA AII BAIANA	86
TABELA 5.3.56 – POPULAÇÃO RESIDENTE NATURAL E MIGRANTE POR REGIÃO, 2000	94
TABELA 5.3.57 – POPULAÇÃO RESIDENTE NATURAL E MIGRANTE SUL TOCANTINENSE, 2000	94
TABELA 5.3.58 – POPULAÇÃO RESIDENTE NATURAL E MIGRANTE -OESTE BAIANO, 2000	95
TABELA 5.3.59 – POPULAÇÃO RESIDENTE NATURAL E MIGRANTE- BACIA DO SÃO FRANCISCO, 2000	96
TABELA 5.3.60 – POPULAÇÃO RESIDENTE NATURAL E MIGRANTE - SERRA DO ESPINHAÇO, 2000	97
TABELA 5.3.61 – POPULAÇÃO RESIDENTE NATURAL E MIGRANTE - MÉDIO RIO DE CONTAS, 2000	98
TABELA 5.3.62 – POPULAÇÃO RESIDENTE NATURAL E MIGRANTE - MATA ATLÂNTICA, 2000	98
TABELA 5.3.63 – ENDEMIAS MAIS FREQUÊNTES NA AII	106
TABELA 5.3.64 – PRODUTO INTERNO BRUTO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA POR REGIÃO, 2005	108
TABELA 5.3.65 – PRODUTO INTERNO BRUTO - SUL TOCANTINENSE, 2005	109
TABELA 5.3.66 – PRODUTO INTERNO BRUTO - OESTE BAIANO, 2005	110
TABELA 5.3.67 – PRODUTO INTERNO BRUTO - BACIA DO SÃO FRANCISCO, 2005	110
TABELA 5.3.68 – PRODUTO INTERNO BRUTO - SERRA DO ESPINHAÇO, 2005	111
TABELA 5.3.69 – PRODUTO INTERNO BRUTO - MÉDIO RIO DE CONTAS, 2005	112
TABELA 5.3.70 – PRODUTO INTERNO BRUTO POR MUNICÍPIO DA MATA ATLÂNTICA, 2005	114
TABELA 5.3.71 – ATIVIDADE SETORIAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA POR REGIÃO, 2005	116
TABELA 5.3.72 – ATIVIDADE SETORIAL POR MUNICÍPIO DO SUL TOCANTINENSE, 2005	117
TABELA 5.3.73 – ATIVIDADE SETORIAL POR MUNICÍPIO DO OESTE BAIANO, 2005	118
TABELA 5.3.74 – ATIVIDADE SETORIAL NA BACIA DO SÃO FRANCISCO, 2005	118
TABELA 5.3.76 – ATIVIDADE SETORIAL POR MUNICÍPIO DO MÉDIO RIO DE CONTAS, 2005	122
TABELA 5.3.77 – ATIVIDADE SETORIAL POR MUNICÍPIO DA MATA ATLÂNTICA, 2005	124
TABELA 5.3.78 – PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO POR REGIÃO, 2007	126
TABELA 5.3.79 – PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO POR REGIÃO, 2007	128
TABELA 5.3.80 – PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO INTERESTADUAL DA BAHIA	129
TABELA 5.3.81 – POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIA DE OCUPAÇÃO, 2000 (%)	132
TABELA 5.3.82 – POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIA NA REGIÃO DO SUL TOCANTINENSE, 2000 (%)	132
TABELA 5.3.83 – POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIA NO OESTE BAIANO, 2000 (%)	133
TABELA 5.3.84 – POPULAÇÃO OCUPADA BACIA SÃO FRANCISCO, 2000 (%)	134
TABELA 5.3.85 – POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIA - SERRA DO ESPINHAÇO, 2000 (%)	134

TABELA 5.3.86 – POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIA - MÉDIO RIO DE CONTAS, 2000 (%)	135
TABELA 5.3.87 – POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIA MATA ATLÂNTICA, 2000 (%)	135
TABELA 5.3.88 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, TAXA DE PARTICIPAÇÃO E NÍVEL DE DESEMPREGO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA, 2000	137
TABELA 5.3.89 - RENDA PER CAPITA (2000) DOS MUNICÍPIOS DA AII	140

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 5.3.1 – MAPA DE PONTOS DE CAMPO DO MEIO ANTRÓPICO	6
FIGURA 5.3.2 – MAPA DE DIVISÃO REGIONAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA	7
FIGURA 5.3.3 – MAPEAMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA DE INFLUÊNCIA, 2007	15
FIGURA 5.3.4 – MAPA DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO ANUAL, 2000-2007	22
FIGURA 5.3.5 – MAPA DA MALHA SETORIAL RURAL E URBANA, 2000	32
FIGURA 5.3.6 – MAPA DA DENSIDADE RURAL, 2000	33
FIGURA 5.3.7 – MAPA DE ÁREA DE USO LEGAL, RESTRITO E POTENCIAL PARA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DO TOCANTINS	43
FIGURA 5.3.8 – MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	44
FIGURA 5.3.10 – MAPA DE PROPORÇÃO DE MIGRANTES, 2000	100
FIGURA 5.3.11 – MAPA DE ORIGEM PRINCIPAL DOS MIGRANTES, 2000	101
FIGURA 5.3.12 – MAPA DO PRODUTO INTERNO BRUTO, 2005	115
FIGURA 5.3.13 – PRINCIPAIS ESTADOS COMPRADORES DA BAHIA, 1999	130
FIGURA 5.3.14 – PRINCIPAIS ESTADOS COMPRADORES DO TOCANTINS, 1999	131

APRESENTAÇÃO

Este estudo se destina à obtenção da LICENÇA PRÉVIA, segundo as resoluções CONAMA 001/86 e 237/97, compreendendo a Avaliação da Viabilidade Ambiental da Ferrovia Leste Oeste, conforme está Previsto no Plano Nacional de Viação, segundo a Lei N° 11.772, de 17 de Setembro de 2008. Nessa fase, é definida uma diretriz básica e um corredor, no qual serão estudadas as alternativas de traçado. O levantamento ambiental enfoca esse corredor de forma que as sugestões e recomendações devem ser incorporadas no futuro projeto básico.

O Estudo compreendeu a realização de um conjunto de atividades técnicas que incluíram o levantamento dos recursos naturais e antrópicos, proporcionando a elaboração do diagnóstico ambiental, a identificação, previsão e avaliação dos impactos significativos, as medidas mitigadoras e compensatórias e o monitoramento dos impactos ambientais.

A presente análise considerou os impactos de caráter regional e antrópico com um todo, embora se saiba que o empreendedor da Ferrovia não é o responsável institucional e legal por implantar possíveis programas estratégicos ambientais e de desenvolvimento associados.

Os estudos foram divididos em quatro volumes, sendo o segundo subdividido em treze tomos, para facilitar sua leitura e manuseio. O conteúdo de cada volume e tomo segue a itemização estabelecida no Termo de Referência, conforme está apresentado no quadro abaixo.

CORRESPONDÊNCIA ENTRE O ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E O TERMO DE REFERÊNCIA

VOLUME	TOMO	CONTEÚDO (ITENS DO TR)
Volume 1 O Empreendimento	Único	1 - Identificação do Empreendedor e da Consultora 2 - Dados do Empreendimento 3 - Alternativas Tecnológicas e Locacionais 4 - Área de Influência do Empreendimento
Volume 2 Diagnóstico Ambiental	2A – Meio Físico	5.1.1 – Metodologia Aplicada 5.1.2 – Clima 5.1.3 – Geologia 5.1.4 – Geomorfologia 5.1.5 – Solos
	2B – Meio Físico	5.1.6 - Recursos Hídricos 5.1.6.1 – Hidrologia 5.1.6.2 – Hidrogeologia 5.1.6.3 – Qualidade da Água

VOLUME	TOMO	CONTEÚDO (ITENS DO TR)
	2C – Meio Biótico - Flora	5.2.1 – Metodologia Aplicada 5.2.2 – Flora (Caracterização da AII, Caracterização da AID e Caracterização das áreas amostradas)
	2D – Meio Biótico - Flora	5.2.2 – Flora (Resultados, conclusão e Dados brutos)
	2E – Meio Biótico - Fauna	5.2.3 – Fauna 5.2.3.1 – Caracterização do Ecossistema da AID
	2F – Meio Biótico - Fauna	5.2.3.2 – Metodologia dos Levantamentos
	2G – Meio Biótico - Fauna	5.2.3.3 – Apresentação dos Resultados (Mastofauna)
	2H – Meio Biótico - Fauna	5.2.3.3 – Apresentação dos Resultados (Avifauna)
	2I – Meio Biótico - Fauna	5.2.3.3 – Apresentação dos Resultados (Herpetofauna)
	2J – Meio Biótico - Fauna	5.2.3.3 – Apresentação dos Resultados (Ictiofauna – Levantamento Preliminar)
	2K – Meio Biótico - Fauna	5.2.3.4 - Conclusões 5.2.4 – Unidades de Conservação 5.2.5 – Corredores Ecológicos 5.2.6 – Bioindicadores 5.2.7 – Síntese
		5.3.1 – Metodologia Aplicada 5.3.2 – Caracterização Populacional 5.3.3 – Condições de Saúde e Endemias 5.3.4 – Estrutura Produtiva e de Serviços
2L – Meio Socioeconômico	5.3.5 – Uso e Ocupação do Solo 5.3.6 – Reassentamento e Desapropriação 5.3.7 – Comunidades Tradicionais e/ou Quilombolas 5.3.8 – Comunidades Indígenas 5.3.9 – Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	
2M – Meio Socioeconômico	5.3.5 – Uso e Ocupação do Solo 5.3.6 – Reassentamento e Desapropriação 5.3.7 – Comunidades Tradicionais e/ou Quilombolas 5.3.8 – Comunidades Indígenas 5.3.9 – Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico	
Volume 3 Avaliação dos Impactos	Único	5.4 – Passivos Ambientais 5.4.1 – Meio Físico

VOLUME	TOMO	CONTEÚDO (ITENS DO TR)
Ambientais		5.4.2 – Meio Biótico 6 - Análise Integrada 7 - Prognóstico e Avaliação dos impactos 8 – Medidas Mitigadoras, Compensatórias e Programas Ambientais; 9 – Conclusões; 10 – Bibliografia; e 11 – Glossário
RIMA	Único	Relatório de Impacto Ambiental - RIMA

Este é o Volume 2L – Meio Socioeconômico, conforme o quadro acima.

5.3 – DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DO MEIO SOCIOECONÔMICO

5.3.1 – METODOLOGIA APLICADA

A caracterização socioeconômica da Área de Influência foi feita por meio da coleta, interpretação e análise de dados obtidos em fontes secundárias e primárias. O primeiro passo consistiu na construção de um banco de dados a partir de bases secundárias. Os dados utilizados incluíram, além de tabelas consolidadas disponíveis em diversas publicações, microdados que serviram para a elaboração de novas variáveis e indicadores.

O banco de dados foi ainda incorporado a um Sistema Geográfico de Informação - SIG. Por meio do SIG, foram utilizadas diversas ferramentas/algoritmos de análise espacial, como a determinação da Área de Influência Indireta, a identificação de pontos de interferência do meio antrópico e a análise de correlação espacial entre duas ou mais variáveis. A utilização de um SIG também facilitou a sistematização do banco de dados e sua representação em mapas.

A coleta de dados primários foi feita por meio do envio de equipe para percorrer a Área de Influência. A atividade, ocorrida entre os dias 17 e 24 de Setembro de 2008, serviu para o reconhecimento *in loco* dos principais municípios da Área de Influência e os pontos críticos do traçado relativos às interferências antrópicas, tais como passagens por áreas urbanas, projetos de assentamento, entre outros. O trabalho de campo foi modelado por meio de roteiro previamente elaborado e pesquisa qualitativa com diversos representantes dos grupos sociais envolvidos. A atividade permitiu um melhor entendimento das variáveis socioeconômicas obtidas e revelou novos campos de investigação, como, por exemplo, o reconhecimento de atores e organizações até então desconhecidos. Os locais percorridos (pontos de campo) estão apresentados na Figura 5.3.1 abaixo.

Esse conjunto de informações primárias e secundárias foi posteriormente organizado e georreferenciado. Para a elaboração do Estudo, optou-se preferencialmente pela escala municipal de análise. Em alguns casos, frente à disponibilidade de informação, foram apresentados dados em escala intraurbana. Isso aconteceu, por exemplo, na apresentação da densidade populacional urbana e rural. Como a população e a área do município podem ser decompostas, os indicadores são apresentados separadamente, enriquecendo a análise.

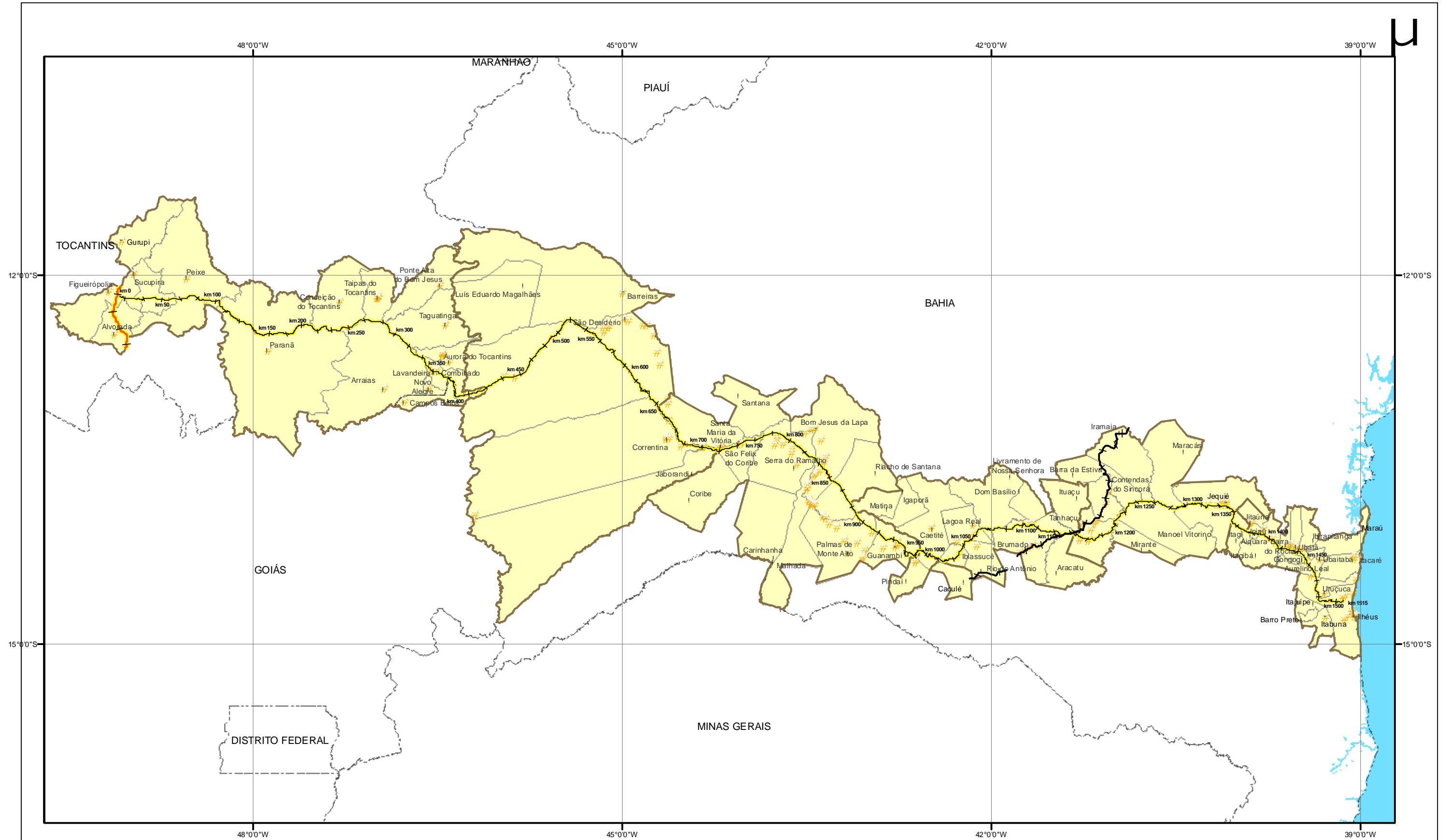
Por outro lado, o acompanhamento das relações de troca esbarrou na falta de dados municipais. As exportações/importações foram disponibilizadas recentemente pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mas não existem registros sobre o comércio intermunicipal, nem mesmo sobre o comércio interestadual. Para contornar essa situação, foram utilizadas estimativas do comércio interestadual, a partir de publicação do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA.

A apresentação preferencial dos dados em escala municipal esbarrou em mais uma dificuldade. Como foram selecionados de acordo com o critério para a Área de Influência Indireta, 71 municípios, a leitura dos dados para todos os municípios de forma seqüencial, a cada novo tópico, tornaria a análise cansativa e dispersiva, além de criar problemas para os *layout* das tabelas. Dessa forma, optou-se por agrupar os municípios em regiões, e apresentar os dados socioeconômicos em grupos de municípios, destacando as características de cada região, porém mantendo a escala final de análise municipal.

Os 71 municípios foram agrupados em seis regiões, a partir de similaridades tanto socioeconômicas, quanto bióticas e físicas. As regiões delimitadas são: sul tocantinense, oeste baiano, Bacia do São Francisco, Serra do Espinhaço, Médio Rio de Contas e Mata Atlântica (ver Figura 5.3.2).

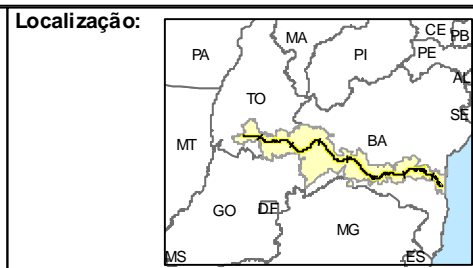
O levantamento do Potencial Arqueológico compreendeu uma etapa de Pesquisa Bibliográfica e Cartográfica que objetivou a identificação de possíveis locais de passagem e/ou assentamento realizados por populações antigas. Foram utilizadas diversas fontes, como os relatos de viajantes, relatórios de pesquisas anteriores, cartas, mapas, imagens de satélites, entre outras. A etapa de campo foi feita durante todo o mês de novembro/2008, no qual foram percorridas as estradas do interior (ramais), para atingir núcleos habitacionais, vilas, comunidades, casas isoladas, etc. Foram entrevistadas cerca de 100 pessoas mais velhas desses locais ou seus descendentes, buscando referências sobre relatos de vestígios arqueológicos encontrados (machados de pedra, cerâmicas, botijas, amoladores, alicerces, etc.). A paisagem foi objeto de observação para identificar lugares adequados para o assentamento de populações antigas, e também da presença de material arqueológico na superfície, o que caracterizaria um sítio arqueológico, pois toda a área é muito rica em testemunhos históricos e pré-históricos. Os locais visitados foram georeferenciados, com o auxílio de um GPS (GARMIN – Modelo 76).

Para o estudo sobre as Populações Tradicionais e, em especial, os Quilombolas, foi efetuado o levantamento de informações e dados secundários sobre a conceituação do termo Populações Tradicionais e Comunidades Remanescentes de Quilombos, a evolução histórica, a legislação pertinente e a situação atual. As fontes utilizadas nessa etapa foram especialmente: informações de organizações não governamentais dedicadas ao tema e disponibilizadas na internet, jornais e revistas locais e nacionais, bases de dados de órgãos do poder público e revisão de bibliografia pertinente. A caracterização das populações indígenas foi feita a partir de dados secundários.



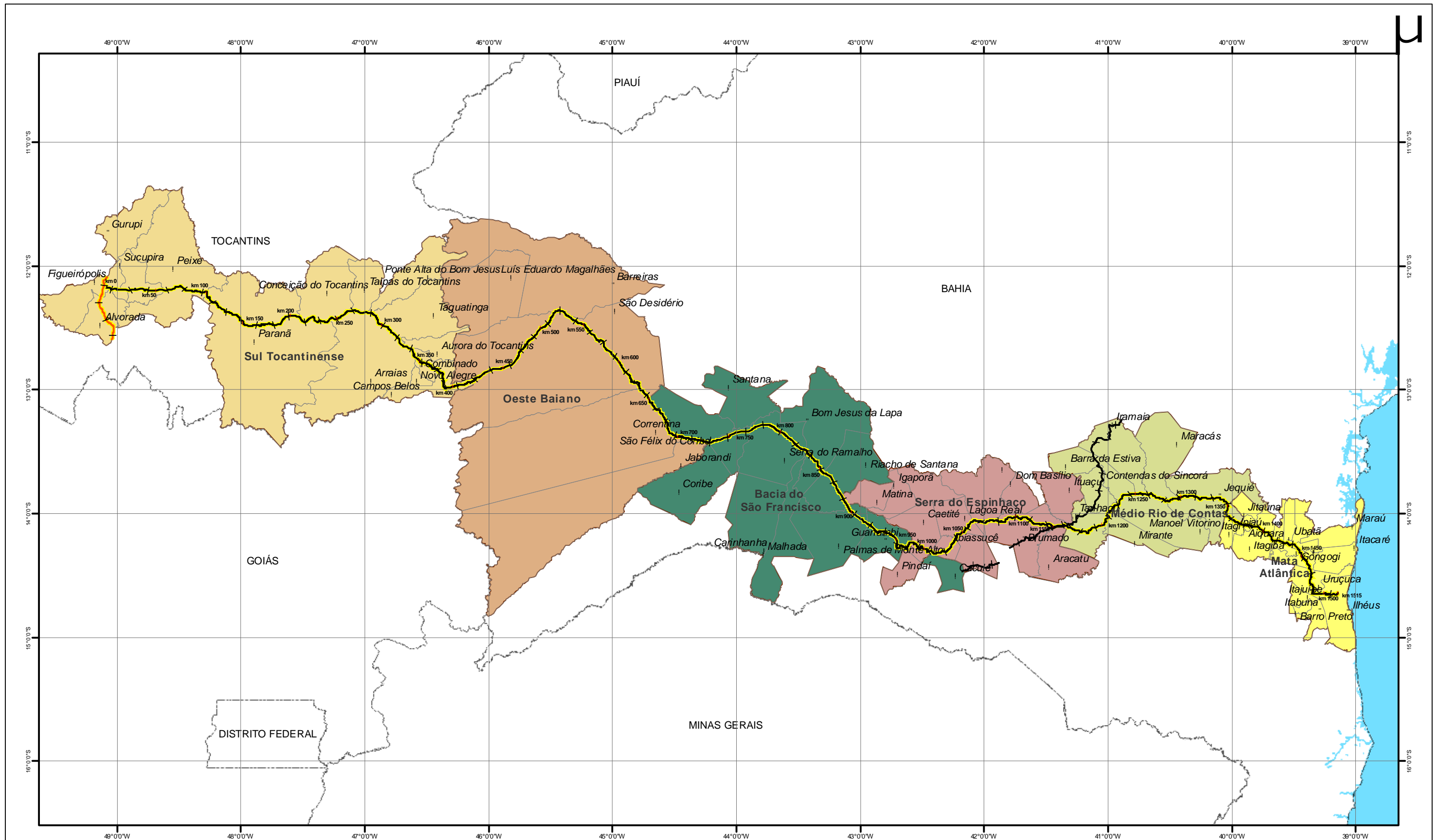
Nota: Mapa elaborado a partir da integração da base de dados do IBGE e SUPRO - VALEC

Legenda:	
• Cidade (acima de 50 mil hab)	--- Limite Estadual
• Cidade (abaixo de 50 mil hab)	— Ferrovias em Operação
✦ Pontos de Campo	— Ferrovias em Construção
! Quilometragem Estimada	— Ferrovias Projetada
— Limite Municipal	— Limite das Regiões



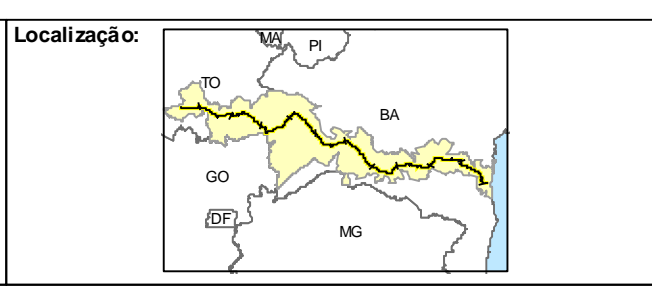
Elaborado Por:	OIKOS INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA LTDA
Data:	Outubro/2009
Versão:	01

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334) Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)	VALEC
EIA-RIMA	Escala: 1:3.300.000
MAPA DE PONTOS DE CAMPO DO MEIO ANTRÓPICO	Figura: 5.3.1



Nota: Mapa elaborado a partir da integração da base de dados do IBGE e SUPRO - VALEC

Legenda:	
• Cidade (acima de 50 mil hab)	— Limite Municipal
• Cidade (abaixo de 50 mil hab)	— Limite Estadual
— Ferrovias em Operação	— Limite das Regiões
— Ferrovias em Construção	• Quilometragem Estimada
— Ferrovias Projetadas	



Elaborado Por:	OIKOS ANÁLISE E PESQUISA GEOGRÁFICA LTDA.
Data:	Outubro/2009
Versão:	01

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334) Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)	EIA-RIMA
MAPA DE DIVISÃO REGIONAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA	

VALEC
Escala: 1:3.300.000
Figura: 5.3.2

5.3.2 – CARACTERIZAÇÃO POPULACIONAL

▪ ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA E INDIRETA

Para a caracterização populacional englobando todos os itens requeridos – distribuição, densidade, crescimento, infraestrutura, organização social, migração, expectativas – foi utilizado o nível mais detalhado de agregação dos dados existentes no Brasil, cuja base territorial é o **município**. Nessa medida, toda a Área de Influência Indireta está contemplada pelo estudo, bem como a Área de Influência Direta, em razão de estar contida na primeira. É necessário reafirmar a impossibilidade de desagregação espacial das informações reunidas em fontes censitárias e setoriais. Dessa maneira, a caracterização populacional foi elaborada com base nos municípios que integram a Área de Influência.

Ressalta-se que não foram identificados, na Área de Influência Direta, hospitais, postos de saúde ou escolas, passíveis de sofrer interferências com a implantação do empreendimento.

▪ QUANTITATIVO, DISTRIBUIÇÃO E MAPEAMENTO DA POPULAÇÃO

A Área de Influência Indireta contava, no ano de 2007, com dois milhões de habitantes, de acordo com a Contagem da População (IBGE, 2007), sendo que 91,6% desses residem em território baiano, e apenas 8,4% em território tocantinense. A soma não atinge os 100% já que a All ainda inclui um município em Goiás, Campos Belos, com 0,9% da população total da mesma (ver Tabela 5.3.1).

TABELA 5.3.1 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR REGIÃO, 2007

REGIÃO	POPULAÇÃO	
	TOTAL	% All
Sul Tocantinense	170.592	8,4
Oeste Baiano	239.513	11,7
Bacia do São Francisco	380.790	18,7
Serra do Espinhaço	274.438	13,4
Médio Rio de Contas	262.953	12,9
Mata Atlântica	712.247	34,9
All	2.040.533	100,0
Bahia	14.080.654	-
Tocantins	1.243.627	-
Brasil	183.987.291	-

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

Os municípios da All são de pequeno porte (até 20.000 habitantes), totalizando 43 dos 71 municípios (60,0%). Desses, 19 apresentaram populações inferiores a 10 mil habitantes, ou seja, são caracterizados como muito pequenos, em termos populacionais. Os municípios médios, entre 20 e 50 mil habitantes, totalizaram 20 (28,6%) e, finalmente, são oito grandes (mais de 50 mil habitantes),

representando 11,9% do total de municípios da All. Dos oito municípios com mais de 50 mil habitantes, um está localizado no estado do Tocantins (Gurupi, com 71 mil habitantes, aproximadamente), e sete estão localizados na Bahia (Bom Jesus da Lapa, Brumado, Guanambi, Barreiras, Jequié, Itabuna e Ilhéus).

O sul tocaninense (170 mil habitantes) apresenta a menor participação demográfica na All, apenas 8,4% da população total. Essa população está fortemente concentrada em um único município, Gurupi, que abriga 42,0% da população da região, com um total de 71,4 mil habitantes. Os demais municípios são muito pequenos, ou seja, com populações inferiores a 10 mil habitantes. Os municípios com população um pouco mais representativa são Campos Belos (GO), com 18 mil habitantes, Taguatinga (14 mil), Arraias (10 mil) e Paranã (10 mil). Figueirópolis, onde se encontra o entroncamento da Ferrovia Leste Oeste com a Ferrovia Norte-Sul, é um município com 4,8 mil habitantes (ver Tabela 5.3.2).

TABELA 5.3.2 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL TOCANTINENSE, 2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		
	TOTAL	% REGIÃO	% All
Alvorada	7.976	4,7	0,4
Arraias	10.626	6,2	0,5
Aurora do Tocantins	3.385	2,0	0,2
Campos Belos	18.238	10,7	0,9
Combinado	4.878	2,9	0,2
Conceição do Tocantins	4.402	2,6	0,2
Figueirópolis	4.820	2,8	0,2
Gurupi	71.413	41,9	3,5
Lavandeira	1.590	0,9	0,1
Novo Alegre	1.801	1,1	0,1
Paraná	10.491	6,1	0,5
Peixe	8.750	5,1	0,4
Ponte Alta do Bom Jesus	4.529	2,7	0,2
Sucupira	1.667	1,0	0,1
Taguatinga	14.110	8,3	0,7
Taipas do Tocantins	1.916	1,1	0,1
Sul Tocantinense	170.592	100	8,4
All	2.040.533	-	100,0

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

TABELA 5.3.3 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO OESTE BAIANO, 2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		
	TOTAL	% REGIÃO	% All
Barreiras	129.501	54,1	6,3
Correntina	31.658	13,2	1,6
Jaborandi	8.931	3,7	0,4
Luis Eduardo Magalhães	44.265	18,5	2,2
São Desidério	25.158	10,5	1,2

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		
	TOTAL	% REGIÃO	% All
Oeste Baiano	239.513	100,0	11,7
All	2.040.533	-	100,0

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

O oeste baiano possui um número menor de municípios, mas tem maior extensão territorial. A população total é de 239,5 mil habitantes, 11,7% do total da All. O município mais importante, em termos populacionais, é Barreiras, com 129 mil habitantes, 54,0% da região, seguido de Luís Eduardo Magalhães, com 44 mil, este desmembrado do primeiro em março de 2000. São Desidério, outro núcleo próximo a Barreiras, possui população mais modesta, contudo, ainda assim, acima do perfil médio dos municípios da região do sul tocaninense, totalizando 25 mil habitantes. Pode-se citar, ainda, o município de Correntina, com uma grande área localizada no polígono de cultivo de monoculturas do oeste baiano, ainda que sua sede se encontre próxima a um relevo mais acidentado que conduz ao Vale do São Francisco. Em todo o município, foram contabilizados 31,6 mil habitantes (ver Tabela 5.3.3).



Barreiras: BR-242 atravessa a cidade.



Barreiras: zona residencial.



São Desidério: prefeitura.



Correntina: centro.

A Bacia do São Francisco é a segunda região mais populosa da All, com 380 mil habitantes, 18,7% da população da área. Apesar do clima semiárido, em boa

parte do território, dificultar a fixação das pessoas, há alguns municípios populosos às margens do Rio São Francisco e de seus principais afluentes. O maior município da região é Guanambi, com 76 mil habitantes, seguido de Bom Jesus da Lapa (62 mil) e Santa Maria da Vitória (41 mil), conforme se pode acompanhar pela Tabela 5.3.4.

Na Serra do Espinhaço, prevalecem municípios pequenos, com população entre 15 e 10 mil habitantes (ver Tabela 5.3.5), e uma distribuição espacial resultante da predominância das atividades pecuárias. Os que se destacam demograficamente são influenciados por algum outro vetor de crescimento. Em Brumado e Caetité a mineração é predominante. O município de Brumado, de fato, é o maior município da região, possuindo 62 mil habitantes, seguido por Caetité com 46 mil habitantes (ver Tabela 5.3.5). Outro município acima do perfil médio da região é Livramento de Nossa Senhora, nesse caso em virtude da recente produção de frutas, manga e mamão em seu território.

TABELA 5.3.4 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO SÃO FRANCISCO, 2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		
	TOTAL	% REGIÃO	% ALL
Bom Jesus da Lapa	62.199	16,3	3,0
Carinhanha	28.879	7,6	1,4
Coribe	14.555	3,8	0,7
Caculé	21.847	5,7	1,1
Guanambi	76.230	20,0	3,7
Malhada	16.085	4,2	0,8
Palmas de Monte Alto	21.107	5,5	1,0
Riacho de Santana	29.425	7,7	1,4
Santa Maria da Vitória	40.571	10,7	2,0
Santana	25.947	6,8	1,3
São Félix do Coribe	12.815	3,4	0,6
Serra do Ramalho	31.130	8,2	1,5
Bacia do São Francisco	380.790	100,0	18,7
All	2.007.043	-	100,0

Fonte: IBGE, Contagem da População, 2007.



Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe.



Serra do Ramalho, Agrovila 17.



Bom Jesus da Lapa, travessia do São Francisco.



Guanambi, zona residencial.

TABELA 5.3.5 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA SERRA DO ESPINHAÇO, 2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		
	TOTAL	% REGIÃO	% All
Aracatu	14.168	5,7	0,7
Brumado	62.381	25,2	3,1
Caetité	46.192	18,7	2,3
Dom Basílio	11.087	4,5	0,5
Ibiassucê	9.507	3,8	0,5
Igaporã	14.499	5,3	0,7
Ituaçu	17.939	7,2	0,9
Lagoa Real	13.795	5,6	0,7
Livramento de Nossa Senhora	42.146	17,0	2,1
Matina	12.322	4,5	0,6
Pindaí	15.306	6,2	0,8
Rio do Antônio	15.096	6,1	0,7
Serra do Espinhaço	247.617	100,0	12,1
All	2.040.533	-	100,0

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.



Caetité, panorâmica

A região do Médio Rio de Contas é marcada pela presença de pequenas localidades, com população inferior a 20 mil habitantes, e uma cidade de porte grande, que atua como pólo sub-regional, não apenas para os municípios próximos, mas para um entorno maior do que a própria delimitação da All, Jequié. Esse município é o terceiro maior de toda a All, possuindo 145 mil habitantes, 55,0% do total da região do Médio Rio das Contas. Pode-se citar ainda o município de Maracás, localizado a 90 km de Jequié, em uma região serrana, a quase 1.000 metros de altitude. O município possui 34 mil habitantes e é conhecido pelas plantações de café (ver Tabela 5.3.6).

A Mata Atlântica é a mais populosa, concentrando um terço da população da All. A região também possui os dois municípios mais populosos, Ilhéus e Itabuna, ambos com populações superiores a 200 mil habitantes. Ao mesmo tempo, a região inclui uma série de municípios de porte médio, relativamente próximos uns dos outros, ao longo da descida do Rio de Contas. Entre esses, o mais relevante é Ipiaú, com mais de 40 mil habitantes, localizado na metade do percurso entre Jequié e a BR-101 (ver Tabela 5.3.7).

TABELA 5.3.6 – POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO RIO DE CONTAS, 2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		
	TOTAL	% REGIÃO	% All
Barra da Estiva	20.750	7,9	1,0
Contendas do Sincorá	3.857	1,5	0,2
Iramaia	15.134	5,8	0,7
Jequié	145.964	55,5	7,2
Manoel Vitorino	14.262	5,4	0,7
Maracás	34.221	13,0	1,7
Mirante	9.174	3,5	0,4
Tanhaçu	19.591	7,5	1,0
Médio Rio de Contas	262.953	100,0	12,9
All	2.007.043	-	100,0

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

TABELA 5.3.7 – POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO DA REGIÃO DE MATA ATLÂNTICA, 2007

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		
	TOTAL	% REGIÃO	% All
Aiquara	5.212	0,7	0,3
Aurelino Leal	14.458	2,0	0,7
Barra do Rocha	6.133	0,9	0,3
Barro Preto	6.669	0,9	0,3
Gongogi	6.845	1,0	0,3
Ibirapitanga	23.197	3,3	1,1
Ilhéus	220.144	30,9	10,8
Ipiaú	42.561	6,0	2,1
Itabuna	210.604	29,6	10,3
Itacaré	24.720	3,5	1,2

Itagi	13.882	1,9	0,7
Itagibá	16.272	2,3	0,8
Itajuípe	20.343	2,9	1,0
Jitaúna	16.839	2,4	0,8
Maraú	17.029	2,4	0,8
Ubaitaba	20.478	2,9	1,0
Ubatã	24.791	3,5	1,2
Uruçuca	22.070	3,1	1,1
Mata Atlântica	712.247	100,0	34,9
All	2.040.533	-	100

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.



Itabuna, Rio Cachoeira.

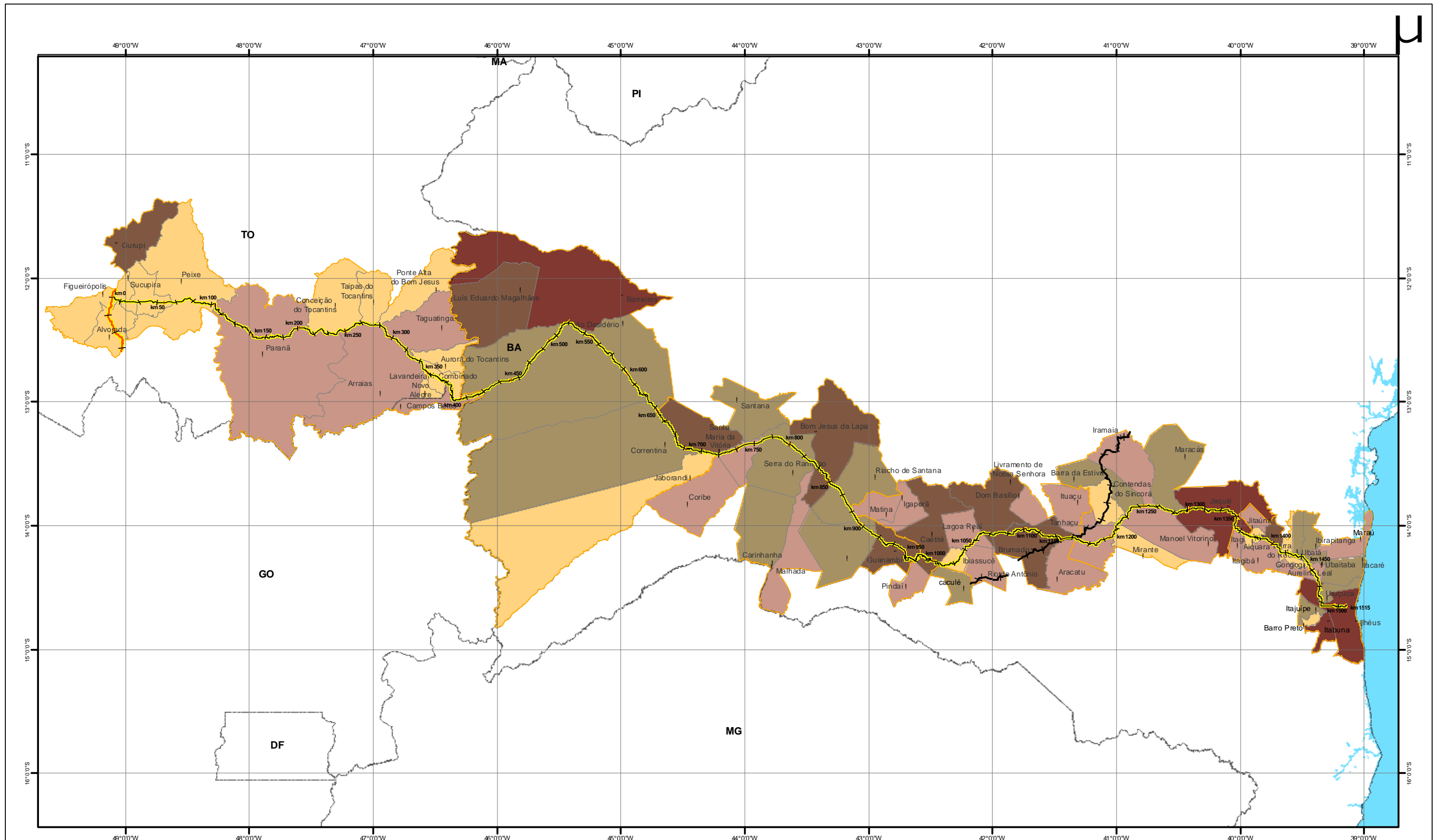


Ilhéus, Centro, Rio Cachoeira e Pontal.



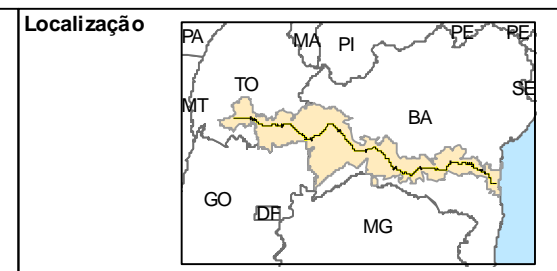
Ubaitaba, panorâmica.

A Figura 5.3.3, adiante inserida, apresenta o mapeamento da população residente na Área de Influência para o ano de 2007, conforme as considerações anteriores.



Nota: Mapa elaborado a partir da integração da base de dados do IBGE e SUPRO - VALEC

Legenda		
População		
	Até 10 mil	
	Entre 10 e 20 mil	
	Entre 20 e 34 mil	
	Entre 34 e 76 mil	
	Acima de 76 mil	
	Cidade (acima de 50 mil hab)	
	Cidade (abaixo de 50 mil hab)	
	Ferrovia em Operação	
	Ferrovia em Construção	
	Ferrovia Projetada	



Elaborado Por:	
Data:	Outubro/2009
Versão:	01

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334) Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)
EIA-RIMA
MAPA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA DE INFLUÊNCIA, 2007

VALEC
Escala: 1:3.300.000
Figura: 5.3.3

▪ CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

O crescimento demográfico anual da All, entre 2000 e 2007, foi abaixo da média nacional, 0,8% ao ano (a.a.) contra 1,2% a.a., e inferior às médias para os estados da Bahia (1,1%) e Tocantins (1,0%). Taxas de crescimento abaixo das médias estaduais apontam para uma dinâmica populacional centrada no crescimento vegetativo da população (ver Tabela 5.3.8). No oeste baiano, a tendência é diferente. Com acentuada expansão da atividade econômica e capacidade de atração de migrantes, atingiu um crescimento demográfico anual de 3,2% no período 2000/2007.

TABELA 5.3.8 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO POR REGIÃO, 1991-2007

REGIÃO	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)	
	1991-2000	2000-2007
Sul Tocantinense	0,3	0,7
Oeste Baiano	2,7	3,2
Bacia do São Francisco	0,4	0,6
Serra do Espinhaço	0,8	0,2
Médio Rio de Contas	0,9	-0,7
Mata Atlântica	-0,4	0,6
All	0,8	0,8
Bahia	1,1	1,1
Tocantins	2,6	1,0
Brasil	1,6	1,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo, e Contagem da População 2007.

O sul tocaninense não acompanhou as altas taxas de crescimento populacional observadas no estado do Tocantins na década de 1990. O mais novo Estado da Federação, instalado em 1989, apresentou um crescimento demográfico anual de 2,6% contra uma taxa de apenas 0,3% no sul tocaninense. Na década seguinte, as taxas de crescimento do Tocantins caíram para 1,0% ao ano, enquanto o crescimento da citada região continuou inferior ao total do estado: 0,7%.

A All constituída em território tocaninense está, em grande parte, distante do principal vetor de expansão econômica e demográfica do estado, a rodovia Belém-Brasília (BR-153). Nesse sentido, o município com maior impacto no crescimento da região é Gurupi. Interceptado pela BR-153, o município apresentou um crescimento populacional anual médio de 1,3% na década de 2000 (ver Tabela 5.3.9). Esse crescimento, entretanto, não foi suficiente para elevar o índice da região como um todo.

TABELA 5.3.9 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: SUL TOCANTINENSE, 1991-2007

MUNICÍPIO	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)	
	1991-2000	2000-2007
Alvorada	-1,6%	-0,9%

MUNICÍPIO	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)	
	1991-2000	2000-2007
Arraias	0,4%	-0,5%
Aurora do Tocantins	-1,1%	1,3%
Campos Belos	1,6%	1,0%
Combinado	-0,8%	1,1%
Conceição do Tocantins	0,4%	0,1%
Figueirópolis	-3,1%	-2,0%
Gurupi	1,5%	1,3%
Lavandeira	na	4,0%
Novo Alegre	na	-3,3%
Paraná	-0,6%	0,1%
Peixe	-3,2%	0,0%
Ponte Alta do Bom Jesus	-3,9%	-0,1%
Sucupira	na	1,8%
Taguatinga	1,6%	1,0%
Taipas do Tocantins	na	1,6%
Sul Tocantinense	0,3%	0,7%
All	0,8%	0,8%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo, e Contagem da População 2007.

O oeste baiano é o único caso de crescimento demográfico superior à média nacional na All. A região representa uma das mais importantes fronteiras agrícolas do país, atraindo novos investimentos e também famílias em busca de oportunidades. O Censo Demográfico de 2000 (IBGE) não incluiu o município de Luís Eduardo Magalhães. Dessa maneira, os cálculos para esse município estão incorporados aos do município de Barreiras. No período entre 2000 e 2007, esses dois municípios cresceram juntos a uma taxa de 4,0% ao ano (ver Tabela 5.3.10). É interessante observar que, no mesmo período, a produção de algodão nos respectivos municípios cresceu cerca de 43,0% ao ano, transformando a Bahia no segundo maior produtor da *commodity* no Brasil.

TABELA 5.3.10 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: OESTE BAIANO, 1991-2007

MUNICÍPIO	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)	
	1991-2000	2000-2007
Barreiras	4,0%	4,0%
Correntina	1,0%	0,5%
Jaborandi	-1,4%	-2,0%
Luís Eduardo Magalhães	na	na
São Desidério	0,0%	4,1%
Oeste Baiano	2,7%	3,2%
All	0,8%	0,8%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo, e Contagem da População 2007.

Na Bacia do São Francisco, são encontradas taxas de crescimento demográfico abaixo do agregado da All, 0,8% a.a., na década de 1990 e nos anos 2000 (ver Tabela 5.3.11). Ou seja, são taxas muito baixas, inferiores ao observado no total dos territórios estaduais, Bahia e Tocantins, e no total do país. Alguns municípios, inclusive, apresentam taxas de crescimento negativas; nesses casos, a taxa de emigração chega a ser superior à taxa de crescimento vegetativo.

O município com a maior redução populacional, no período de 2000 a 2007, é Serra do Ramalho (-0,7%). As secas periódicas dificultam as atividades produtivas, contribuindo para o esvaziamento populacional. Os municípios que apresentam as maiores taxas de crescimento demográfico são, não por acaso, justamente aqueles beneficiados por programas de agricultura irrigável. Esse é o caso de Bom Jesus da Lapa, com crescimento demográfico anual de 1,9%, e São Félix do Coribe, com 1,2%.

TABELA 5.3.11 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: BACIA SÃO FRANCISCO, 1991-2007

MUNICÍPIO	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)	
	1991-2000	2000-2007
Bom Jesus da Lapa	1,2%	1,9%
Carinhanha	0,7%	0,8%
Coribe	0,7%	-0,6%
Caculé	1,5%	1,1%
Guanambi	1,0%	0,9%
Malhada	0,3%	0,4%
Palmas de Monte Alto	-0,2%	0,7%
Riacho de Santana	0,6%	0,4%
Santa Maria da Vitória	-0,1%	-0,2%
Santana	-0,2%	1,0%
São Félix do Coribe	-0,1%	1,2%
Serra do Ramalho	-0,2%	-0,7%
Bacia do São Francisco	0,4%	0,6%
All	0,8%	0,8%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo, e Contagem da População 2007.

Outra região que apresenta um longo ciclo de estagnação é a de Serra do Espinhaço. Também afetada por condições climáticas e topográficas menos favoráveis ao desenvolvimento agropecuário, a região apresentou um crescimento demográfico reduzido nas últimas décadas, 0,8% nos anos 1990, e apenas 0,2% nos anos 2000. Os resultados dos últimos anos particularmente foram fortemente influenciados pelo baixo desempenho dos principais municípios da região, Brumado, que cresceu apenas 0,2% ao ano, e Caetité, 0,3% (ver Tabela 5.3.12).

Os únicos municípios que apresentaram taxas anuais de crescimento acima da média do estado foram Livramento de Nossa Senhora, Lagoa Real e Matina, 1,5%, 1,1% e 1,9%, respectivamente.

TABELA 5.3.12 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: SERRA DO ESPINHAÇO, 1991-2007

MUNICÍPIO	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)	
	1991-2000	2000-2007
Aracatu	0,0%	-1,3%
Brumado	0,8%	0,2%
Caetité	1,2%	0,3%
Dom Basílio	0,8%	0,9%
Ibiassucê	0,8%	-4,2%
Igaporã	0,5%	0,0%
Ituaçu	0,8%	0,5%
Lagoa Real	1,7%	1,1%
Livramento de Nossa Senhora	1,1%	1,5%
Matina	1,4%	1,9%
Pindai	-0,7%	-0,2%
Rio do Antônio	1,1%	0,4%
Serra do Espinhaço	0,8%	0,7%
All	0,8%	0,8%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo, e Contagem da População 2007.

A região do médio Rio de Contas foi a que apresentou o pior desempenho populacional. O crescimento nos anos 2000 tem sido negativo, -0,7% ao ano. Assim como na Serra do Espinhaço, os vetores de crescimento são frágeis. Quase todos os municípios apresentam decréscimo populacional. Jequié, o maior município, também apresenta valores negativos, -0,1% a.a. A exceção a esse quadro é o município de Maracás, com crescimento anual de 1,1% da população (ver Tabela 5.3.13).

TABELA 5.3.13 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: MÉDIO RIO DE CONTAS, 1991-2007

MUNICÍPIO	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)	
	1991-2000	2000-2007
Barra da Estiva	3,9%	-2,3%
Contendas do Sincorá	-1,2%	-1,4%
Iramaia	0,2%	-2,1%
Jequié	0,2%	-0,1%
Manoel Vitorino	-0,2%	-2,2%
Maracás	1,7%	1,1%
Mirante	5,9%	-5,5%
Tanhaçu	1,0%	-0,3%
Médio Rio de Contas	0,9%	-0,7%
All	0,8%	0,8%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo, e Contagem da População 2007.

A Mata Atlântica também vem atravessando um longo período de estagnação. Na década de 1990, a região sofreu um decréscimo populacional de 0,2% ao ano (ver Tabela 5.3.14). Na década atual, o crescimento é positivo, mas de

apenas 0,2%. Pela Contagem da População de 2007 (IBGE), não se reconhece a participação de população rural e urbana. Mas, considerando o Censo 2000 e 1991, percebe-se que essa estagnação é fortemente explicada pela redução da população rural. Enquanto, no período, a população rural de toda a All foi reduzida a uma taxa de 2,0% ao ano, na Mata Atlântica esse decréscimo foi de 5,2% ao ano. O crescimento da população urbana não foi insignificante, 2,7% contra 2,2% da All, mas insuficiente para permitir taxas de crescimento populacional maiores.

Esses dados, mais uma vez, evidenciam o evento da crise cacauera na região, que provocou uma substituição parcial das plantações por pasto e a migração da população rural para as cidades. Por outro lado, investimentos em novos setores não foram eficazes o suficiente para promover alternativas de renda e emprego que dinamizassem a região.

O maior produtor da região, Ilhéus, apresentou decréscimo populacional na década atual de 0,1% ao ano, enquanto a produção de cacau foi reduzida em 0,1% ao ano no mesmo período. Diversos outros municípios também apresentaram taxas negativas de crescimento. A exceção mais explícita a esse movimento é o município de Itacaré, com um crescimento, na década atual, de 4,5% ao ano. Além de sua vocação para atividades de veraneio e turismo, o município foi o único a apresentar taxas elevadas de incremento na produção do cacau, tornando-se, na década, o quarto maior produtor da região.

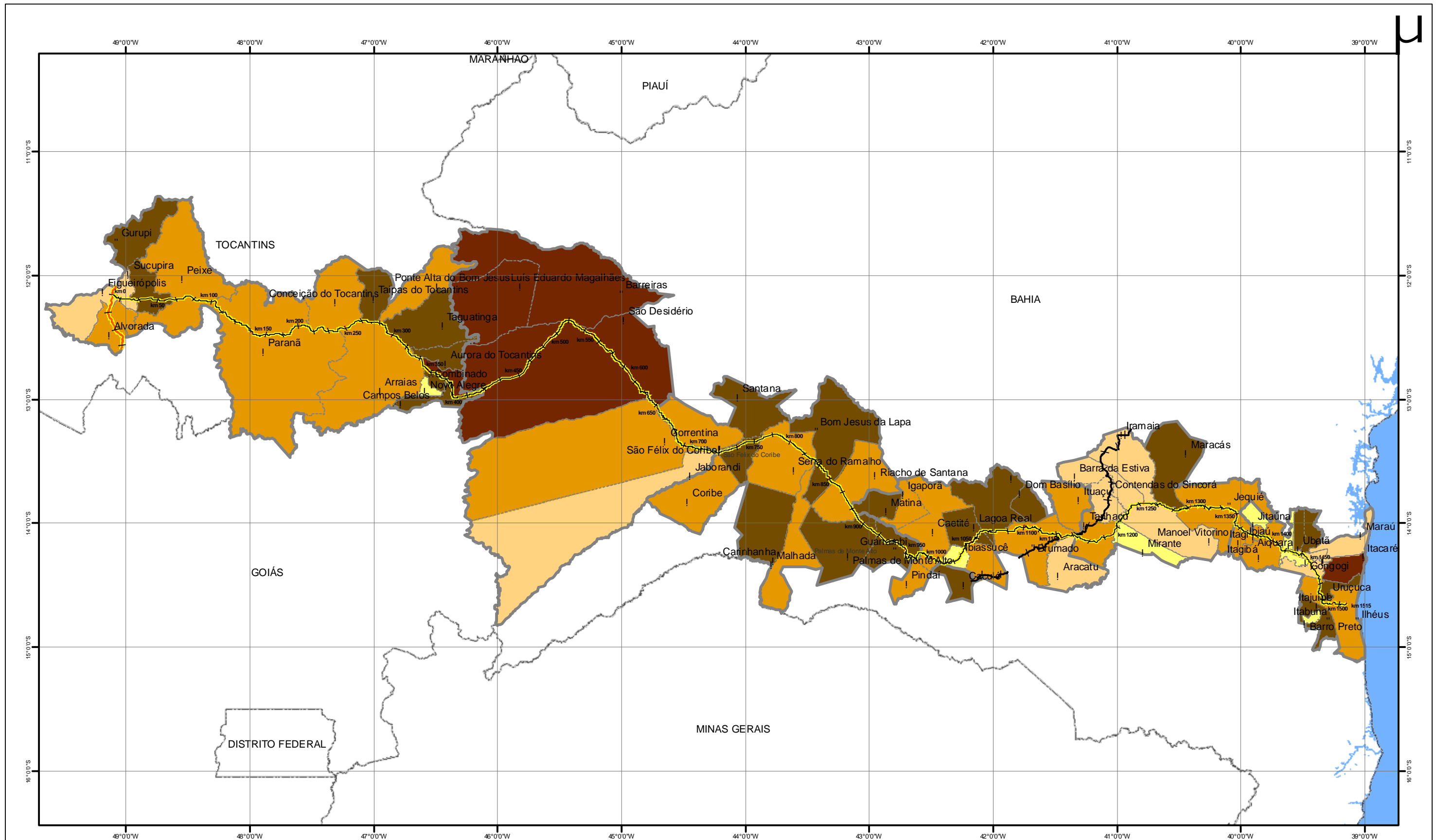
TABELA 5.3.14 – CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: MATA ATLÂNTICA, 1991-2007

MUNICÍPIO	TAXA DE CRESCIMENTO (% a.a.)	
	1991-2000	2000-2007
Aiquara	-2,4%	-0,3%
Aurelino Leal	1,0%	-2,4%
Barra do Rocha	-2,0%	-3,9%
Barro Preto	-1,9%	-3,7%
Gongogi	1,8%	-6,0%
Ibirapitanga	-2,1%	0,6%
Ilhéus	-0,1%	-0,1%
Ipiaú	-0,4%	-0,4%
Itabuna	0,7%	1,0%
Itacaré	-0,2%	4,5%
Itagi	0,1%	-0,7%
Itagibá	-1,6%	-0,8%
Itajuípe	-1,1%	-1,5%
Jitaúna	0,1%	-3,1%
Maraú	0,5%	-1,1%

Ubaitaba	1,4%	-2,2%
Ubatã	-1,9%	1,9%
Uruçuca	-4,5%	1,2%
Mata Atlântica	-0,6%	0,2%
All	0,8%	0,8%

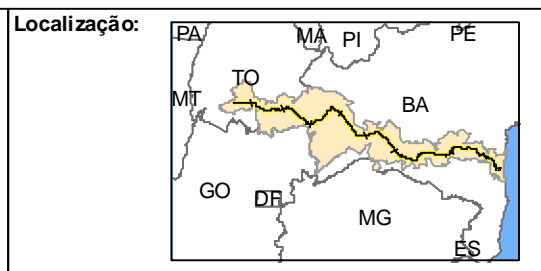
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo, e Contagem da População 2007.

A Figura 5.3.4 ilustra o crescimento demográfico anual médio dos 70 municípios da Área de Influência.



Nota: Mapa elaborado a partir da integração da base de dados do IBGE e SUPRO - VALEC

Legenda		
Crescimento Anual	!! Cidade (acima de 50 mil hab)	----- Limite Municipal
Até -3,0	! Cidade (abaixo de 50 mil hab)	— Limite Estadual
Entre -3,0 e -0,5	+ Ferrovias em Operação	— Limite das Regiões
Entre -0,5 e 0,5	+ Ferrovias em Construção	! Quilometragem Estimada
Entre 0,5 e 3,0	+ Ferrovias Projetada	
Acima de 3,0		



Elaborado Por:	OIKOS CENTRO DE PESQUISA, ANÁLISE E PLANEJAMENTO
Data:	Outubro/2009
Versão:	01

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334) Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)
EIA-RIMA
MAPA DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO ANUAL (2007-2000)

VALEC
Escala: 1:3.300.000
Figura: 5.3.4

▪ DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

A distribuição da população por situação do domicílio¹ refere-se à porcentagem de populações residentes em áreas urbanas e rurais. A All apresenta uma participação da população rural maior do que a média nacional e também superior à participação do total do Estado da Bahia e do Tocantins.

É importante destacar que esse indicador não tem uma relação direta com a base produtiva, ou seja, um território classificado como rural não necessariamente está fundamentado numa especialização de atividade econômica no setor primário. Na verdade, representa o peso da concentração populacional nos centros urbanos *versus* a população domiciliada nos setores classificados como rurais. De fato, o critério de classificação pode ser considerado como político-administrativo, na medida em que segue o estipulado pelas prefeituras. Ou seja, o poder municipal elege quais espaços são considerados como urbanos (em geral, as sedes e mais alguns núcleos).

O indicador aponta, portanto, a diferença de ocupação dos núcleos urbanos e dos setores censitários rurais. Assim, por exemplo, uma região ocupada com diversos pequenos aglomerados rurais e uma sede urbana pouco concentrada apresentam uma maior participação de população rural. Ao contrário, um município formado por grandes fazendas e, portanto, uma baixa densidade de pessoas no campo e uma mancha urbana relativamente mais concentrada apresentam uma participação maior da população urbana.

Feitas essas considerações, observa-se que as regiões da Serra do Espinhaço e da Bacia do São Francisco apresentam as maiores participações rurais, 57,0% e 48,0%, respectivamente (ver Tabela 5.3.15).

TABELA 5.3.15 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO E POR REGIÃO, 1991 E 2000

REGIÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE			
	1991		2000	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
Sul Tocantinense	62,0%	38,0%	77,0%	23,0%
Oeste Baiano	57,0%	43,0%	71,0%	29,0%
Bacia do São Francisco	45,0%	55,0%	52,0%	48,0%
Serra do Espinhaço	37,0%	63,0%	43,0%	57,0%
Médio Rio de Contas	60,0%	40,0%	66,0%	34,0%
Mata Atlântica	67,0%	33,0%	77,0%	23,0%
All	57,0%	43,0%	66,0%	34,0%
Bahia	59,0%	41,0%	74,0%	26,0%
Tocantins	58,0%	42,0%	74,0%	26,0%

¹ A Contagem da População (IBGE, 2007) limitou-se a pesquisar os municípios com até 170 mil habitantes e mais um conjunto de outros 21 municípios. Para os demais, foram estimadas apenas as populações residentes sem os atributos de situação do domicílio (urbano ou rural), dentre outros. Dessa forma, não é possível calcular o grau de urbanização para toda a All do empreendimento em 2007.

REGIÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE			
	1991		2000	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
Brasil	76,0%	24,0%	81,0%	19,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo.

A participação rural no sul tocantinense é uma das mais baixas (23,0%). A elevada participação da população urbana no sul tocantinense (ver Tabela 5.3.16) pode ser explicada, em parte, pelo forte impacto de Gurupi sobre o índice, pois esse município abriga 42,0% da população da região e contabiliza uma população rural de apenas 2,0%. Deve-se ainda considerar, para o conjunto do território, a falta de atividades agrícolas que sustentem as populações no campo, prevalecendo a criação extensiva de gado (Tabela 5.3.16).

TABELA 5.3.16 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO: SUL TOCANTINENSE

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE			
	1991		2000	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
Alvorada	57,0%	43,0%	92,0%	8,0%
Arraias	43,0%	57,0%	56,0%	44,0%
Aurora do Tocantins	41,0%	59,0%	63,0%	37,0%
Campos Belos	80,0%	20,0%	83,0%	17,0%
Combinado	70,0%	30,0%	83,0%	17,0%
Conceição do Tocantins	42,0%	58,0%	53,0%	47,0%
Figueirópolis	58,0%	42,0%	78,0%	22,0%
Gurupi	93,0%	7,0%	98,0%	2,0%
Lavandeira	-	-	52,0%	48,0%
Novo Alegre	-	-	79,0%	21,0%
Paraná	18,0%	82,0%	27,0%	73,0%
Peixe	19,0%	81,0%	42,0%	58,0%
Ponte Alta do Bom Jesus	26,0%	74,0%	54,0%	46,0%
Sucupira	-	-	59,0%	41,0%
Taguatinga	47,0%	53,0%	62,0%	38,0%
Taipas do Tocantins	-	-	64,0%	36,0%
Sul Tocantinense	62,0%	38,0%	77,0%	23,0%
All	57,0%	43,0%	66,0%	34,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo.

O oeste baiano apresenta uma participação da população rural inferior ao agregado da All, 29,0% contra 34,0%. Se, por um lado, os núcleos urbanos de Barreiras e Luís Eduardo são grandes o suficiente para concentrar a população urbana, por outro, a produção agrícola baseada na grande propriedade e na mecanização não assenta as populações no campo. A economia agrícola muitas vezes apresenta uma demografia urbana. O empresário agrícola produz no campo, mas é domiciliado na cidade, assim como parte do relativamente pequeno corpo

de funcionários da fazenda. Dessa maneira, pode-se compreender a participação de 88,0% da população urbana no agregado dos dois municípios e a participação urbana de 71,0% no total do oeste baiano (ver Tabela 5.3.17).

TABELA 5.3.17 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO: OESTE BAIANO, 1991 E 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE			
	1991		2000	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
Barreiras	77,0%	23,0%	88,0%	12,0%
Correntina	31,0%	69,0%	37,0%	63,0%
Jaborandi	14,0%	86,0%	20,0%	80,0%
Luis Eduardo Magalhães	-	-	-	-
São Desidério	29,0%	71,0%	38,0%	62,0%
Oeste Baiano	57,0%	43,0%	71,0%	29,0%
All	57,0%	43,0%	66,0%	34,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo.

Na Bacia do São Francisco, observa-se a segunda maior participação de população rural entre as regiões (ver Tabela 5.3.18). Diversos municípios com participação mediana na população da região apresentam índices elevados de população rural, como Serra do Ramalho (89,0%), Palmas de Monte Alto (67,0%) e Riacho de Santana (62,0%). Dentre esses, o mais destacado é o de Serra do Ramalho. Antigo território de Bom Jesus da Lapa, o município é formado basicamente por um conjunto de agrovilas, com casas e lotes de 20 hectares, formadas inicialmente para receber os atingidos pela construção da UHE Sobradinho, na década de 1970. Dessa forma, constitui-se uma distribuição espacial bem dispersa da população, num território quase todo caracterizado como rural, à exceção da sede municipal, a Agrovila 09.

Outros municípios apresentam altos índices de população rural em função da pequena concentração de habitantes na sede municipal, comparada à fixação de pessoas no campo, basicamente em atividades de agricultura de subsistência e pecuária. É interessante notar que os municípios com a maior produção agrícola da região estão entre os mais urbanos. Bom Jesus da Lapa, com população rural de apenas 31,0%, é o segundo maior produtor de banana do Estado. Possui diversos projetos de agricultura irrigada, aproveitando as águas do São Francisco e contribuintes. Entre esses, se destaca o Projeto Formoso², formado por um grande perímetro irrigado, com o cultivo de mandioca, banana e mamão. São Félix do Coribe é outro município com baixa participação de população rural (27,0%) e alta produção agrícola. No município, também prevalece a fruticultura, a partir de cooperativas instaladas em áreas irrigadas junto ao Rio Corrente.

O caso de Guanambi é um pouco distinto. A elevada participação de população urbana (75,0%) é resultado de determinantes históricas que permitiram a

² Ver www.codevasf.gov.br.

formação de um grande aglomerado urbano na região de transição entre o semiárido baiano e a Serra do Espinhaço. A região vivenciou um processo de enriquecimento com a cultura do algodão. Muitos trabalhadores migraram para Guanambi, em busca de empregos. A cidade cresceu e se tornou um pólo sub-regional de comércio e serviços. No final dos anos 1980, a cultura do algodão entrou em decadência. Com uma estrutura urbana consolidada, o município buscou alternativas para seu desenvolvimento. Atividades industriais e de serviços foram estimuladas, como a expansão dos cursos oferecidos pela Universidade Estadual da Bahia; enquanto que, no campo, as propriedades rurais cederam espaço principalmente para o gado, reduzindo a população rural.

TABELA 5.3.18 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO: BACIA DO SÃO FRANCISCO

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE			
	1991		2000	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
Bom Jesus da Lapa	66,0%	34,0%	69,0%	31,0%
Carinhanha	29,0%	71,0%	38,0%	62,0%
Coribe	34,0%	66,0%	38,0%	62,0%
Caculé	48,2%	51,8%	56,7%	43,3%
Guanambi	69,0%	31,0%	75,0%	25,0%
Malhada	18,0%	82,0%	39,0%	61,0%
Palmas de Monte Alto	26,0%	74,0%	33,0%	67,0%
Riacho de Santana	31,0%	69,0%	38,0%	62,0%
Santa Maria da Vitória	50,0%	50,0%	55,0%	45,0%
Santana	47,0%	53,0%	52,0%	48,0%
São Félix do Coribe	57,0%	43,0%	73,0%	27,0%
Serra do Ramalho	7,0%	93,0%	11,0%	89,0%
Bacia do São Francisco	45,0%	55,0%	52,0%	48,0%
All	57,0%	43,0%	66,0%	34,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo.

Dentre todas as regiões, a que apresenta a menor participação da população urbana é a Serra do Espinhaço, 43,0% contra 66,0% do agregado da All (ver Tabela 5.3.19). Favorece, nesse sentido, a presença de muitos municípios com núcleos urbanos reduzidos e uma população rural distribuída de forma dispersa em função da agricultura de pequena escala e a pecuária. Os maiores núcleos e, conseqüentemente, aqueles com maior população urbana são Brumado e Caetité com uma participação da população urbana de 66,0% e 52,0%, respectivamente.

TABELA 5.3.19 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO: SERRA DO ESPINHAÇO

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE			
	1991		2000	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
Aracatu	13,0%	87,0%	21,0%	79,0%
Brumado	63,0%	37,0%	66,0%	34,0%
Caetité	42,0%	58,0%	52,0%	48,0%

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE			
	1991		2000	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
Dom Basílio	11,0%	89,0%	15,0%	85,0%
Ibiassucê	25,0%	75,0%	31,0%	69,0%
Igaporã	45,8%	54,2%	63,8%	36,2%
Ituaçu	19,0%	81,0%	26,0%	74,0%
Lagoa Real	10,0%	90,0%	16,0%	84,0%
Livramento de Nossa Senhora	38,0%	62,0%	44,0%	56,0%
Matina	12,7%	83,3%	26,5%	73,5%
Pindaí	18,0%	82,0%	23,0%	77,0%
Rio do Antônio	29,0%	71,0%	35,0%	65,0%
Serra do Espinhaço	27,21%	72,46%	34,94%	65,06%
All	57,0%	43,0%	66,0%	34,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo.

Na região do Médio Rio de Contas, acontece fato similar: a presença de muitos municípios com população fragmentada em pequenos núcleos, e voltada à pecuária e à agricultura de pequena escala. Entretanto, a região conta com município de Jequié, que representa 55,0% da população, com um núcleo urbano adensado o suficiente para determinar a participação da população urbana do município em 89,0% e do agregado da região em 66,0%, igual à média de toda a All (ver Tabela 5.3.20).

TABELA 5.3.20 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO: MÉDIO RIO DE CONTAS,

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE			
	1991		2000	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
Barra da Estiva	27,0%	73,0%	37,0%	63,0%
Contendas do Sincorá	46,0%	54,0%	55,0%	45,0%
Iramaia	40,0%	60,0%	44,0%	56,0%
Jequié	81,0%	19,0%	89,0%	11,0%
Manoel Vitorino	30,0%	70,0%	41,0%	59,0%
Maracás	45,0%	55,0%	58,0%	42,0%
Mirante	6,0%	94,0%	9,0%	91,0%
Tanhaçu	27,0%	73,0%	35,0%	65,0%
Médio Rio de Contas	60,0%	40,0%	66,0%	34,0%
All	57,0%	43,0%	66,0%	34,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo.

A Mata Atlântica possui, juntamente com o sul tocantinense, a maior participação da população urbana, 77,0% frente aos 66,0% do agregado da All (ver Tabela 5.3.21). Diferentemente do que ocorre no sul tocantinense, onde a elevada participação da população urbana é consequência de um vazio demográfico, na Mata Atlântica, a elevada participação da população urbana é concomitante a uma alta densidade demográfica. A região é marcada por uma concentração de

aglomerados muito próximos uns aos outros; entre esses, municípios com população em torno de 15 e 25 mil habitantes, em parte localizados em núcleos urbanos, em parte dedicados a atividades agrícolas como o cultivo do cacau e da banana. Possui também dois grandes municípios, com sedes desenvolvidas, Itabuna e Ilhéus, onde a participação da população urbana é elevada, 97,0% e 73,0%, respectivamente, e, finalmente, o município de Ipiaú, que possui um núcleo urbano significativo, com uma população urbana de 87,0%.

TABELA 5.3.21 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR DOMICÍLIO: MATA ATLÂNTICA

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO RESIDENTE			
	1991		2000	
	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
Aiquara	37,0%	63,0%	51,0%	49,0%
Aurelino Leal	59,0%	41,0%	81,0%	19,0%
Barra do Rocha	32,0%	68,0%	42,0%	58,0%
Barro Preto	43,2%	56,8%	60,0%	40,0%
Gongogi	63,0%	37,0%	59,0%	41,0%
Ibirapitanga	25,0%	75,0%	29,0%	71,0%
Ilhéus	64,0%	36,0%	73,0%	27,0%
Ipiaú	80,0%	20,0%	87,0%	13,0%
Itabuna	96,0%	4,0%	97,0%	3,0%
Itacaré	23,0%	77,0%	44,0%	56,0%
Itagi	59,0%	41,0%	68,0%	32,0%
Itagibá	37,0%	63,0%	51,0%	49,0%
Itajuíbe	64,0%	36,0%	70,0%	30,0%
Jitaúna	34,0%	66,0%	45,0%	55,0%
Maraú	15,1%	84,9%	15,5%	84,5%
Ubaitaba	59,0%	41,0%	78,0%	22,0%
Ubatã	75,0%	25,0%	82,0%	18,0%
Uruçuca	29,0%	71,0%	70,0%	30,0%
Mata Atlântica	67,0%	33,0%	77,0%	23,0%
All	57,0%	43,0%	66,0%	34,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e Censo Demográfico 2000, Resultados do Universo

▪ **DENSIDADE DEMOGRÁFICA E AGLOMERADOS URBANOS E RURAIS**

Pelo já apresentado nos subitens anteriores (população e situação do domicílio) pode-se inferir que a maior densidade populacional esteja localizada na região da Mata Atlântica, o que de fato procede.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE), a região possui uma densidade total de 93 hab./km², muito acima das regiões com a segunda e a terceira maiores densidades demográficas, o Médio Rio de Contas, com 19 hab./km², e a Serra do Espinhaço, com 18 hab./km². As regiões com as menores densidades populacionais são as do sul tocantinense e a do oeste baiano, com apenas 4 hab./km² (ver Tabela 5.3.22).

TABELA 5.3.22 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA POR REGIÃO, 2000

REGIÃO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB./KM ²)		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Sul Tocantinense	4,2	288,5	1,0
Oeste Baiano	4,0	806,2	1,2
Bacia do São Francisco	13,5	1.625,0	6,5
Serra do Espinhaço	18,4	1.583,4	10,5
Médio Rio de Contas	19,2	2.045,0	6,5
Mata Atlântica	92,6	2.525,1	21,8
All	12,8	1.155,8	4,4
Bahia	23,1	2.028,7	7,6
Tocantins	4,2	415,6	1,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Microdados da Amostra.

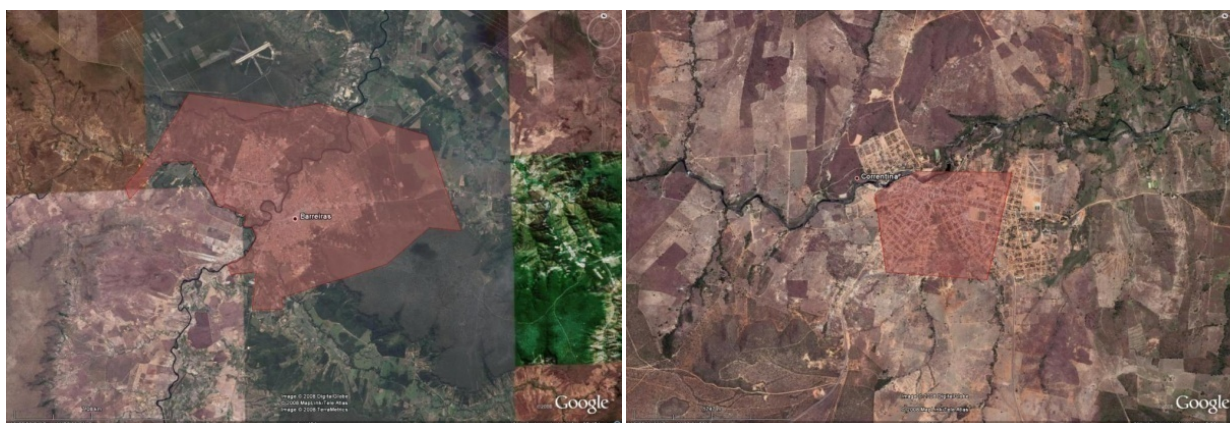
É importante destacar que a medida de densidade apresentada para o total da população não costuma servir para um bom entendimento de sua distribuição espacial. Como o cálculo representa, na verdade, uma média da densidade na totalidade do território não é capaz de revelar a heterogeneidade de sua distribuição no espaço. Como a distribuição da população é notadamente heterogênea, com aglomerações nas cidades, e área rural pouco povoada, o indicador de densidade total acaba obscurecendo essas informações, não servindo nem para identificar a densidade urbana, nem a densidade rural. Um município com uma cidade de grande porte pode, por exemplo, apresentar uma densidade baixa, caso esse contemple também um vasto território pouco ocupado. Esse problema, além de favorecer interpretações controversas, dificulta a identificação de impactos sobre o território e a população decorrentes da implantação, por exemplo, da Ferrovia.

Para aprimorar o indicador, pode-se separar a população rural e urbana, assim como a área rural e urbana, e mensurar a densidade populacional separadamente. O mapa da Figura 5.3.5, a seguir, apresenta as áreas identificadas como rurais e urbanas e o mapa da Figura 5.3.6 apresenta a densidade populacional das áreas rurais dos municípios da Área de Influência.

A exclusão da população localizada nos núcleos urbanos do cálculo da densidade rural oferece um indicador muito mais fiel sobre a distribuição espacial da população no campo. Retornando à Tabela 5.22, novamente a Mata Atlântica aparece como a região de maior densidade, 21,8 hab./km². Por sua vez, o segundo colocado passa a ser Serra do Espinhaço, com 10,5 hab./km². A região do médio Rio de Contas cai para terceiro, por conta provavelmente do fato de grande parte da densidade total ser consequência da população concentrada no núcleo urbano de Jequié.

Para a densidade urbana, os valores ainda devem ser vistos com reserva. Como a delimitação de áreas urbanas depende de legislação municipal específica, esses territórios não necessariamente coincidem com as respectivas manchas urbanas. Nesse caso, áreas delimitadas superiores à mancha urbana

reduzem a densidade, não espelhando a verdadeira concentração populacional. Nas imagens mostradas a seguir, são apresentados dois casos distintos. No primeiro, localizado no município de Barreiras, a área urbana delimitada é maior do que a mancha urbana constituída. No segundo, acontece justamente o inverso: no município de Correntina, a área delimitada é menor do que a mancha urbana.



Barreiras (BA) – mancha urbana.

Correntina (BA) – mancha urbana.

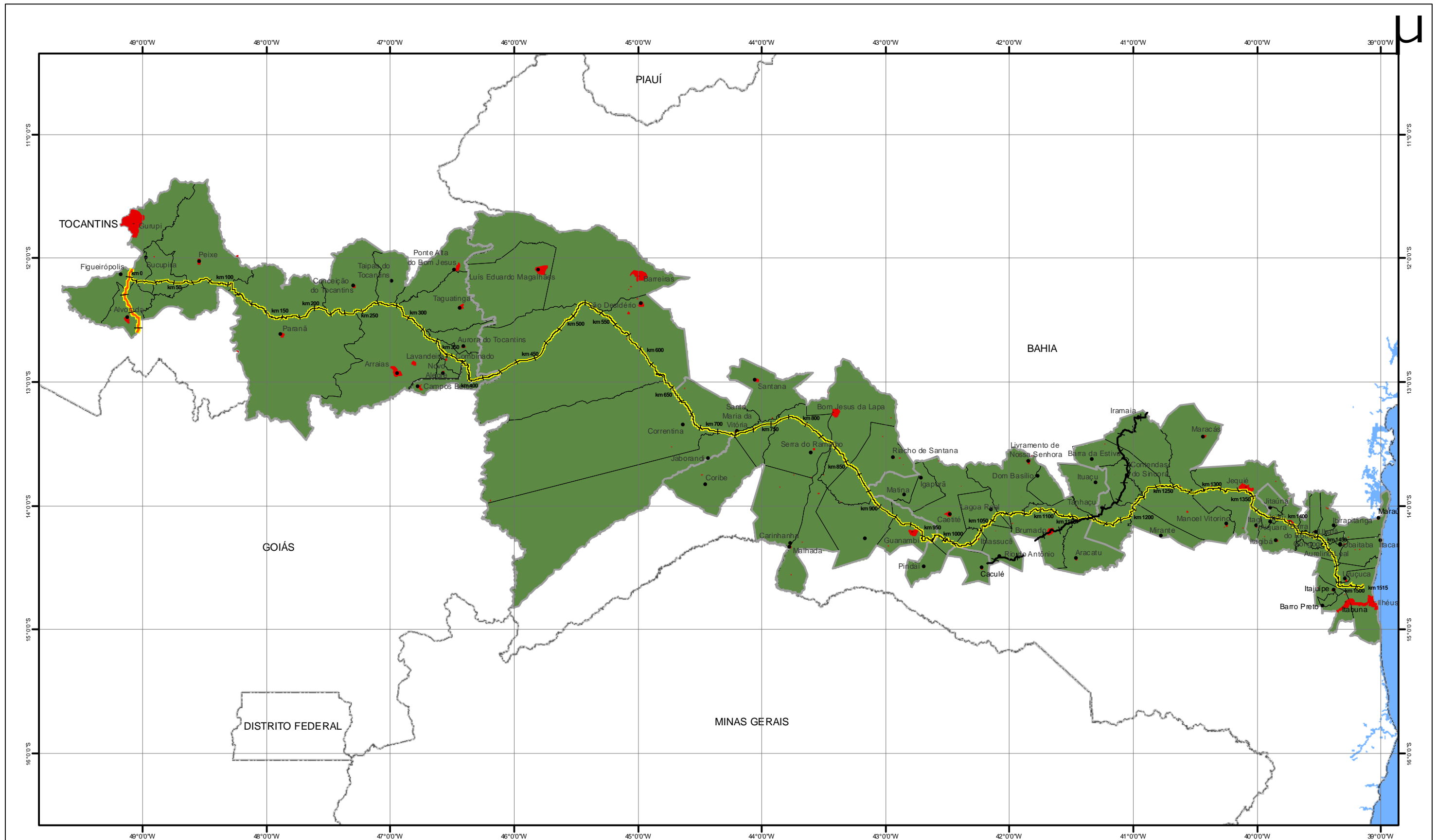
Do ponto de vista da implantação da Ferrovia, e estendendo a análise para o nível municipal, observa-se que a região do sul tocantinense não apresenta grandes obstáculos demográficos. Além do traçado não interceptar áreas urbanas, transcorre em uma área rural de baixa densidade populacional. A maioria dos municípios apresenta densidade no intervalo entre 0,5 e 1,5 hab./km². Alguns poucos atingem valores acima desse intervalo, como Campos Belos, 4,0 hab./km², e Combinado, 3,8 hab./km² (Tabela 5.3.23).

TABELA 5.3.23 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA: SUL TOCANTINENSE, 2000

MUNICÍPIO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM ²)		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Alvorada	7,0	462,8	0,6
Arraias	1,9	111,9	0,8
Aurora do Tocantins	4,1	479,2	1,5
Campos Belos	23,4	1.124,4	4,0
Combinado	21,6	1.600,4	3,8
Conceição do Tocantins	1,7	387,4	0,8
Figueirópolis	2,9	2.615,3	0,6

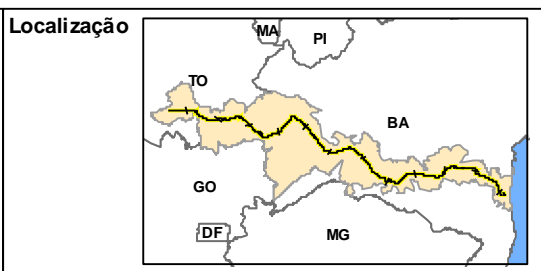
Gurupi	35,3	230,0	1,0
Lavandeira	2,3	499,7	1,1
Novo Alegre	11,4	815,0	2,4
Paraná	0,9	285,0	0,7
Peixe	1,7	282,6	1,0
Ponte Alta do Bom Jesus	2,5	132,5	1,2
Sucupira	1,4	610,7	0,6
Taguatinga	5,4	625,1	2,1
Taipas do Tocantins	1,5	874,1	0,5
Sul Tocantinense	4,2	288,5	1,0
All	12,8	1.155,8	4,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Microdados da Amostra.



Nota: Mapa elaborado a partir da integração da base de dados do IBGE e SUPRO - VALEC

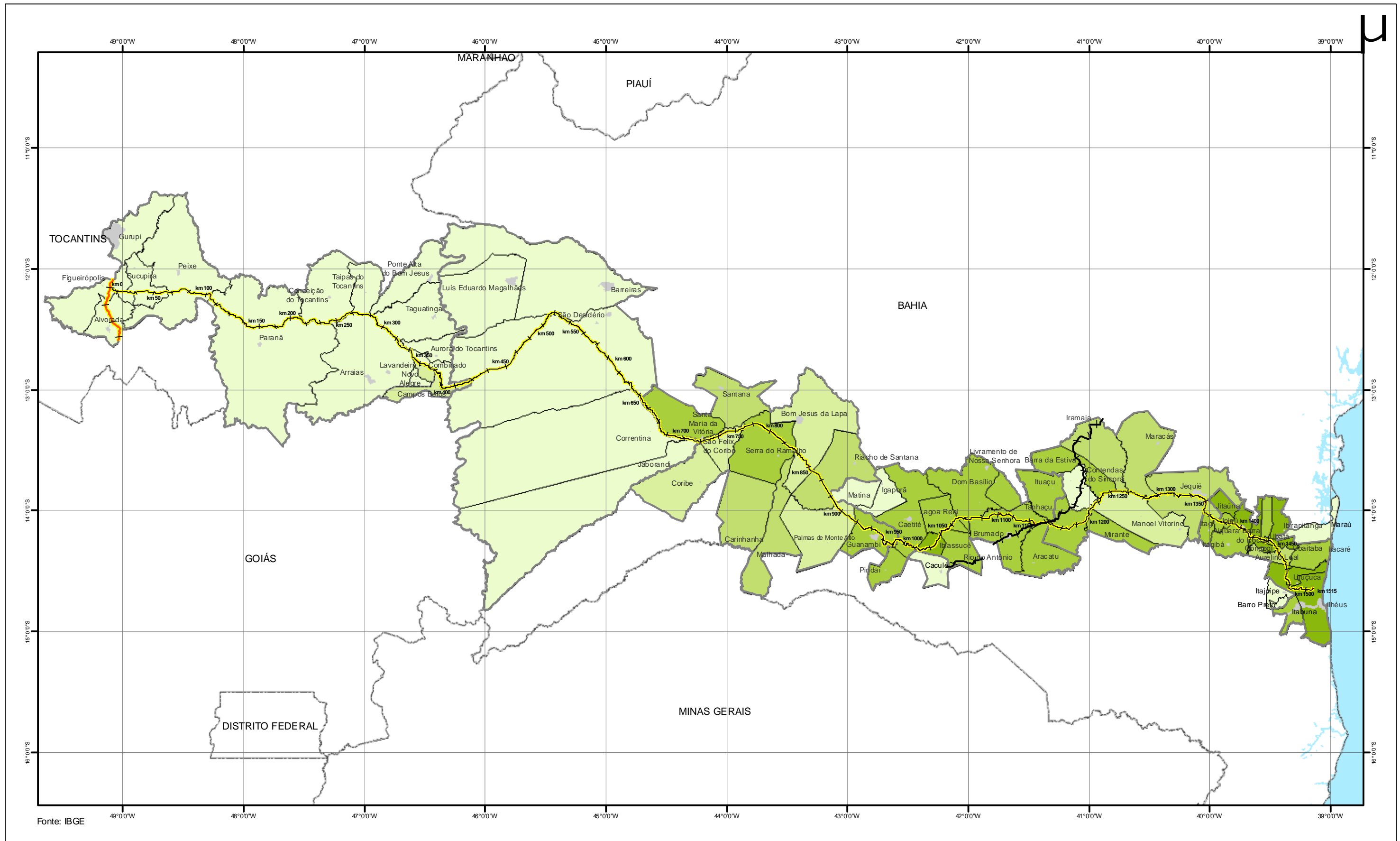
Legenda		
Situação do Domicílio	Urbano	Limite Municipal
	Rural	Limite Estadual
	Ferrovia em Operação	Limite das Regiões
	Ferrovia em Construção	Quilometragem Estimada
	Ferrovia Projetada	



Elaborado Por:	
Data:	Outubro/2009
Versão:	01

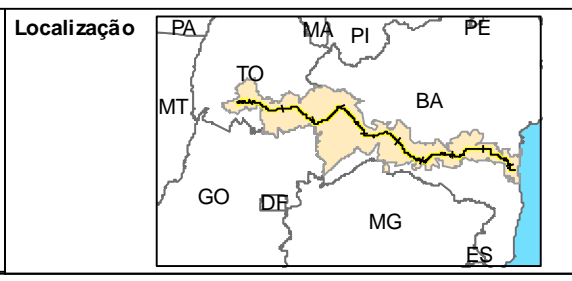
FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334) Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)
EIA-RIMA
MAPA DE MALHA SETORIAL RURAL E URBANA, 2000

VALEC
Escala: 1:3.300.000
Figura: 5.3.5



Fonte: IBGE

Legenda		
Densidade Rural (hab/km ²)		
	Até 2,4	
	Entre 2,4 e 5,0	
	Entre 5,0 e 8,0	
	Entre 8,0 e 18,0	
	Acima de 18,0	
	Cidade (acima de 50 mil hab)	
	Cidade (abaixo de 50 mil hab)	
	Ferrovia em Operação	
	Ferrovia em Construção	
	Ferrovia Projetada	



Elaborado Por:	
Data:	Outubro/2009
Versão:	01

<p>FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334) Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)</p>	<p>EIA-RIMA</p>
<p>MAPA DE DENSIDADE RURAL (2000)</p>	

<p>Escala: 1:3.300.000</p>
<p>Figura: 5.3.6</p>

- O oeste baiano também apresenta uma baixa densidade rural. Entretanto, nesse caso, o modelo de ocupação do território é completamente distinto. Enquanto no sul tocantinense a baixa densidade é resultante de um vazio demográfico, da predominância de pastagens e remanescentes de cerrado, no oeste baiano prevalece a monocultura extensiva, mecanizada, valendo-se do relevo plano. Nos cinco municípios incluídos na All no oeste baiano, prevalece a ocupação por grandes fazendas, onde são produzidos principalmente soja, milho e algodão, com pouco emprego de mão de obra, o que explica os baixos valores de densidade rural (ver Tabela 5.3.24), todos próximos a 1,0 hab./km².

TABELA 5.3.24 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA: OESTE BAIANO, 2000

MUNICÍPIO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM ²)		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Barreiras	11,1	799,3	1,4
Correntina	2,5	6.458,8	1,6
Jaborandi	1,1	2.699,1	0,9
Lúis Eduardo Magalhães	-	-	-
São Desidério	1,3	328,8	0,8
Oeste Baiano	4,0	806,2	1,2
All	12,8	1.155,8	4,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Microdados da Amostra.

Na Bacia do São Francisco, a implantação da Ferrovia encontra os maiores obstáculos demográficos. Com o término do planalto das “Gerais”, além do relevo relativamente mais acidentado que conduz ao Vale do Rio São Francisco, o traçado intercepta a periferia de áreas urbanas em Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe, e cruza áreas rurais mais densamente povoadas.

Pela Tabela 5.3.25 a seguir, observa-se que a densidade rural passa de 1,0 e 1,2 hab./km², nas regiões anteriores, para 6,5 hab./km². Esses valores ainda estão longe do maior adensamento do trajeto, na região da Mata Atlântica (21,8 hab./km²), entretanto alguns aspectos merecem destaque. Nessa região, ganha importância a fruticultura, localizada principalmente nos municípios de São Félix do Coribe e Bom Jesus da Lapa. Esse cultivo demanda um contingente maior de mão de obra por hectare cultivado. Além disso, prevalece o modelo de pequenas propriedades organizadas em cooperativas, o que também colabora para o maior emprego de pessoas no campo.

O maior impacto sobre a densidade e o elemento predominante na paisagem, contudo, são as pastagens. O clima semiárido dificulta a produção agrícola, que acontece de forma pontual em projetos de agricultura irrigável. A região, como um todo, se apóia economicamente, sobretudo, na pecuária. Diferentemente do que ocorre no sul tocantinense, onde as pastagens atingem

uma média entre 200 e 300 hectares por estabelecimento, essa média cai para 20 a 30 hectares na Bacia do São Francisco. Isso explica a maior presença populacional rural em municípios como Guanambi (14,0 hab./km²) e Santa Maria da Vitória (9,8 hab./km²).

TABELA 5.3.25 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA: BACIA DO SÃO FRANCISCO, 2000

MUNICÍPIO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB./KM ²)		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Bom Jesus da Lapa	13,6	971,8	4,2
Carinhanha	9,9	3.466,5	6,1
Coribe	5,7	5.186,5	3,5
Caculé	29,65	1936,70	12,95
Guanambi	55,1	1.542,7	14,0
Malhada	8,8	2.258,2	5,4
Palmas de Monte Alto	7,2	10.855,1	4,8
Riacho de Santana	10,6	2.117,0	6,5
Santa Maria da Vitória	21,8	3.244,0	9,8
Santana	12,1	1.117,4	5,9
São Félix do Coribe	13,9	4.231,0	3,8
Serra do Ramalho	12,4	1.036,0	11,0
Bacia do São Francisco			
All			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Microdados da Amostra.



Serra do Ramalho – moradores da Agrovila 20.



Serra do Ramalho – trator transportando água.

Na Serra do Espinhaço, conforme se pode notar na Tabela 5.3.26, a densidade rural atinge 10,5 hab./km². Novamente, observa-se o impacto da pecuária desenvolvida em propriedades menores como elemento de emprego das pessoas na área rural. Nessa região, também prevalece uma agricultura de menor escala, influenciada pelo próprio relevo. Na região, são produzidos, principalmente, algodão e melancia.

TABELA 5.3.26 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA: SERRA DO ESPINHAÇO, 2000

MUNICÍPIO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB./KM ²)		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Aracatu	10,1	1.392,4	8,0
Brumado	28,4	1.469,7	9,8
Caetité	19,6	1.316,8	9,5
Dom Basílio	15,9	2.017,8	13,6
Ibiassucê	33,5	1.003,0	23,2
Ituaçu	14,1	3.793,1	10,5
Igaporã	18,4	1648,1	9,5
Lagoa Real	12,8	1.601,5	10,8
Livramento de Nossa Senhora	16,8	1.895,1	9,4
Matina	15,9	3.562,8	9,5
Pindaí	21,6	1.818,9	16,6
Rio do Antônio	15,0	13.671,5	9,7
Serra do Espinhaço	18,4	1.583,4	10,5
All	12,8	1.155,8	4,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Microdados da Amostra.

Na região do Médio Rio de Contas (ver Tabela 5.3.27), a densidade rural cai para 6,5 hab/km². O índice é sustentado por dois municípios com população em torno de 20 mil habitantes: Barra da Estiva, com densidade rural de 11,0 hab./km², e Tanhaçu, 9,7 hab./km². O primeiro possui boa parte do território acima dos 800 metros de altitude, na encosta da Chapada Diamantina. Essa região está um pouco afastada do Empreendimento, que corre pela margem sul do Rio de Contas. O clima ameno favorece a plantação de café, do qual o município é grande produtor.

TABELA 5.3.27 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA: MÉDIO RIO DE CONTAS, 2000

MUNICÍPIO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB./KM ²)		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Barra da Estiva	17,4	16.120,5	11,0
Contendas do Sincorá	4,9	1.512,7	2,2
Iramaia	9,0	4.921,3	5,1
Jequié	48,1	1.833,5	5,7
Manoel Vitorino	7,5	1.323,3	4,4
Maracás	13,0	2.909,9	5,4
Mirante	13,1	1.163,9	11,9
Tanhaçu	14,9	3.341,7	9,7
Médio Rio de Contas	19,2	2.045,0	6,5
All	12,8	1.155,8	4,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Microdados da Amostra.

Na Mata Atlântica (Tabela 5.3.28), observa-se a maior densidade total, 92,6 hab./km², e também a maior densidade rural, 21,8 hab./km². Contribui, nesse sentido, o histórico de ocupação e as atividades econômicas ali desenvolvidas. A região foi a primeira, entre todas as que constituem a All, a sofrer o processo de

ocupação e a constituição de diversas cidades, vilas rurais e urbanas. A ocupação foi promissora, principalmente pela produção do cacau. A atividade propiciou a acumulação de capital e o florescimento urbano. Apesar da crise dos anos 1990, causada pela “vassoura-de-bruxa”, o cacau ainda representa uma das principais bases econômicas da região³.

O modo de produção do cacau é intensivo em mão de obra. A atividade depende dos coletadores que moram com suas famílias nas fazendas ou vilas rurais próximas. Dessa forma, municípios que são grandes produtores do fruto apresentam as maiores taxas de densidade rural, como Ibirapitanga (34,6 hab./km²) e Ilhéus (34,3 hab./km²).

A crise cacauzeira da década de 1990 trouxe efeitos indesejáveis na paisagem da região. Muitos municípios sofreram um processo acentuado de favelização, como consequência da migração de pessoas envolvidas na produção do fruto em direção às cidades. A área rural também vem sofrendo alterações nesses últimos anos. Parte da “cabruca” vem sendo substituída por pasto⁴. Ao longo do traçado proposto para a Ferrovia, pode-se perceber a instalação da pecuária como fonte de renda substituta do cacau.

TABELA 5.3.28 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA: MATA ATLÂNTICA, 2000

MUNICÍPIO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM ²)		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Aiquara	27,1	2.247,8	13,3
Aurelino Leal	37,4	10.156,9	7,0
Barra do Rocha	41,3	4.644,9	23,9
Barro Preto	71,3	7890,6	28,7
Gongogi	52,8	10.620,9	21,5
Ibirapitanga	48,2	2.253,4	34,6
Ilhéus	119,4	1.429,7	34,3
Ipiaú	151,4	2.272,8	21,0
Itabuna	439,7	4.550,8	13,5
Itacaré	24,5	5.181,9	13,8
Itagi	47,9	3.767,1	15,3
Itagibá	21,1	990,8	10,4
Itajuípe	76,08	2596,0	22,0
Jitaúna	62,8	5.662,0	34,4
Maraú	22,03	615,2	18,7
Ubaítaba	132,1	7.382,0	29,6
Ubatã	64,9	5.637,3	11,9
Uruçuca	60,8	4.642,7	18,6
Mata Atlântica			

³ A Vassoura-de-bruxa é uma doença dos cacauzeiros causada pelo fungo *Moniliophthora perniciosa*. É originária da bacia amazônica e foi detectada no sul da Bahia, em 1989.

⁴ A “cabruca” é uma plantação de cacau desenvolvida à sombra de árvores nativas de Mata Atlântica.

MUNICÍPIO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM ²)		
	TOTAL	URBANA	RURAL
All	12,8	1.155,8	4,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Microdados da Amostra.

▪ **DIVISÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA E ZONEAMENTOS EXISTENTES**

Do ponto de vista político-administrativo, todos os municípios brasileiros estão organizados segundo Micro e Mesorregiões, como definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As micro e mesorregiões de cada um dos municípios da Área de Influência Indireta estão apresentadas na Tabela 5.3.29, abaixo.

Ao mesmo tempo, outros zoneamentos, em nível estadual, foram estabelecidos por seus respectivos governos como instrumentos de planejamento e políticas públicas. Os municípios do Tocantins estão organizados, de acordo com o Decreto Governamental nº 791/89, de 15 de maio de 1989, em Regiões Administrativas. Os municípios tocantinenses que pertencem à Área de Influência estão contidos nas Regiões administrativas XIV (Gurupi), XVI (Paraná), XV (Dianópolis), XVII (Arraias) e XVIII (Taguatinga). A Tabela 5.3.30 apresenta os municípios da Área de Influência e as respectivas Regiões Administrativas do Estado do Tocantins.

TABELA 5.3.29 – MUNICÍPIOS DA AII POR MICRO E MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO
TOCANTINS		
Figueirópolis	Ocidental do Tocantins	Gurupi
Alvorada	Ocidental do Tocantins	Gurupi
Gurupi	Ocidental do Tocantins	Gurupi
Peixe	Ocidental do Tocantins	Gurupi
Sucupira	Ocidental do Tocantins	Gurupi
Paraná	Ocidental do Tocantins	Dianópolis
Arraias	Ocidental do Tocantins	Dianópolis
Conceição do Tocantins	Ocidental do Tocantins	Dianópolis
Taipas do Tocantins	Ocidental do Tocantins	Dianópolis
Ponte Alta do Bom Jesus	Ocidental do Tocantins	Dianópolis
Taguatinga	Ocidental do Tocantins	Dianópolis
Aurora do Tocantins	Ocidental do Tocantins	Dianópolis
Novo Alegre	Ocidental do Tocantins	Dianópolis
Lavandeira	Ocidental do Tocantins	Dianópolis
Combinado	Ocidental do Tocantins	Dianópolis
GOIÁS		
Campos Belos	Norte goiano	Chapada dos Veadeiros
BAHIA		
Barreiras	Extremo oeste baiano	Barreiras
Luis Eduardo Magalhães	Extremo oeste baiano	Barreiras
São Desidério	Extremo oeste baiano	Barreiras

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO
Correntina	Extremo oeste baiano	Santa Maria da Vitória
Jaborandi	Extremo oeste baiano	Santa Maria da Vitória
Coribe	Extremo oeste baiano	Santa Maria da Vitória
Santa Maria da Vitória	Extremo oeste baiano	Santa Maria da Vitória
Santana	Extremo oeste baiano	Santa Maria da Vitória
São Félix do Coribe	Extremo oeste baiano	Santa Maria da Vitória
Carinhanha	Vale São-Franciscano Bahia	Bom Jesus da Lapa
Serra do Ramalho	Vale São-Franciscano Bahia	Bom Jesus da Lapa
Malhada	Centro Sul Baiano	Guanambi
Bom Jesus da Lapa	Vale São-Franciscano Bahia	Bom Jesus da Lapa
Palmas de Monte Alto	Centro sul baiano	Guanambi
Riacho de Santana	Centro sul baiano	Guanambi
Guanambi	Centro sul baiano	Guanambi
Pindaú	Centro sul baiano	Guanambi
Caetité	Centro sul baiano	Guanambi
Ibiassucê	Centro sul baiano	Guanambi
Igaporã	Centro sul baiano	Guanambi
Matina	Centro sul baiano	Guanambi
Lagoa Real	Centro sul baiano	Guanambi
Caculé	Centro sul baiano	Guanambi
Livramento de Nossa Senhora	Centro sul baiano	Livramento do Brumado
Rio do Antônio	Centro sul baiano	Brumado
Brumado	Centro sul baiano	Brumado
Dom Basílio	Centro sul baiano	Livramento do Brumado
Aracatu	Centro sul baiano	Brumado
Ituaçu	Centro sul baiano	Brumado
Barra da Estiva	Centro sul baiano	Seabra
Tanhaçu	Centro sul baiano	Brumado
Contendas do Sincorá	Centro sul baiano	Seabra
Iramaia	Centro sul baiano	Jequié
Mirante	Centro sul baiano	Vitória da Conquista
Manoel Vitorino	Centro sul baiano	Vitória da Conquista
Maracás	Centro sul baiano	Jequié
Jequié	Centro sul baiano	Jequié
Itagi	Centro sul baiano	Jequié
Jitaúna	Centro sul baiano	Jequié
Aiquara	Centro sul baiano	Jequié
Maraú	Sul baiano	Valença
Itagibá	Sul baiano	Ilhéus-Itabuna
Barro Preto	Sul baiano	Ilhéus-Itabuna
Ipiaú	Sul baiano	Ilhéus-Itabuna
Itajuípe	Sul baiano	Ilhéus-Itabuna
Aurelino Leal	Sul baiano	Ilhéus-Itabuna
Gongogi	Sul baiano	Ilhéus-Itabuna
Barra do Rocha	Sul baiano	Ilhéus-Itabuna
Ubaitaba	Sul baiano	Ilhéus-Itabuna

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO
Ubatã	Sul baiano	Ilhéus-Itabuna
Ilhéus	Sul baiano	Ilhéus-Itabuna
Itabuna	Sul baiano	Ilhéus-Itabuna
Ibirapitanga	Sul baiano	Ilhéus-Itabuna
Uruçuca	Sul baiano	Ilhéus-Itabuna
Itacaré	Sul baiano	Ilhéus-Itabuna

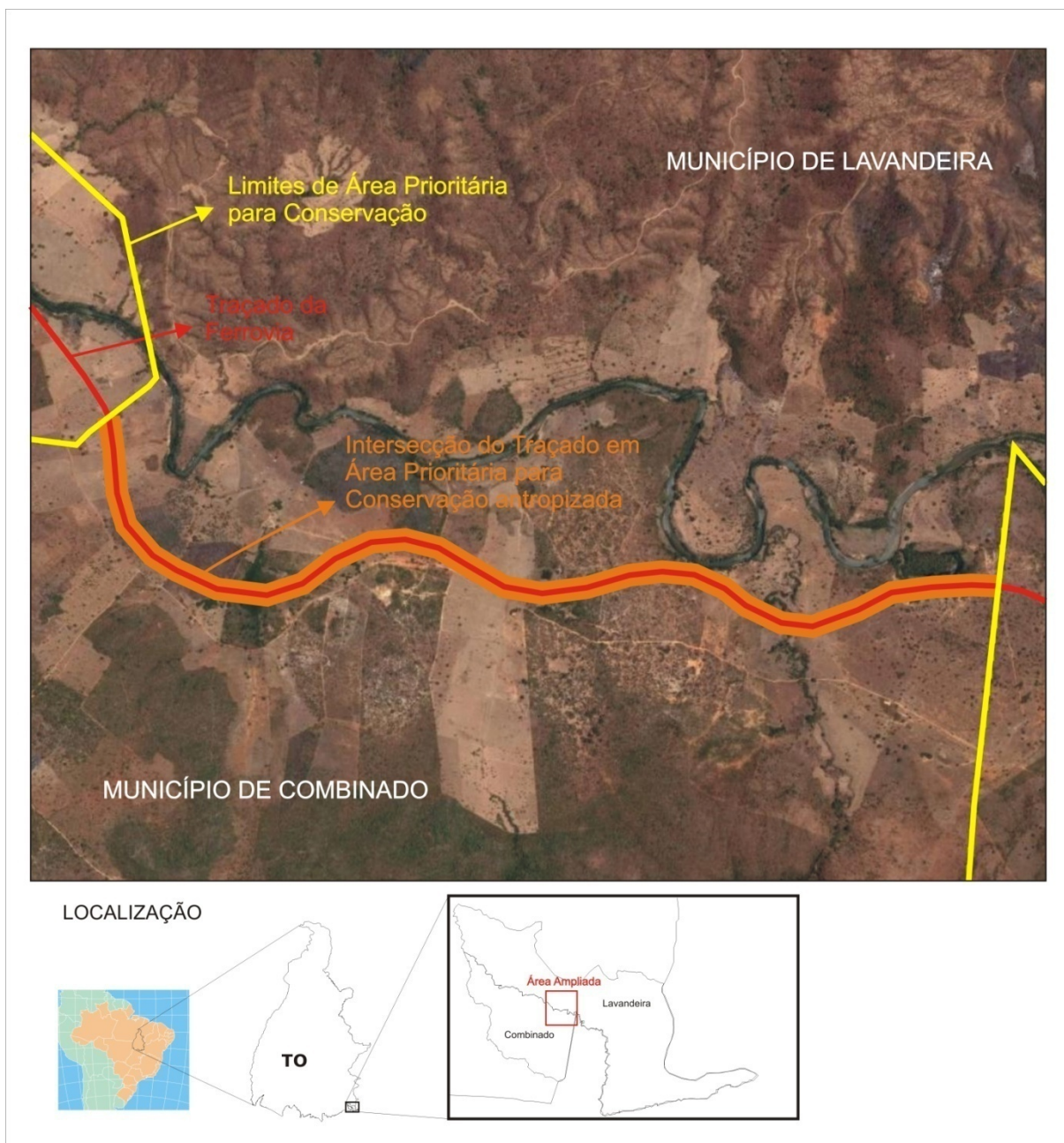
Fonte: IBGE, Base Cartográfica Digital.

TABELA 5.3.30 – MUNICÍPIOS DA AII (TOCANTINS) POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	MUNICÍPIOS
RA XIV – GURUPI	Gurupi, Figueirópolis, Alvorada, Peixe, Sucupira
RA XV – DIANÓPOLIS	Taipas do Tocantins
RA XVI – PARANÃ	Paraná
RA XVII – ARRAIAS	Conceição, Combinado, Lavandeira, Novo Alegre, Arraias
RA XVIII – TAGUATINGA	Taguatinga, Ponte Alta do Bom Jesus, Aurora do Tocantins

Fonte: SEPLAN, Atlas do Tocantins, 2008.

Ao mesmo tempo, o Governo do Estado do Tocantins desenvolveu um plano de Zoneamento Ecológico-Econômico, cujos estudos preliminares foram definidos para o Bico do Papagaio (norte do estado). A Secretaria de Planejamento definiu igualmente, por meio de um conjunto de estudos, um mapeamento das “áreas de uso legal restrito e potenciais para conservação”, apresentado no Atlas do Tocantins – 2008. Como se percebe (Figura 5.3.7), o Traçado da Ferrovia intercepta, além da APA Lago Peixe/ Angical, uma área definida pelo Governo do Estado como de potencial para conservação, nos municípios de Combinado e Lavandeira. Essa área, selecionada em 2004, sofreu forte pressão antrópica e, pela análise das imagens de satélite recentes, conservou a vegetação apenas nas bordas. A Ferrovia atravessará trechos nos quais a vegetação foi extirpada ou encontra-se agora degradada.



Travessia da Ferrovia em área declarada prioritária para conservação no estado do Tocantins, em péssimo estado de conservação.

Na Bahia, existem distintos critérios de organização espacial do território, como os Eixos de Desenvolvimento, as Regiões Econômicas, as Regiões Administrativas, etc. Porém, o principal critério utilizado no que diz respeito ao planejamento e às políticas públicas são os Territórios de Identidade. Define-se como territórios de identidade uma regionalização espacial baseada nas características socioeconômicas, políticas, culturais e geoambientais de uma área, resultantes do agrupamento de municípios e associadas ao sentimento de

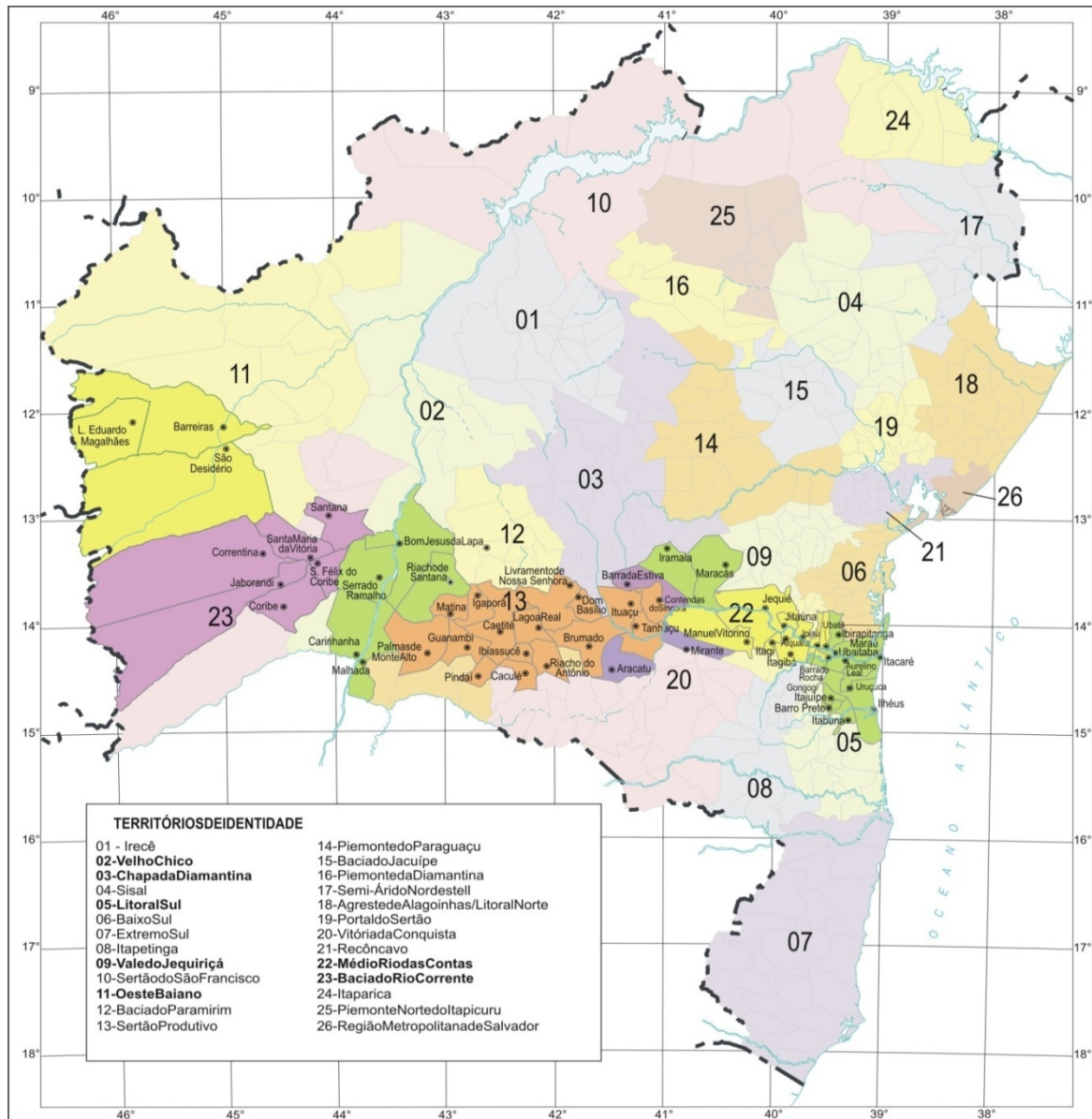
pertencimento da população. Deve-se comentar que esse critério foi criado originalmente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e vem sendo largamente utilizado no estado da Bahia como instrumento de planejamento e de consecução de políticas públicas. O estado da Bahia está dividido em um total de 26 Territórios de Identidade. Os municípios da AII e os respectivos Territórios estão indicados na Tabela 5.3.31, e podem ser visualizados na Figura 5.3.8.

TABELA 5.3.31 – MUNICÍPIOS DA AII (BAHIA) POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS
OESTE BAIANO	Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério
BACIA DO RIO CORRENTE	Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Coribe
VELHO CHICO	Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Malhada, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Matina, Igaporã
SERTÃO PRODUTIVO	Guanambi, Brumado, Caetité, Dom Basílio, Ibiassucê, Ituaçu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Palmas do Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Contendas do Sincorá, Tanhaçu, Caculé
VITÓRIA DA CONQUISTA	Aracatu, Mirante
VALE DO JEQUIRIÇÁ	Maracás, Iramaia
CHAPADA DIAMANTINA	Barra da Estiva
MÉDIO RIO DE CONTAS	Gongogi, Jequié, Manoel Vitorino, Aiquara, Barra do Rocha, Ipiaú, Itagibá, Itagi, Jitaúna, Ubatã
LITORAL SUL	Aurelino Leal, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuíbe, Maraú, Barro Preto, Ubaitaba, Uruçuca

Fonte: Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia - SEI (<http://www.sei.ba.gov.br/>).

FIGURA 5.3.8 – MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE



Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.
 Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2017.
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017.
 Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos, 2017.
 Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos, 2017.
 Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos, 2017.

Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de dados fornecidos pela Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia - SEI (<http://www.sei.ba.gov.br/>).

▪ **INFRAESTRUTURA DE EDUCAÇÃO**

ESCOLARIZAÇÃO

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do IPEA (2000), elaborado com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000, as taxas de escolarização dos municípios da Área de Influência Indireta mostraram que 92,7% das crianças, na faixa de 7 a 14 anos (correspondendo ao ensino fundamental), frequentavam a escola (ver Tabela 5.3.32). A frequência escolar das crianças de 5 a 6 anos se encontrava, em média, 66,3%, abaixo da média nacional (71,5%), o mesmo ocorria para faixa etária de 7 a 14 anos, cuja média nacional era de 94,5%.

A taxa de analfabetismo na Área de Influência Indireta, de 34,0%, mostrou-se preocupante, pois representava exatamente o dobro da média nacional. Os anos de estudo de pessoas com mais de 25 anos indicavam um alto grau de analfabetismo funcional⁵ na Área de Influência Indireta (3,7 anos), bem abaixo da média nacional, de 5,9.

TABELA 5.3.32 – TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO POR REGIÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA, 2000

REGIÃO	POPULAÇÃO (2000)	ANALFABETISMO (%)	MÉDIA ANOS ESTUDO - 25 ANOS OU MAIS	% QUE FREQUENTA ESCOLA	
				5 – 6 ANOS	7 – 14 ANOS
Sul Tocantinense	162.731	23,3	4,7	58,9	93,0
Oeste Baiano	191.726	27,6	4,5	68,5	93,4
Bacia do São Francisco	363.022	39,3	3,0	73,3	94,3
Serra do Espinhaço	268.494	38,8	3,1	69,6	94,2
Médio Rio de Contas	275.556	33,9	3,5	65,6	91,8
Mata Atlântica	699.914	41,7	3,1	62,0	89,2
All	1.961.443	34,1	3,7	66,3	92,7

Fonte: IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Em 2000, a região Sul Tocantinense era a região da Área de Influência Indireta com o menor índice de analfabetismo (23,3%) e a maior média de anos de estudos de pessoas com 25 anos ou mais. Por outro lado, em relação às outras cinco regiões, a sul tocaninense apresentava o menor percentual de crianças entre 5 e 6 anos na escola, com apenas 58,9%, bem abaixo da média nacional, de 71,5%; já entre 7 e 14 anos, 93% das crianças e adolescentes frequentavam a escola.

⁵ Segundo dados recentes do Instituto Paulo Montenegro (2005), no Brasil o analfabetismo funcional atinge 68% da população. Somados, esses 68% de analfabetos funcionais, com os 7% da população que é totalmente analfabeta, resulta que 75% da população não possui o domínio pleno da leitura, da escrita e das operações matemáticas, ou seja, apenas 1 de cada 4 brasileiros (25% da população) são plenamente alfabetizados, isso é, estão no nível 3 de alfabetização funcional.

Dentre os municípios dessa região, Taipas de Tocantins (TO) apresentava o maior índice de analfabetismo (42,2%) e Paranã (TO) a menor frequência de crianças de 5 a 6 anos na escola de toda a Área de Influência Indireta, com apenas 30%. Por outro lado, o município de Gurupi (TO) destacou-se positivamente, apresentando a maior média de anos de estudo de pessoas com 25 anos ou mais de toda Área de Influência Indireta (6,3 anos), acima da média nacional, de 5,9 anos, além disso, Gurupi apresentou a menor taxa de analfabetismo de toda Área de Influência Indireta, apenas 12%, abaixo da média nacional, de 16% (tabela 5.3.33).

TABELA 5.3.33 – TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO: SUL TOCANTINENSE, 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ANALFABETISMO (%)	MÉDIA ANOS ESTUDO - 25 ANOS OU MAIS	% QUE FREQUENTA ESCOLA	
				5 - 6 ANOS	7 - 14 ANOS
Alvorada	8.508	23,8	4,8	78,4	97,5
Arraias	10.984	38,8	3,2	58,3	90,3
Aurora do Tocantins	3.101	35,3	3,3	65,1	93,5
Campos Belos	17.047	28,6	3,9	61,5	83,4
Combinado	4.524	35,4	3,5	68,1	92,7
Conceição do Tocantins	4.377	35,7	3,1	51,6	91,4
Figueirópolis	5.562	22,4	4,5	61,0	96,0
Gurupi	65.034	12,0	6,3	61,3	96,6
Lavandeira	1.209	34,2	3,1	69,5	90,1
Novo Alegre	2.274	22,5	4,3	77,4	95,3
Paraná	10.416	37,9	2,4	30,0	84,2
Peixe	8.763	27,2	3,5	58,2	91,7
Ponte Alta do Bom Jesus	4.574	39,4	2,9	45,3	90,5
Sucupira	1.476	26,7	3,9	51,1	88,8
Taguatinga	13.169	29,0	3,8	52,3	94,0
Taipas do Tocantins	1.713	42,2	2,8	40,9	89,7
Sul Tocantinense	162.731	23,3	4,7	58,9	93,0
All	1.961.443	34,1	3,7	66,3	92,7

Fonte: IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Os índices de escolaridade e analfabetismo da região do oeste baiano eram muito precários. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do IPEA (2000), no município de Jaborandi (BA), cerca da metade da população era analfabeta (48,9%) e a média de anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais era de apenas dois anos. Por outro lado, o município de Barreiras (BA) apresentava as melhores condições educacionais da região, com índice de analfabetismo de 20%, bem melhor que a média da região do oeste baiano (27,6%) e de toda Área de Influência Direta (31,9%). Apesar disso, os índices educacionais de Barreiras eram piores que os índices nacionais (Tabela 5.3.34).

TABELA 5.3.34 – TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO - OESTE BAIANO, 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (2000)	ANALFABETISMO (%)	MÉDIA ANOS ESTUDO - 25 ANOS OU MAIS	% QUE FREQUENTA ESCOLA	
				5 - 6 ANOS	7 - 14 ANOS
Barreiras*	131.849	20,0	5,4	68,9	93,5
Correntina	30.583	40,6	2,7	75,2	93,9
Jaborandi	10.288	48,9	2,0	65,3	96,4
São Desidério	19.006	47,9	2,5	56,6	90,5
Oeste Baiano	191.726	27,6	4,5	68,5	93,4
All	1.961.443	34,1	3,7	66,3	92,7

*em 30 de março de 2000, parte de seu território deu origem ao Município de Luis Eduardo Magalhães.
Fonte: IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Apesar da região da Bacia do São Francisco apresentar elevados índices de analfabetismo (39,3%), sendo que, no município de Malhada (BA), mais da metade da população em 2000 era analfabeta (50,1%), os dados de frequência escolar indicaram que, nos próximos anos, o analfabetismo pode diminuir. O percentual da população que frequentava a escola estava acima da média nacional tanto para a faixa etária entre 5 e 6 anos, quanto entre 7 e 14, 73,3% e 94,3%, respectivamente. Dentre os municípios dessa região, destacaram-se os municípios de Riacho de Santana (BA) e Serra do Ramalho (BA) onde menos de 3% da população de 7 a 14 anos estava fora da escola em 2000. Ainda assim, outros avanços ainda precisavam ser implementados para diminuir a taxa de analfabetismo e a média de anos de estudo da população da Bacia do São Francisco (Tabela 5.3.35).

TABELA 5.3.35 – TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO: BACIA DO SÃO FRANCISCO, 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (2000)	ANALFABETISMO (%)	MÉDIA ANOS ESTUDO - 25 ANOS OU MAIS	% QUE FREQUENTA ESCOLA	
				5 - 6 ANOS	7 - 14 ANOS
Bom Jesus da Lapa	54.421	32,3	4,1	73,8	92,9
Carinhanha	27.272	47,3	2,4	55,5	89,7
Coribe	15.148	43,8	2,3	74,4	90,3
Caculé	20.339	32,7	3,4	88,1	95,4
Guanambi	71.728	28,8	4,4	79,5	96,4
Malhada	15.614	50,1	2,3	81,5	91,0
Palmas de Monte Alto	20.099	46,0	2,2	65,5	96,0
Riacho de Santana	28.643	40,3	2,7	72,9	97,3
Santa Maria da Vitória	41.261	37,9	3,2	63,7	94,9
Santana	24.139	40,2	3,1	77,2	95,5
São Félix do Coribe	11.758	31,8	3,3	71,7	95,2
Serra do Ramalho	32.600	39,9	2,7	75,8	97,0
Bacia do São Francisco	363.022	39,3	3,0	73,3	94,3

All	1.961.443	34,1	3,7	66,3	92,7
------------	------------------	-------------	------------	-------------	-------------

Fonte: IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Os índices de analfabetismo e escolarização da região da Serra do Espinhaço foram os piores de toda Área de Influência Indireta, com 38,8% de analfabetos e com uma média de apenas 3,1 anos de estudo dentre as pessoas com 25 anos ou mais. O município de Aracatu (BA) destacou-se negativamente dentre todos os municípios, apresentando os piores índices de analfabetismo e escolarização, sendo o município com maior número de analfabetos (54,0%) e o segundo pior em relação ao número de anos de estudo dentre as pessoas com 25 anos ou mais, com apenas 1,7. Apesar disso, a frequência de alunos de 7 a 14 anos na escola era maior que a média nacional, com apenas cerca de 5,0% das crianças e adolescentes fora da escola (Tabela 5.3.36).

TABELA 5.3.36 – TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO - SERRA DO ESPINHAÇO, 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (2000)	ANALFABETISMO (%)	MÉDIA ANOS ESTUDO - 25 ANOS OU MAIS	% QUE FREQUENTA ESCOLA	
				5 – 6 ANOS	7 – 14 ANOS
Aracatu	15.491	54,0	1,7	47,5	94,7
Brumado	61.670	29,7	4,0	72,9	95,6
Caetité	45.090	39,3	3,4	67,4	94,1
Dom Basílio	10.427	36,5	2,6	79,3	95,6
Ibiassucê	12.828	38,4	2,8	72,3	93,8
Igaporã	14.557	36,5	3,2	81,5	97,2
Ituaçu	17.268	47,8	2,0	71,7	87,5
Lagoa Real	12.765	49,3	1,9	45,2	94,5
Livramento N. Senhora	38.025	34,5	3,5	73,9	94,3
Matina	10.242	53,2	2,0	70,4	95,4
Pindaí	15.494	41,5	2,5	78,7	95,6
Rio do Antônio	14.637	42,6	2,2	62,1	90,1
Serra do Espinhaço	268.494	38,8	3,1	69,6	94,2
All	1.961.443	34,1	3,7	66,3	92,7

Fonte: IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Os índices de analfabetismo e escolarização dos municípios da região do Médio Rio de Contas eram muito precários, inclusive quando comparados à média de toda Área de Influência Indireta, sendo que a situação do município de Mirante (BA) era alarmante. Dos quatro indicadores de analfabetismo e escolarização selecionados, em três deles, Mirante apresentou o pior índice dentre todos os municípios da Área de Influência Indireta, com média de anos de estudos dentre as pessoas com 25 anos ou mais, de apenas 1,6. Em Mirante, por exemplo, 47,7% da população era de analfabetos. A análise dos dados de frequência escolar indicou que a reversão ou amenização desse quadro de analfabetismo e escolarização ainda está muito distante, pois Mirante era o município de toda Área de Influência

Indireta com as piores frequências escolares nas faixas etárias de 5 a 6 anos e de 7 a 14 anos, 31% e 67,4%, respectivamente (Tabela 5.3.37).

TABELA 5.3.37 – TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO - MÉDIO RIO DE CONTAS, 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (2000)	ANALFABETISMO (%)	MÉDIA ANOS ESTUDO - 25 ANOS OU MAIS	% QUE FREQUENTA ESCOLA	
				5 – 6 ANOS	7 – 14 ANOS
Barra da Estiva	24.440	41,9	2,3	50,6	86,2
Contendas do Sincorá	4.264	37,5	2,9	84,3	91,5
Iramaia	17.553	40,4	2,6	39,2	84,6
Jequié	147.202	26,9	4,6	69,8	94,8
Manoel Vitorino	16.704	51,1	1,8	58,1	90,2
Maracás	31.683	38,6	2,6	79,0	94,7
Mirante	13.666	47,7	1,6	31,0	67,4
Tanhaçu	20.044	38,1	2,4	80,8	96,4
Médio Rio de Contas	275.556	33,9	3,5	65,6	91,8
All	1.961.443	34,1	3,7	66,3	92,7

Fonte: IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

Na região da Mata Atlântica, a frequência de alunos de 7 a 14 anos foi a pior de toda Área de Influência Indireta, com cerca de 10% dos alunos fora da escola. A continuidade desse quadro pode ser extremamente prejudicial para municípios como Aurelino Leal (BA), que apresentou o terceiro maior número de analfabetos de toda Área de Influência Indireta, 52,8%. Pode dificultar também a melhoria dos níveis de analfabetismo de municípios como Itabuna (BA), que, apesar de ter o segundo menor número relativo de analfabetos de toda Área de Influência Indireta, com 18,6%, e a segunda maior média de anos de estudos dentre as pessoas com 25 anos ou mais (5,7 anos), bem próximo da média nacional, ainda precisa melhorar os índices de frequência escolar (Tabela 5.3.38).

TABELA 5.3.38 – TAXAS DE ANALFABETISMO E DE ESCOLARIZAÇÃO: MATA ATLÂNTICA, 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (2000)	ANALFABETISMO (%)	MÉDIA ANOS ESTUDO - 25 ANOS OU MAIS	% QUE FREQUENTA ESCOLA	
				5 – 6 ANOS	7 – 14 ANOS
Aiquara	5.315	40,6	2,7	71,4	93,3
Aurelino Leal	17.149	52,8	2,2	54,6	91,2
Barra do Rocha	8.074	47,9	2,7	62,8	90,2
Barro Preto	8.602	42,1	3,3	62,6	92,6
Gongogi	10.522	49,3	2,3	61,8	90,1
Ibirapitanga	13.419	51,1	2,0	69,0	88,7
Ilhéus	222.127	24,0	5,0	60,5	88,4
Ipiaú	43.621	33,3	4,1	71,4	94,3

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (2000)	ANALFABETISMO (%)	MÉDIA ANOS ESTUDO - 25 ANOS OU MAIS	% QUE FREQUENTA ESCOLA	
				5 – 6 ANOS	7 – 14 ANOS
Itabuna	196.675	18,6	5,7	77,2	93,0
Itacaré	18.120	43,0	2,8	55,4	86,5
Itagi	14.629	44,8	2,5	53,7	91,5
Itagibá	17.191	46,2	2,7	70,1	93,9
Itajuípe	22.511	34,1	3,6	72,6	90,9
Jitaúna	21.056	46,6	2,6	38,0	88,2
Maraú	18.366	58,1	1,9	44,6	75,8
Ubatuba	23.854	37,7	3,2	72,2	90,7
Ubatã	21.803	38,1	3,5	62,0	89,8
Uruçuca	20.323	43,1	3,2	57,3	80,2
Mata Atlântica	699.914	41,7	3,1	62,0	89,2
All	1.961.443	34,1	3,7	66,3	92,7

Fonte: IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000.

ESTABELECIMENTOS, DOCENTES E ALUNOS

Os municípios da Área de Influência Indireta contam com estabelecimentos de ensino para os níveis fundamental (Tabela 5.3.39) e médio (Tabela 5.3.40). Os dados referentes ao Ensino Fundamental estão mais atualizados, pois foram sistematizados em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). No entanto, esse levantamento de 2007 não sistematizou os dados para o ensino médio. A alternativa foi buscar dados nas secretarias estaduais de educação de Tocantins, Goiás e Bahia, que contavam com dados de 2006 para número de estabelecimentos de ensino, corpo docente e alunos no ensino médio.

TABELA 5.3.39 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, CORPO DOCENTE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL POR REGIÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA, 2007

REGIÃO	ESCOLAS	PROFESSORES	ALUNOS
Sul Tocantinense	236	613	13.851
Oeste Baiano	251	1.439	36.233
Bacia do São Francisco	597	2956	67.463
Serra do Espinhaço	551	1950	45.477
Médio Rio de Contas	419	1.231	36.560
Mata Atlântica	627	2.565	83.777
All	2.681	10.754	283.361

FONTE: MEC/INEP, 2007

TABELA 5.3.40 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, CORPO DOCENTE E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO POR REGIÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA, 2006

REGIÃO	ESCOLAS	PROFESSORES	ALUNOS
Sul Tocantinense	24	-	7.268
Oeste Baiano	30	591	14.325
Bacia do São Francisco	43	905	26545
Serra do Espinhaço	34	682	14.766
Médio Rio de Contas	32	610	13.384
Mata Atlântica	72	1674	36490
All	229	4.325	107.657

FONTE: SEDUC/TO, 2006; SEC/BA, 2006 e SEDUC/GO, 2006

Os dados do ensino fundamental e médio relativos ao número de estabelecimentos, professores e alunos, referentes aos municípios de cada região podem ser visualizados, respectivamente, nas Tabelas 5.3.41 e 5.3.42.

TABELA 5.3.41 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, CORPO DOCENTE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL POR MUNICÍPIO, 2007

MUNICÍPIO	ESCOLAS	PROFESSORES	ALUNOS
Alvorada	4	37	860
Arraias	40	9	608
Aurora do Tocantins	3	1	106
Campos Belos	13	108	2.204
Combinado	1	1	7
Conceição do Tocantins	21	4	356
Figueirópolis	1	15	444
Gurupi	31	239	4.682
Lavandeira	2	1	21
Novo Alegre	1	2	37
Paraná	53	17	969
Peixe	13	83	1.416
Ponte Alta do Bom Jesus	22	12	346
Sucupira	1	14	198
Taguatinga	28	70	1.574
Taipas do Tocantins	2	0	23
Sul Tocantinense	236	613	13.851
Barreiras	81	569	14.394
Correntina	61	262	5.994
Jaborandi	19	72	1.808
Luis Eduardo Magalhães	24	335	8.691
São Desidério	66	201	5.346
Oeste Baiano	251	1.439	36.233
Bom Jesus da Lapa	107	371	10.377
Carinhanha	53	274	6.297
Coribe	33	141	3.125
Caçalé	18	208	3516

MUNICÍPIO	ESCOLAS	PROFESSORES	ALUNOS
Guanambi	29	319	8.438
Malhada	41	158	4.023
Palmas de Monte Alto	52	176	4.568
Riacho de Santana	39	247	5.076
Santa Maria da Vitória	91	309	7.535
Santana	42	152	3.530
São Félix do Coribe	21	160	2.974
Serra do Ramalho	71	441	8.004
Bacia do São Francisco	597	2956	67.463
Aracatu	68	87	2.828
Brumado	29	391	8.871
Caetité	46	288	7.293
Dom Basílio	33	98	1.846
Ibiassucê	33	42	1.530
Igaporã	26	153	2.842
Ituaçu	81	157	4.175
Lagoa Real	44	126	3.040
Livramento de Nossa Senhora	106	269	5.246
Matina	26	86	2.261
Pindaí	32	111	2.933
Rio do Antônio	27	142	2.612
Serra do Espinhaço	551	1.950	45.477
Barra da Estiva	65	38	2.755
Contendas do Sincorá	14	35	863
Iramaia	39	127	3.490
Jequié	106	576	15.899
Manoel Vitorino	45	93	4.087
Maracás	39	168	4.213
Mirante	28	47	1.988
Tanhaçu	83	147	3.265
Médio Rio de Contas	419	1.231	36.560
Aiquara	1	15	267
Aurelino Leal	1	16	520
Barra do Rocha	1	28	447
Barro Preto	16	78	1406
Gongogi	1	12	401
Ibirapitanga	1	28	1.117
Ilhéus	21	516	10.957
Ipiaú	5	109	2.728
Itabuna	23	596	11.901
Itacaré	3	39	861
Itagi	2	36	772
Itagibá	1	21	757
Itajuípe	43	195	4404
Jitaúna	2	46	902
Maraú	75	257	4626

MUNICÍPIO	ESCOLAS	PROFESSORES	ALUNOS
Ubaitaba	2	38	770
Ubatã	1	40	1.066
Uruçuca	3	50	1.274
Mata Atlântica	627	2.565	83.777
All	2.681	10.754	283.361

Fonte: SEDUC/TO, 2006; SEC/BA, 2006 e SEDUC/GO, 2006.

TABELA 5.3.42 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, CORPO DOCENTE E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO POR MUNICÍPIO, 2006

MUNICÍPIO	ESCOLAS	PROFESSORES	ALUNOS
Alvorada	1	-	399
Arraias	2	-	467
Aurora do Tocantins	1	-	143
Campos Belos	4	-	-
Combinado	1	-	273
Conceição do Tocantins	1	-	134
Figueirópolis	1	-	246
Gurupi	2	-	3.603
Lavandeira	1	-	86
Novo Alegre	1	-	118
Paraná	2	-	336
Peixe	2	-	439
Ponte Alta do Bom Jesus	1	-	360
Sucupira	1	-	52
Taguatinga	2	-	509
Taipas do Tocantins	1	-	103
Sul Tocantinense	24	-	7.268
Barreiras	18	372	8.337
Correntina	4	72	1.847
Jaborandi	1	20	570
Luis Eduardo Magalhães	4	89	2.592
São Desidério	3	38	979
Oeste Baiano	30	591	14.325
Bom Jesus da Lapa	8	130	3.681
Carinhanha	2	37	1.792
Coribe	1	29	985
Caculé	2	53	3516
Guanambi	11	219	4.654
Malhada	2	38	1.012
Palmas de Monte Alto	2	38	1.087
Riacho de Santana	5	78	2.037
Santa Maria da Vitória	4	93	2.581
Santana	4	68	1.731
São Félix do Coribe	1	19	1.013
Serra do Ramalho	1	103	2.456

MUNICÍPIO	ESCOLAS	PROFESSORES	ALUNOS
Bacia do São Francisco	43	905	26545
Aracatu	1	23	620
Brumado	6	135	4.131
Caetité	4	107	2.201
Dom Basílio	1	20	468
Ibiassucê	1	13	518
Igaporã	1	40	740
Ituaçu	3	44	1.057
Lagoa Real	2	26	669
Livramento de Nossa Senhora	9	178	2.411
Matina	1	14	561
Pindaí	2	42	811
Rio do Antônio	3	40	579
Serra do Espinhaço	34	682	14.766
Barra da Estiva	3	46	1.312
Contendas do Sincorá	2	20	342
Iramaia	1	20	426
Jequié	15	375	7.898
Manoel Vitorino	2	37	661
Maracás	4	61	1.247
Mirante	1	8	367
Tanhaçu	4	43	1.131
Médio Rio de Contas	32	610	13.384
Aiquara	1	15	267
Aurelino Leal	1	16	520
Barra do Rocha	1	28	447
Barro Preto	1	19	466
Gongogi	1	12	401
Ibirapitanga	1	28	1.117
Ilhéus	21	516	10.957
Ipiaú	5	109	2.728
Itabuna	23	596	11.901
Itacaré	3	39	861
Itagi	2	36	772
Itagibá	1	18	732
Itajuípe	1	33	775
Jitaúna	2	46	902
Maraú	2	35	534
Ubaitaba	2	38	770
Ubatã	1	40	1.066
Uruçuca	3	50	1.274
Mata Atlântica	72	1674	36490
All	229	4.325	107.657

FONTE: MEC/INEP, 2007.

▪ **INFRAESTRUTURA DE SAÚDE**

Dos 70 municípios que constituem a Área de Influência, 49 possuem uma unidade hospitalar e pelo menos um posto de saúde (Tabela 5.3.43). O número de hospitais é relativamente mais elevado (em relação à população) nas regiões sul tocantinense e oeste baiano do que nas regiões Bacia do São Francisco, Serra do Espinhaço, Médio Rio de Contas e Mata Atlântica. Quanto aos postos de saúde, a região Serra do Espinhaço possui a maior concentração relativa de postos de saúde, enquanto a região Oeste Baiano possui a menor concentração das seis regiões. E as outras quatro regiões – sul tocantinense, Bacia do São Francisco, Médio Rio de Contas e Mata Atlântica – ocupam posições intermediárias em número de postos de saúde.

Considerando-se o indicador “disponibilidade de leitos” verifica-se que a relação de leitos hospitalares por mil habitantes, na AII, é de 2,9 leitos/mil habitantes acima dos indicadores estaduais e nacional. A melhor relação desse indicador de recurso é a Mata Atlântica, com 3,5 leitos/mil habitantes.

O número de médicos por mil habitantes apresenta uma maior variabilidade entre as regiões. Na Serra do Espinhaço, o número de médicos/mil habitantes é de 0,3 e, na Mata Atlântica, sobe para 1,3 médicos/habitantes, região com a maior concentração de médicos da Área de Influência. As outras quatro regiões, em ordem decrescente de números de médicos por mil habitantes, são o Médio Rio de Contas, oeste baiano, sul tocantinense e Bacia do São Francisco, com 0,8, 0,7, 0,6, e 0,4, médicos/mil habitantes, respectivamente.

TABELA 5.3.43 – INDICADORES DE RECURSOS EM SAÚDE POR MUNICÍPIO DA AII, 2007

MUNICÍPIOS DA AII	HOSPITAIS	POSTOS DE SAÚDE	LEITOS/MIL HAB	MÉDICOS/MIL HAB
Alvorada	1	1	1,2	0,1
Arraias	1	2	3,6	0,2
Aurora do Tocantins	1	1	2,9	0,0
Combinado	1	1	2,0	0,0
Conceição do Tocantins	1	1	2,2	0,0
Figueirópolis	1	1	1,0	0,0
Gurupi	4	13	3,4	1,3
Lavandeira	0	1	0,0	0,0
Novo Alegre	0	1	0,0	0,0
Paraná	1	1	2,5	0,0
Peixe	1	4	2,9	0,1
Ponte Alta do Bom Jesus	0	2	0,0	0,0
Sucupira	0	1	0,0	0,0
Taguatinga	1	2	2,7	0,0
Taipas do Tocantins	0	1	0,0	0,0
Campos Belos (Goiás)*	2	8	3,0	0,3
Sul Tocantinense	15	41	2,8	0,6
Barreiras	12	22	4,7	1,1

MUNICÍPIOS DA AII	HOSPITAIS	POSTOS DE SAÚDE	LEITOS/MIL HAB	MÉDICOS/MIL HAB
Correntina	2	6	1,8	0,1
Jaborandi	1	4	2,7	0,0
Luís Eduardo Magalhães	2	5	1,1	0,5
São Desidério	1	7	0,9	0,0
Oeste Baiano	18	44	3,2	0,7
Bom Jesus da Lapa	3	11	2,4	0,2
Carinhanha	1	9	1,2	0,0
Coribe	1	4	2,0	0,0
Caculé	1	6	0,4	
Guanambi	5	17	3,1	1,5
Malhada	0	6	1,4	0,0
Palmas de Monte Alto	0	6	4,4	0,4
Riacho de Santana	1	8	1,6	0,2
Santa Maria da Vitória	3	17	2,2	0,2
Santana	1	6	1,4	0,1
São Félix do Coribe	1	6	3,4	0,3
Serra do Ramalho	1	13	1,3	0,0
Bacia do São Francisco	18	109	2,3	0,4
Aracatu	2	8	5,8	0,0
Brumado	4	21	1,9	0,7
Caetité	1	11	2,4	0,4
Dom Basílio	1	13	2,7	0,1
Ibiassucê	1	6	4,0	0,2
Igaporã	1	10	2,0	0,0
Ituaçu	1	7	2,0	0,0
Lagoa Real	0	8	0	0,0
Livramento de Nossa Senhora	3	22	1,7	0,3
Matina	1	4	1,9	0,0
Pindaí	1	6	1,9	0,0
Rio do Antônio	0	8	0,0	0,0
Serra do Espinhaço	16	124	2,1	0,3
Barra da Estiva	1	10	4,5	0,3
Contendas do Sincorá	0	3	0,0	0,0
Iramaia	1	7	5,1	0,0
Jequié	6	36	3,5	1,3
Manoel Vitorino	0	3	0,0	0,1
Maracás	2	11	2,6	0,0
Mirante	0	4	0,0	0,1
Tanhaçu	0	12	0,0	0,0
Médio Rio de Contas	11	86	2,9	0,8
Aiquara	0	2	2,5	0,2
Aurelino Leal	1	5	3,2	0,1
Barra do Rocha	1	5	5,0	0,2
Barro Preto	0		0	0

MUNICÍPIOS DA AII	HOSPITAIS	POSTOS DE SAÚDE	LEITOS/MIL HAB	MÉDICOS/MIL HAB
Gongogi	0	4	0	0,3
Ibirapitanga	0	4	0	0,00
Ilhéus	8	58	3,3	1,0
Ipiaú	3	9	2,6	1,4
Itabuna	8	31	4,9	2,6
Itacaré	1	4	1,6	0,2
Itagi	1	7	2,0	0,1
Itagibá	0	5	0	0,3
Itajuípe	0	5	0	0
Jitaúna	0	7	1,5	0,2
Maraú	0	8	0	0,7
Ubatuba	1	9	4,9	0,6
Ubatã	1	3	4,4	0,0
Uruçuca	0	8	0,0	0,0
Mata Atlântica	25	161	3,5	1,3
All	103	565	2,9	0,8
Bahia	577	3834	2,3	0,9
Tocantins	76	329	2,2	0,6
Brasil	6798	41267	2,7	1,7

Fonte: Data SUS, 2007.

* Campos Belos é um município do estado de Goiás. Por constituir o único de tal estado, ele foi agrupado na parte da AII que se refere ao sul tocaninense.

A mortalidade infantil é um indicador historicamente utilizado para a avaliação das condições de saúde e de vida das populações. Analisando-se os índices de mortalidade infantil nos municípios que integram a AII, observa-se que esse foi de 42,2 para o ano de 2000 (Tabela 5.3.44), indicando uma melhora significativa em relação a 1991 (64,8).

A Área de Influência apresenta variabilidade deste índice dentre as diferentes regiões, sendo a Mata Atlântica a região com o maior nível de mortalidade (49,5) e o sul tocaninense a região com o menor nível (32,1) de mortalidade infantil. As outras quatro regiões, em ordem decrescente do nível de mortalidade infantil, são o oeste baiano, o Médio Rio de Contas, a Bacia do São Francisco e a Serra do Espinhaço, com o índice de mortalidade infantil de 44,9, 43,3, 43,2, e 37,6, respectivamente. Os níveis de mortalidade infantil médios da Área de Influência e das regiões que a compõem estão acima da média brasileira (30,6) e abaixo da média do estado da Bahia (46,5) e do Tocantins (44,2).

A expectativa de vida também foi um indicador que apresentou melhorias, ainda que se situando em um patamar inferior ao nível nacional mas compatível com a realidade dos estados da Bahia e do Tocantins.

TABELA 5.3.44 – INDICADORES DE MORTALIDADE INFANTIL E EXPECTATIVA DE VIDA POR MUNICÍPIO DA AII, 2000

MUNICÍPIOS/REGIÕES	MORTALIDADE INFANTIL *		EXPECTATIVA DE VIDA (anos)	
	1991	2000	1991	2000
Alvorada	49,2	32,2	63,5	68,5
Arraias	61,1	34,3	60,6	67,8
Aurora do Tocantins	79,6	41,2	56,6	65,7
Campos Belos (Goiás)*	36,9	26,6	62,3	68,0
Combinado	76,3	45,2	57,3	64,6
Conceição do Tocantins	61,1	42,9	60,6	65,2
Figueirópolis	45,6	31,3	64,5	68,8
Gurupi	45,6	23,2	64,5	71,7
Lavandeira	76,7	60,7	57,2	60,6
Novo Alegre	75,8	52,2	57,4	62,7
Paraná	52,6	44,6	62,6	64,7
Peixe	51,4	34,1	62,9	67,9
Ponte Alta do Bom Jesus	75,8	60,7	57,4	60,6
Sucupira	45,6	23,2	64,5	71,7
Taguatinga	70,1	44,2	58,5	64,8
Taipas do Tocantins	52,6	43,2	62,6	65,1
Sul Tocantinense	52,9	32,1	62,2	68,5
Barreiras	65,8	46,9	60,6	63,7
Correntina	64,0	41,6	60,9	65,2
Jaborandi	59,4	41,6	61,9	65,2
Luís Eduardo Magalhães	-	-	-	-
São Desidério	65,8	44,7	60,6	64,3
Oeste Baiano	65,0	45,5	60,7	64,1
Bom Jesus da Lapa	73,2	54,7	59,1	61,7
Carinhanha	76,9	45,7	58,4	64,0
Coribe	59,4	41,6	61,9	65,2
Caculé	52,5	31,0	63,5	68,5
Guanambi	46,6	36,2	64,9	66,9
Malhada	106,4	62,6	53,4	59,8
Palmas de Monte Alto	50,3	37,6	64,0	66,4
Riacho de Santana	62,9	37,6	61,2	66,4
Santa Maria da Vitória	64,0	35,7	60,9	67,0
Santana	59,4	41,6	61,9	65,2
São Félix do Coribe	59,4	37,2	61,9	66,5
Serra do Ramalho	93,9	57,9	55,4	60,9
Bacia do São Francisco	67,1	43,3	60,5	64,9
Aracatu	57,5	43,4	62,3	64,7
Brumado	77,1	35,3	58,3	67,1
Caetité	55,2	31,1	62,9	68,5
Dom Basílio	53,4	41,6	63,3	65,2
Ibiassucê	52,5	32,4	63,5	68,1
Igaporã	55,2	35,0	62,9	67,2

MUNICÍPIOS/REGIÕES	MORTALIDADE INFANTIL *		EXPECTATIVA DE VIDA (anos)	
	1991	2000	1991	2000
Ituaçu	73,6	43,4	59,0	64,7
Lagoa Real	55,2	37,6	62,9	66,4
Livramento de Nossa Senhora	53,4	41,6	63,3	65,2
Matina	55,2	37,6	62,9	66,4
Pindaí	55,2	32,1	62,9	68,2
Rio do Antônio	71,8	53,9	59,4	61,9
Serra do Espinhaço	62,0	37,6	61,5	66,5
Barra da Estiva	63,1	37,2	61,1	66,5
Contendas do Sincorá	93,2	56,6	55,5	61,2
Iramaia	63,8	63,1	61,3	65,8
Jequié	57,7	39,7	62,3	65,8
Manoel Vitorino	69,6	46,2	59,8	63,9
Maracás	81,7	63,2	57,5	59,6
Mirante	67,6	46,2	60,2	63,9
Tanhaçu	83,8	43,4	57,1	64,7
Médio Rio de Contas	64,7	44,9	60,9	64,8
Aiquara	75,4	50,8	58,7	62,6
Aurelino Leal	97,0	65,0	54,8	59,2
Barra do Rocha	97,0	65,0	54,8	59,2
Barro Preto	96,4	65,0	54,9	59,2
Gongogi	63,7	45,6	61,0	64,0
Ibirapitanga	73,0	45,6	59,1	64,0
Ilhéus	48,0	38,5	64,6	66,1
Ipiaú	85,7	51,1	56,8	62,6
Itabuna	61,9	29,8	61,4	69,0
Itacaré	97,0	65,0	54,8	59,2
Itagi	108,4	71,3	53,1	57,8
Itagibá	64,6	42,9	60,8	64,8
Itajuípe	68,4	44,3	60,0	64,4
Jitaúna	62,2	38,0	61,3	66,3
Maraú	62,6	44,3	61,2	65,1
Ubaitaba	87,6	49,9	56,4	62,9
Ubatã	87,6	49,1	56,4	63,1
Uruçuca	54,4	29,3	63,0	69,2
Mata Atlântica	77,3	49,5	58,5	63,3
All	64,8	42,2	60,7	65,4
Bahia	70,9	46,5	59,9	64,5
Tocantins	63,7	44,2	60,3	65,2
Brasil	44,7	30,6	64,7	68,6

Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2000

* nascidos vivos que não completam um ano por mil nascidos.

▪ **INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE**

Os 71 municípios da Área de Influência apresentam pelo menos um meio de transporte público de passageiros (Tabela 5.3.45), sendo o transporte por van o de maior ocorrência, existente em 79,1% dos municípios, e o de barco o de menor ocorrência, existente em 11,9% dos municípios. Depois do transporte por van, os meios de transporte presentes em maior frequência nos municípios da Área de Influência são o moto-táxi, o táxi, e o ônibus intermunicipal, presentes em 65,7%, 62,7% e 67,2% dos municípios, respectivamente. O transporte por ônibus exclusivamente municipal é bastante limitado, estando presente em apenas 14,9% dos municípios.

Em relação às diferentes regiões da Área de Influência, a região Sul Tocantinense se destaca por ter, entre as seis regiões, a maior frequência de municípios com ônibus intermunicipal (81,3%) e a menor frequência de municípios com o transporte de van (50,0%). Na região do oeste baiano, os municípios apresentam percentuais elevados de existência de transporte por moto-táxi, táxi, van e ônibus intermunicipal, cada uma dessas quatro formas estando presente em 80,0% dos municípios. A região também apresenta o maior percentual de municípios que dispõem de transporte de ônibus exclusivamente municipal (40,0%).

Nas regiões Bacia do São Francisco e Serra do Espinhaço, o transporte por van está presente em todos os municípios, assim como está presente na maioria dos municípios da região Médio Rio de Contas (87,5%). A Bacia do São Francisco é a região em que o transporte por barco tem a maior frequência, estando presente em quatro dos onze municípios da região (36,4%). E, na maioria dos municípios da região Mata Atlântica, circulam moto-táxi, táxi, van e ônibus intermunicipal para o transporte de passageiros. O transporte por moto-táxi, o de maior ocorrência na região, está presente em 86,7% dos municípios, e o transporte por táxi, van e ônibus intermunicipal está presente em 60,0%, 73,3% e 73,3% dos municípios, respectivamente.

TABELA 5.3.45 – MEIOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR MUNICÍPIO DA AII, 2008

MUNICÍPIOS DA AII	BARCO	MOTO TÁXI	TÁXI	TREM	VAN	ÔNIBUS	
						MUN	INTERM
Alvorada	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Arraias	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Aurora do Tocantins	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Combinado	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
Conceição do Tocantins	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Figueirópolis	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
Gurupi	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Lavandeira	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Novo Alegre	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
Paraná	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Peixe	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim

MUNICÍPIOS DA AII	BARCO	MOTO TÁXI	TÁXI	TREM	VAN	ÔNIBUS	
						MUN	INTERM
Ponte Alta do Bom Jesus	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Sucupira	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Taguatinga	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Taipas do Tocantins	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Campos Belos (Goiás)*	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
Sul Tocantinense	12,5%	62,5%	62,5%	0,0%	50,0%	6,3%	81,3%
Barreiras	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Correntina	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Jaborandi	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
Luís Eduardo Magalhães	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
São Desidério	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
Oeste Baiano	0,0%	80,0%	80,0%	0,0%	80,0%	40,0%	80,0%
Bom Jesus da Lapa	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
Carinhanha	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
Coribe	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Caculé	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Guanambi	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Malhada	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
Palmas de Monte Alto	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Riacho de Santana	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
Santa Maria da Vitória	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Santana	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
São Félix do Coribe	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Serra do Ramalho	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
Bacia do São Francisco	36,4%	81,8%	63,6%	0,0%	100,0%	9,1%	54,5%
Aracatu	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Brumado	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Caetité	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Dom Basílio	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Ibiassucê	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Igaporã	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Ituaçu	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Lagoa Real	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Livramento de Nossa Senhora	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Matina	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Pindaí	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
Rio do Antônio	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Serra do Espinhaço	0,0%	50,0%	58,3%	0,0%	100,0%	8,3%	75,0%
Barra da Estiva	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Contendas do Sincorá	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Iramaia	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Jequié	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não
Manoel Vitorino	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
Maracás	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não

MUNICÍPIOS DA AII	BARCO	MOTO TÁXI	TÁXI	TREM	VAN	ÔNIBUS	
						MUN	INTERM
Mirante	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Tanhaçu	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Médio Rio de Contas	0,0%	25,0%	62,5%	0,0%	87,5%	12,5%	25,0%
Aiquara	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Aurelino Leal	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não
Barra do Rocha	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Barro Preto	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim
Gongogi	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
Ibirapitanga	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
Ilhéus	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Ipiaú	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Itabuna	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Itacaré	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Itagi	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Itagibá	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
Itajuípe	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
Jitaúna	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
Maraú	Não	Não	Não		Sim	Não	Sim
Ubaitaba	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Ubatã	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Uruçuca	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
Mata Atlântica	13,3%	86,7%	60,0%	0,0%	73,3%	26,7%	73,3%
All	11,9%	65,7%	62,7%	0,0%	79,1%	14,9%	67,2%
Bahia	11,8%	77,7%	71,5%	0,2%	85,4%	17,0%	59,0%
Tocantins	31,7%	67,6%	53,2%	0,0%	82,7%	3,6%	87,8%
Brasil	10,5%	52,8%	81,6%	1,5%	59,9%	30,1%	81,7%

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros, 2008, IBGE.

* Campos Belos é um município do estado de Goiás. Por constituir o único de tal estado, ele foi agrupado na parte da All que se refere ao sul tocantinense.

▪ INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO

Nos municípios da Área de Influência, dentre estações de rádio, geradora de TV e provedor de internet, o recurso de comunicação mais presente são estações de rádio FM, presentes em 31,3% dos municípios (Tabela 5.3.46). Como os 31,3% dos municípios com estação de rádio FM são também os municípios com maior população, o número de habitantes da Área de Influência que reside em municípios com estações de rádio FM é de 64,4%.

A presença de municípios com geradoras de TV na Área de Influência é bastante reduzida. Apenas cinco municípios (Ilhéus, Itabuna, Barreiras, Gurupi, e Uruçuca) possuem geradoras de TV (Tabela 5.3.46), sendo que Ilhéus, Itabuna, Barreiras e Gurupi são os quatro maiores municípios e, juntos, correspondem a 32,3% da população da Área de Influência. É importante ressaltar a diferença entre geradoras e retransmissoras de TV. Retransmissoras propagam o sinal emitido pelas

geradoras de TV, o que significa que um percentual maior de municípios e da população da Área de Influência tem acesso às programações em TV.

Dos 71 municípios da Área de Influência, 15 contavam com provedores de internet em 2000 (Tabela 5.46). E, da mesma forma que nos municípios com geradoras de TV, os municípios com provedores de internet são também os municípios com maior população, o que significa que, na Área de Influência, 60,3% da população reside em municípios onde existe pelo menos um provedor de internet. A incorporação da internet às tecnologias de comunicação é relativamente recente, e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais registra o crescimento acentuado de municípios com provedores de internet entre 1999 e 2005 (IBGE, 2006). Esse aumento foi da ordem de 206,7%, com o percentual de municípios no país com provedores de internet passando de 15% para 46%, entre 1999 e 2005. Portanto, considerando-se essa tendência de crescimento, o valor estimado de 60,3% da população da Área de Influência residindo em municípios onde existe pelo menos um provedor de internet, para o ano de 2000, representa um limite inferior do quadro atual de habitantes residindo em municípios que dispõem de provedores de internet.

TABELA 5.3.46 – EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA AII, 2001

MUNICÍPIOS DA AII	ESTAÇÃO DE RÁDIO AM	ESTAÇÃO DE RÁDIO FM	GERADORA DE TV	PROVEDOR DE INTERNET
Alvorada	Não	Não	Não	Não
Arraias	Não	Não	Não	Não
Aurora do Tocantins	Não	Não	Não	Não
Combinado	Não	Não	Não	Não
Conceição do Tocantins	Não	Não	Não	Não
Figueirópolis	Não	Não	Não	Não
Gurupi	Não	Não	Sim	Sim
Lavandeira	Não	Não	Não	Não
Novo Alegre	Não	Não	Não	Não
Paraná	Não	Não	Não	Não
Peixe	Não	Não	Não	Não
Ponte Alta do Bom Jesus	Não	Não	Não	Não
Sucupira	Não	Não	Não	Não
Taguatinga	Não	Não	Não	Não
Taipas do Tocantins	Não	Não	Não	Não
Campos Belos (Goiás)*	Sim	Não	Não	Não
Sul Tocantinense	6,3%	0,0%	6,3%	6,3%
Barreiras	Sim	Sim	Sim	Sim
Correntina	Sim	Sim	Não	Não
Jaborandi	Não	Não	Não	Não
Luís Eduardo Magalhães	Não	Sim	Não	Sim
São Desidério	Não	Não	Não	Não
Oeste Baiano	40,0%	60,0%	20,0%	40,0%
Bom Jesus da Lapa	Sim	Sim	Não	Sim

MUNICÍPIOS DA AII	ESTAÇÃO DE RÁDIO AM	ESTAÇÃO DE RÁDIO FM	GERADORA DE TV	PROVEDOR DE INTERNET
Carinhanha	Não	Sim	Não	Não
Coribe	Não	Não	Não	Não
Caculé	Não	Não	Não	Não
Guanambi	Sim	Sim	Não	Sim
Malhada	Não	Não	Não	Não
Palmas de Monte Alto	Não	Não	Não	Não
Riacho de Santana	Sim	Não	Não	Não
Santa Maria da Vitória	Sim	Sim	Não	Sim
Santana	Não	Sim	Não	Não
São Félix do Coribe	Não	Não	Não	Sim
Serra do Ramalho	Não	Não	Não	Não
Bacia do São Francisco	36,4%	45,5%	0,0%	36,4%
Aracatu	Sim	Sim	Não	Não
Brumado	Não	Sim	Não	Sim
Caetité	Sim	Sim	Não	Sim
Dom Basílio	Não	Não	Não	Não
Ibiassucê	Não	Não	Não	Não
Igaporã	Não	Não	Não	Não
Ituaçu	Não	Sim	Não	Não
Lagoa Real	Não	Sim	Não	Não
Livramento de Nossa Senhora	Não	Não	Não	Sim
Matina	Não	Não	Não	Não
Pindaí	Não	Não	Não	Não
Rio do Antônio	Não	Não	Não	Não
Serra do Espinhaço	16,7%	41,7%	0,0%	25,0%
Barra da Estiva	Não	Não	Não	Não
Contendas do Sincorá	Não	Não	Não	Não
Iramaia	Não	Não	Não	Não
Jequié	Sim	Sim	Não	Sim
Manoel Vitorino	Não	Não	Não	Não
Maracás	Não	Não	Não	Não
Mirante	Não	Não	Não	Não
Tanhaçu	Não	Sim	Não	Não
Médio Rio de Contas	12,5%	25,0%	0,0%	12,5%
Aiquara	Não	Não	Não	Não
Aurelino Leal	Não	Não	Não	Não
Barra do Rocha	Não	Não	Não	Não
Barro Preto	Não	Não	Não	Não
Gongogi	Não	Não	Não	Não
Ibirapitanga	Não	Não	Não	Não
Ilhéus	Sim	Sim	Sim	Sim
Ipiaú	Sim	Sim	Não	Sim
Itabuna	Sim	Sim	Sim	Sim
Itacaré	Não	Sim	Não	Sim

MUNICÍPIOS DA AII	ESTAÇÃO DE RÁDIO AM	ESTAÇÃO DE RÁDIO FM	GERADORA DE TV	PROVEDOR DE INTERNET
Itagi	Não	Não	Não	Não
Itagibá	Não	Não	Não	Não
Itajuípe	Não	Não	Não	Não
Jitaúna	Não	Não	Não	Não
Maraú	Não	Não	Não	Não
Ubaitaba	Não	Sim	Não	Não
Ubatã	Sim	Sim	Não	Não
Uruçuca	Não	Não	Sim	Não
Mata Atlântica	26,7%	40,0%	20,0%	26,7%
All	20,9%	31,3%	7,5%	22,4%

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros, 2001, IBGE.

* Campos Belos é um município do estado de Goiás. Por constituir o único de tal estado, ele foi agrupado na parte da All que se refere ao sul tocaninense.

▪ **INFRAESTRUTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

No que se refere ao abastecimento de água, de acordo com o Censo do IBGE (2000), enquanto 90,1% dos domicílios urbanos da Área de Influência Indireta possuíam rede geral de abastecimento de água, na área rural, apenas 19,4%. No meio rural, são os poços e nascentes a forma de abastecimento de água mais utilizada (50,6% dos domicílios). Em 2000, as regiões com melhor situação eram o oeste baiano e a Bacia do São Francisco, respectivamente com 96,8% e 96,5% de seus domicílios da área urbana abastecidos por rede geral de água. A área rural da região da Bacia do São Francisco apresentava a maior cobertura de rede de abastecimento de água de toda Área de Influência Indireta, abrangendo 42,1% dos domicílios. Em situação mais precária, encontravam-se as regiões da Mata Atlântica (83,5% dos domicílios urbanos atendidos por rede geral) e o sul tocaninense (86,5%). Os dados da infraestrutura de abastecimento de água referentes às regiões da Área de Influência Indireta podem ser visualizados na Tabela 5.3.47.

TABELA 5.3.47 – FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (%), POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NAS REGIÕES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA, 2000

REGIÃO	URBANA			RURAL		
	FORMA DE ABASTECIMENTO (%)			FORMA DE ABASTECIMENTO (%)		
	REDE GERAL	POÇO/ NASCENTE	OUTRA FORMA ¹	REDE GERAL	POÇO/ NASCENTE	OUTRA FORMA ¹
Sul Tocantinense	86,5	12,1	1,4	10,1	79,3	10,6
Oeste Baiano	96,8	1,1	2,1	20,1	51,9	28,0
Bacia do São Francisco	96,5	0,5	3,1	42,1	32,3	25,6
Serra do Espinhaço	91,1	3,9	5,0	21,1	29,0	49,9
Médio Rio de Contas	88,6	3,9	7,5	11,8	38,9	49,3
Mata Atlântica	83,5	4,7	11,8	10,7	72,4	16,8
All	90,5	4,4	5,1	19,4	50,6	30,0

(1) Domicílios servidos de água de reservatório ou caixa, abastecido com água das chuvas, por carro-pipa, poço ou nascente localizado fora do terreno ou da propriedade em que estava construído.

Fonte: IBGE, 2000.

Em termos municipais, chamou atenção a precariedade relativa do sistema de abastecimento de água em Maracás (BA), onde um pouco mais da metade dos domicílios urbanos (54%) estavam cobertos por rede geral de abastecimento de água. Por outro lado, três municípios apresentavam mais de 99% de cobertura: Dom Basílio (BA), Novo Alegre (TO) e Combinado (TO), com 99,2%, 99,1% e 99%, respectivamente, de rede geral de abastecimento de água.

Na área rural, a situação era extremamente precária, já que apenas dois municípios apresentavam rede geral de abastecimento de água atendendo mais da metade de seus domicílios rurais: Serra do Ramalho (BA) e Santana (BA), respectivamente, com 82,9% e 72%. Já em Conceição do Tocantins, a situação era precária, com ausência total de rede geral de abastecimento de água. Os dados da infraestrutura de abastecimento de água referentes aos municípios de cada região podem ser visualizados na Tabela 5.3.48.

TABELA 5.3.48 – FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (%), POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA, 2000

MUNICÍPIO	URBANA			RURAL		
	FORMA DE ABASTECIMENTO (%)			FORMA DE ABASTECIMENTO (%)		
	REDE GERAL	POÇO/NASCENTE	OUTRA FORMA ¹	REDE GERAL	POÇO/NASCENTE	OUTRA FORMA ¹
Alvorada	68,5	30,9	0,6	1,0	96,1	2,9
Arraias	96,5	1,3	2,2	9,6	89,0	1,4
Aurora do Tocantins	98,6	0,2	1,2	5,3	94,7	0,0
Campos Belos	92,6	4,4	3,0	33,7	35,3	31,0
Combinado	99,0	0,2	0,8	36,8	24,9	38,4
Conceição do Tocantins	95,5	0,9	3,6	0,0	99,1	0,9
Figueirópolis	77,7	22,2	0,1	0,8	99,2	0,0
Gurupi	66,7	33,1	0,3	9,4	89,2	1,4
Lavandeira	98,6	1,4	0,0	0,7	74,1	25,2
Novo Alegre	99,1	0,2	0,7	6,0	72,4	21,6
Paraná	97,1	1,2	1,7	3,5	84,5	12,0
Peixe	94,0	4,6	1,4	21,6	76,0	2,5
Ponte Alta do Bom Jesus	98,6	0,2	1,2	1,6	49,4	49,0
Sucupira	62,5	37,5	0,0	5,0	95,0	0,0
Taguatinga	98,7	0,6	0,7	12,6	65,4	22,0
Taipas do Tocantins	95,2	3,2	1,6	13,4	86,6	0,0
Sul Tocantinense	86,5	12,1	1,4	10,1	79,3	10,6
Barreiras	96,7	1,2	2,1	23,2	60,6	16,2
Correntina	96,2	1,9	1,9	13,0	53,1	33,9
Jaborandi	98,2	0,2	1,6	26,5	20,6	52,9
São Desidério	97,6	0,3	2,1	23,9	61,5	14,6
Oeste Baiano	96,8	1,1	2,1	20,1	51,9	28,0

MUNICÍPIO	URBANA			RURAL		
	FORMA DE ABASTECIMENTO (%)			FORMA DE ABASTECIMENTO (%)		
	REDE GERAL	POÇO/NASCENTE	OUTRA FORMA ¹	REDE GERAL	POÇO/NASCENTE	OUTRA FORMA ¹
Bom Jesus da Lapa	98,6	0,0	1,4	22,7	33,8	43,5
Carinhanha	92,4	0,4	7,2	38,1	51,9	10,0
Coribe	96,5	0,6	2,9	42,3	45,5	12,2
Caculé	98,7	0	1,3	20,2	44,7	35,1
Guanambi	96,3	0,5	3,2	14,0	56,8	29,2
Malhada	91,6	1,5	6,9	36,3	31,0	32,7
Palmas de Monte Alto	88,6	0,2	11,2	10,0	47,9	42,2
Riacho de Santana	98,4	0,6	1,0	40,2	28,4	31,4
Santa Maria da Vitória	98,0	0,3	1,7	43,6	25,1	31,2
Santana	95,7	1,2	3,1	72,0	13,2	14,8
São Félix do Coribe	98,2	0,2	1,6	17,4	38,5	44,1
Serra do Ramalho	92,0	2,9	5,1	82,9	6,3	10,8
Bacia do São Francisco	96,5	0,5	3,1	42,1	32,3	25,6
Aracatu	88,7	0,9	10,5	0,2	27,9	71,9
Brumado	95,4	0,8	3,8	23,5	15,4	61,1
Caetité	97,2	0,9	1,9	18,2	38,2	43,7
Dom Basílio	99,2	0,0	0,8	39,6	3,1	57,3
Ibiassucê	98,7	0,1	1,2	33,5	30,2	36,4
Igaporã	95,7	0,1	4,2	32,6	42,1	25,3
Ituaçu	97,5	1,0	1,5	15,9	38,9	45,2
Lagoa Real	97,7	0,0	2,3	35,7	37,5	26,8
Livramento do Brumado	63,6	22,5	13,8	14,8	6,4	78,9
Matina	88,4	1,6	10,1	3,5	63,3	33,2
Pindaí	88,2	1,6	10,2	36,8	47,3	15,9
Rio do Antônio	97,6	0,8	1,6	10,2	33,6	56,3
Serra do Espinhaço	91,1	3,9	5,0	21,1	29,0	49,9
Barra da Estiva	98,6	0,5	1,0	26,2	32,4	41,4
Contendas do Sincorá	97,3	1,0	1,8	17,2	42,8	40,0
Iramaia	78,4	0,5	21,1	15,2	33,9	50,9
Jequié	91,7	0,5	7,8	14,5	54,1	31,4
Manoel Vitorino	94,7	0,5	4,9	3,6	39,9	56,5
Maracás	54,0	38,3	7,7	6,0	42,7	51,3
Mirante	95,1	0,7	4,2	0,6	37,6	61,8
Tanhaçu	98,5	0,0	1,5	9,3	23,9	66,8
Médio Rio de Contas	88,6	3,9	7,5	11,8	38,9	49,3
Aiquara	90,9	0,5	8,6	18,1	70,3	11,6
Aurelino Leal	77,7	2,5	19,8	2,0	75,5	22,5
Barra do Rocha	84,4	2,2	13,4	1,2	78,4	20,4
Barro Preto	91,5	0,1	8,5	7,2	85,9	6,9
Gongogi	74,7	1,0	24,3	16,5	53,8	29,7
Ibirapitanga	72,1	9,3	18,6	36,8	53,4	9,8
Ilhéus	84,7	7,9	7,3	13,0	67,9	19,1
Ipiaú	91,3	1,3	7,4	11,4	68,5	20,1

MUNICÍPIO	URBANA			RURAL		
	FORMA DE ABASTECIMENTO (%)			FORMA DE ABASTECIMENTO (%)		
	REDE GERAL	POÇO/NASCENTE	OUTRA FORMA ¹	REDE GERAL	POÇO/NASCENTE	OUTRA FORMA ¹
Itabuna	93,1	1,0	5,9	15,3	53,4	31,3
Itacaré	79,9	11,5	8,6	2,8	85,5	11,7
Itagi	87,2	3,2	9,5	1,0	77,0	22,0
Itagibá	93,3	2,4	4,3	7,1	82,2	10,7
Itajuípe	92,7	1,6	5,8	21,7	66,9	11,4
Jitaúna	72,9	8,7	18,5	16,3	76,1	7,6
Maraú	83,1	2,2	14,7	8,4	80,1	11,5
Ubaitaba	73,9	9,9	16,2	5,2	69,1	25,7
Ubatã	75,8	11,3	12,8	3,0	78,8	18,3
Uruçuca	83,8	7,7	8,5	7,0	80,6	12,3
Mata Atlântica	83,5	4,7	11,8	10,7	72,4	16,8
All	90,5	4,4	5,1	19,4	50,6	30,0

(1) Domicílios servidos de água de reservatório ou caixa, abastecido com água das chuvas, por carro-pipa, poço ou nascente localizado fora do terreno ou na propriedade em que estava construído.

Fonte: IBGE, 2000.

▪ INFRAESTRUTURA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Segundo o Censo do IBGE (2000), a infraestrutura de esgotamento sanitário na Área de Influência Indireta é bastante precária, uma vez que o percentual de domicílios urbanos atendidos por rede geral atinge, em média, apenas 47,0%, abaixo do índice médio nacional, que é de 56,0%. O percentual mais alto é encontrado na Mata Atlântica (61,5% na área urbana) e o mais baixo no sul tocantinense (0,9%). A forma predominante são as fossas rudimentares, o lançamento em valas ou nos rios. Na área rural, a falta de instalações sanitárias atinge cerca de 62,0% dos domicílios. Os dados da infraestrutura de esgotamento sanitário referentes às regiões da Área de Influência Indireta podem ser visualizados na Tabela 5.3.49.

TABELA 5.3.49– TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (%), POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

REGIÃO	URBANA				RURAL			
	TIPO (%)			S/ INSTAL. (%)	TIPO (%)			S/INSTAL. (%)
	REDE GERAL	FOSSA SÉPTICA	OUTRA FORMA ¹		REDE GERAL	FOSSA SÉPTICA	OUTRA FORMA ¹	
Sul Tocantinense	0,9	7,6	79,1	12,4	0,0	2,0	29,5	68,5
Oeste Baiano	9,4	43,6	40,1	7,0	0,1	13,0	20,2	66,7
Bacia São Francisco	5,9	8,2	75,7	10,2	0,1	2,2	35,6	62,1
Serra do Espinhaço	13,1	15,1	66,4	5,5	0,0	1,7	27,0	71,2
Médio Rio de Contas	20,2	10,6	57,3	11,9	0,9	5,7	26,2	67,1
Mata Atlântica	61,5	4,0	18,3	16,2	6,2	4,7	37,6	51,6

(1) Fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar e/ou outro escoadouro.

Fonte: IBGE, 2000.

Em termos municipais, dos 71 municípios nove não possuem rede geral de esgotamento sanitário, sendo que na área rural, mais da metade dos municípios não contavam com rede geral e apenas sete municípios cobriam um percentual acima da média nacional, de 3,3%. Além disso, na área rural, apenas três municípios apresentavam índices melhores que a média nacional, em relação ao percentual de domicílios sem instalação sanitária (35,3%): Itabuna (BA), Serra do Ramalho (BA) e Alvorada (TO), com 15,3%, 29,3% e 29,9%, respectivamente. Os dados da infraestrutura de esgotamento sanitário referentes aos municípios de cada região podem ser visualizados na Tabela 5.3.50.

TABELA 5.3.50 – TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (%), POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – REGIÕES E MUNICÍPIOS DA AII, 2000

MUNICÍPIO	URBANA				RURAL			
	TIPO (%)			S/ INSTAL. (%)	TIPO (%)			S/ INSTAL. (%)
	REDE GERAL	FOSSA SÉPTICA	OUTRA FORMA ¹		REDE GERAL	FOSSA SÉPTICA	OUTRA FORMA ¹	
Alvorada	0,0	2	93,3	4,7	0	0	70,1	29,9
Arraias	0,3	1,5	80,4	17,8	0,1	1,9	15,1	82,8
Aurora Tocantins	1,0	4,1	86,2	8,7	0	0	24,8	75,2
Campos Belos	0,9	2,4	85,2	11,5	0	0,9	52,6	46,5
Combinado	0,0	6,4	90,4	3,2	0	3,8	44,3	51,9
Conceição	0,0	0,2	75,1	24,7	0	0	5,8	94,2
Figueirópolis	0,0	0,4	97,7	1,9	0	0,3	46,1	53,6
Gurupi	0,4	36,4	57,4	5,8	0	10,3	44,1	45,5
Lavandeira	0,0	0	91,9	8,1	0	0	17,5	82,5
Novo Alegre	0,2	0,4	95,2	4,2	0	0,9	60,3	38,8
Paraná	0,6	0,5	74,5	24,5	0	0,8	9,8	89,4
Peixe	0,0	9,5	68,1	22,4	0,1	4,1	24,6	71,2
Ponte Alta	0,0	0,2	82,5	17,3	0	0,6	6,9	92,5
Sucupira	1,1	56,5	26,6	15,8	0	5	31,1	63,9
Taguatinga	9,3	1,3	73,7	15,7	0,1	1,8	9	89,1
Taipas Tocantins	0,0	0	87,9	12,1	0	1,4	9,2	89,4
Sul Tocantinense	0,9	7,6	79,1	12,4	0,0	2,0	29,5	68,5
Barreiras	12,2	29,4	53,4	5	0,5	17,9	30,7	50,9
Correntina	0,9	0,3	91,9	6,9	0	2,2	26,1	71,7
Jaborandi	22,6	66,1	2,8	8,5	0	11,9	10,6	77,5
São Desidério	1,7	78,4	12,3	7,6	0	20	13,3	66,7
Oeste Baiano	9,3	43,5	40,1	7,0	0,1	13,0	20,2	66,7
Bom Jesus Lapa	4,9	4,5	83,5	7,1	0,2	0,9	23,5	75,4
Carinhanha	1,3	4,1	83	11,6	0,1	1,4	31,5	67
Coribe	1,0	1,4	86,8	10,8	0	0,2	32	67,8
Caculé	11,1	78,9	7,3	2,7	0	16,6	41,2	42,2
Guanambi	45,3	5	45	4,7	0,2	2,4	32,7	64,7
Malhada	1,8	0,4	66,2	31,6	0	0,1	34,1	65,8
Palmas Monte	0,5	0,1	90,1	9,3	0	0,2	22,9	76,8
Riacho Santana	0,2	0,8	89,9	9,1	0	0,5	25,7	73,8
S. Maria Vitória	0,6	2	90,4	7	0	0,9	34,9	64,2
Santana	2,2	0,9	89	7,9	0	0,6	42,2	57,1
S. Félix do Coribe	1,1	0,4	91,4	7,1	0	2,9	36,2	60,9
Serra Ramalho	0,1	0,5	85,9	13,5	0,1	0,2	70,4	29,3

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DA FERROVIA OESTE LESTE – EF 334

VOLUME 2L – MEIO SOCIOECONÔMICO

MUNICÍPIO	URBANA				RURAL			
	TIPO (%)			S/ INSTAL. (%)	TIPO (%)			S/ INSTAL. (%)
	REDE GERAL	FOSSA SÉPTICA	OUTRA FORMA ¹		REDE GERAL	FOSSA SÉPTICA	OUTRA FORMA ¹	
Bacia S. Francisco	5,8	8,3	75,7	10,2	5,8	8,3	75,7	10,2
Aracatu	0,3	23,5	73,2	3	0	4,4	11,2	84,4
Brumado	68,2	7,4	20,5	3,9	0,3	2,3	40,3	57,1
Caetité	25,1	10,9	58,9	5,1	0,1	0,4	27,6	71,9
Dom Basílio	0,8	0	96,2	3	0	0,1	46,2	53,7
Ibiassucê	0,2	0,5	95,1	4,2	0	1	34,8	64,2
Igaporã	12,9	19,6	60,8	6,7	0	0,2	23,9	75,9
Ituaçu	7,4	2,1	77,2	13,3	0	2,1	25,4	72,4
Lagoa Real	0	2,5	93	4,5	0	0	17,6	82,3
Livramento	40,0	7,1	45,2	7,7	0	1,1	39,3	59,5
Matina	0,2	92,7	3,7	3,4	0	2,2	2,7	95,1
Pindaí	0,2	10,7	80,7	8,4	0	6,6	30,8	62,5
Rio do Antônio	1,4	3,7	92,4	2,5	0	0,3	24,6	75,1
Serra do Espinhaço	13,1	15,1	66,4	5,5	0,0	1,7	27,0	71,2
Barra da Estiva	70,3	0,7	19	10	1,9	3,5	22,9	71,6
Contendas	0,6	1,6	81	16,8	0,2	18,9	29,7	51,2
Iramaia	1,2	2,4	73	23,4	3,9	1,5	34,1	60,5
Jequié	72,8	2	15,1	10,1	1	6,5	29,1	63,4
Manoel Vitorino	0,8	57,7	29,6	11,9	0,1	8,6	16,8	74,5
Maracás	0,6	0,5	92,3	6,6	0	0,5	37,8	61,7
Mirante	1,6	2,6	85,4	10,4	0	2,1	10,8	87,1
Tanhaçu	13,8	17,4	63,2	5,6	0	4,3	28,7	66,9
Médio Rio Contas	20,2	10,6	57,3	11,9	0,9	5,7	26,2	67,1
Aiquara	79,8	0,8	6,5	12,9	14,5	0,3	22,4	62,8
Aurelino Leal	37,7	0,4	29,5	32,4	0,6	4,5	34,4	60,5
Barra do Rocha	76,4	0,3	8,9	14,4	0,3	0,1	37,2	62,5
Barro Preto	88,8	1,6	6,8	2,8	2,5	19,7	30,6	47,1
Gongogi	61,3	0,1	13	25,5	16,7	0,3	26,3	56,7
Ibirapitanga	44,1	1,8	32,3	21,7	20,4	2	34,7	42,9
Ilhéus	57,2	14	18,6	10,2	3,3	13,3	42,2	41,2
Ipiaú	76,8	0,5	13,8	8,9	8,9	1	42,2	47,9
Itabuna	76,6	3,6	12,9	7	8,1	4,2	72,4	15,3
Itacaré	12,8	27,4	36,6	23,1	0,6	3,6	15,2	80,6
Itagi	65,4	2,4	20,2	12	1,9	5,5	16,8	75,7
Itagibá	74,5	0,7	15,4	9,4	2,3	0,4	40,9	56,4
Itajuípe	77,3	1,2	14,3	7,3	10,8	4,3	63,6	21,4
Jitaúna	71,5	1,6	6	20,9	10,6	1,9	42,1	45,4
Marau	36,5	0,7	33,7	29	1,4	3,9	36,2	58,6
Ubaitaba	60,5	0,8	19,1	19,6	2,7	1,6	29,6	66
Ubatã	64,9	0,7	20,7	13,6	0,2	1	55,7	43,1
Uruçuca	66,6	8,2	12	13,2	1,8	28,1	26,4	43,6
Mata Atlântica	61,2	3,8	18,4	16,5	6,2	4,5	37,5	51,8

(1) Fossa rudimentar, vala, rio, lago ou mar e/ou outro escoadouro.

Fonte: IBGE, 2000.

▪ **INFRAESTRUTURA DE COLETA DE LIXO**

No que se refere à coleta e destino do lixo, de acordo com o Censo do IBGE (2000), 78,4% dos domicílios urbanos da Área de Influência Indireta eram atendidos por serviços de coleta de lixo, abaixo da média nacional de 92,1%. Na área rural apenas 2,0% dos domicílios eram atendidos por serviços de coleta de lixo, também abaixo da média nacional de 13,3%, sendo que mais da metade do lixo dos domicílios da área rural era queimada ou enterrada (52,2%).

As regiões com melhor situação na área urbana foram o Médio Rio de Contas, o oeste baiano, a Serra do Espinhaço e a Mata Atlântica, ainda assim, com índices piores que a média nacional. A área rural da região da Mata Atlântica apresentava a maior cobertura de coleta de lixo de toda Área de Influência Indireta, no entanto, abrangendo apenas 9,6% dos domicílios. Em 2000, a região com pior situação na área urbana era a sul tocaninense, com 56,9% dos domicílios atendidos por coleta de lixo, sendo que, na área rural, a região com pior atendimento era o oeste baiano, com somente 0,3% dos domicílios atendidos. Os dados da infraestrutura de coleta e destino do lixo referentes às regiões da Área de Influência Indireta podem ser visualizados na Tabela 5.3.51.

TABELA 5.3.51 – DESTINO DO LIXO (%), POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NAS REGIÕES DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA, 2000

REGIÃO	URBANA			RURAL		
	DESTINO DO LIXO (%)			DESTINO DO LIXO (%)		
	coletado	queimado/ enterrado	outra forma ¹	coletado	queimado/ enterrado	outra forma ¹
Sul Tocantinense	56,9	32,6	10,5	0,9	67,7	31,4
Oeste Baiano	85,7	8,8	5,5	0,3	60,0	39,7
Bacia do São Francisco	71,9	12,7	15,4	2,0	47,7	50,3
Serra do Espinhaço	85,3	6,3	8,4	1,7	50,2	48,1
Médio Rio de Contas	86,5	5,2	8,3	1,4	46,3	52,3
Mata Atlântica	83,8	4,0	12,2	5,9	45,3	52,7
All	78,4	11,6	10,0	2,0	52,2	45,8

(1) Jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio, lago ou mar e/ou outro destino.

Fonte: IBGE, 2000.

Em termos municipais, chamou atenção a precariedade relativa do sistema de Coleta de Lixo em Ponte Alta do Bom Jesus (BA), onde apenas 0,3% dos domicílios urbanos eram atendidos. Por outro lado, o município de Dom Basílio (BA) apresentava um sistema de coleta de lixo atendendo praticamente toda área urbana, ficando apenas 1,6% dos domicílios urbanos sem coleta de lixo. Na área rural a situação da coleta de lixo era extremamente precária, já que apenas três municípios estavam acima da média nacional de 13,3%: Ibirapitanga (BA), Aiquara (BA) e Jitaúna (BA), respectivamente com 36,9%, 16,2% e 16% dos domicílios rurais atendidos por sistema de coleta de lixo. Além disso, 15 municípios da Área Rural não tinham nenhum domicílio atendido por coleta de lixo.

Os dados da infraestrutura de coleta e destino de lixo referente aos municípios de cada região podem ser visualizados na Tabela 5.3.52.

TABELA 5.3.52 – DESTINO DO LIXO (%), POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA INDIRETA, 2000

MUNICÍPIO	URBANA			RURAL		
	DESTINO DO LIXO (%)			DESTINO DO LIXO (%)		
	coletado	queimado/ enterrado	outra forma ¹	coletado	queimado/ enterrado	outra forma ¹
Alvorada	63,8	25,4	10,7	0,0	84,3	15,7
Arraias	58,9	23,0	18,2	0,2	66,4	33,4
Aurora do Tocantins	67,6	19,2	13,2	0,0	57,4	42,6
Campos Belos	80,0	15,6	4,4	7,6	81,8	10,6
Combinado	37,7	56,0	6,3	0,0	96,2	3,8
Conceição Tocantins	26,4	56,2	17,5	0,0	95,9	4,1
Figueirópolis	73,0	23,9	3,0	0,5	81,7	17,8
Gurupi	90,7	7,3	2,0	0,0	84,3	15,7
Lavandeira	53,4	39,2	7,4	0,0	57,3	42,7
Novo Alegre	62,9	22,2	14,9	0,0	78,4	21,6
Paraná	73,1	17,0	9,9	0,1	69,2	30,7
Peixe	43,6	39,4	16,9	0,1	70,7	29,1
Ponte Alta Bom Jesus	0,3	65,5	34,1	0,0	12,8	87,2
Sucupira	37,0	56,5	6,5	1,7	67,2	31,1
Taguatinga	72,8	21,4	5,8	0,3	49,3	50,4
Taipas do Tocantins	1,2	77,4	21,4	0,0	72,5	27,5
Sul Tocantinense	56,9	32,6	10,5	0,9	67,7	31,4
Barreiras	85,9	8,8	5,3	0,2	76,5	23,3
Correntina	84,5	8,1	7,4	0,2	55,3	44,4
Jaborandi	88,4	4,5	7,1	0,5	42,3	57,2
São Desidério	83,4	11,1	5,5	0,3	60,8	38,9
Oeste Baiano	85,7	8,8	5,5	0,3	60,0	39,7
Bom Jesus da Lapa	64,3	4,4	31,3	0,5	41,0	58,4
Carinhanha	56,8	8,9	34,3	2,2	37,8	59,9
Coribe	58,7	25,2	16,2	3,1	53,9	43,0
Caculé	55,6	23,1	21,3	2,5	56,8	40,7
Guanambi	89,7	2,5	7,8	4,3	54,6	41,1
Malhada	75,3	5,8	19,0	11,0	39,9	49,1
Palmas de Monte Alto	74,9	3,6	21,5	0,1	38,0	61,9
Riacho de Santana	89,2	2,5	8,2	0,0	33,2	66,8
Santa Maria da Vitória	87,6	6,8	5,5	0,2	54,2	45,6
Santana	79,6	10,7	9,7	0,1	47,1	52,8
São Félix do Coribe	93,5	1,5	5,0	0,3	40,5	59,2
Serra do Ramalho	37,8	56,8	5,4	0,2	74,8	25,0
Bacia São Francisco	71,9	12,7	15,4	2,0	47,7	50,3
Aracatu	85,5	5,1	9,4	0,0	61,0	39,0
Brumado	95,2	2,2	2,5	8,5	53,3	38,3
Caetité	80,7	8,2	11,1	0,0	51,1	48,9

MUNICÍPIO	URBANA			RURAL		
	DESTINO DO LIXO (%)			DESTINO DO LIXO (%)		
	coletado	queimado/ enterrado	outra forma ¹	coletado	queimado/ enterrado	outra forma ¹
Caculé						
Dom Basílio	98,4	1,1	0,5	0,0	72,0	28,0
Ibiassucê	81,0	5,2	13,8	2,8	56,8	40,4
Igaporã	96,1	1,4	2,5	0,1	14,3	85,6
Ituaçu	82,3	5,9	11,8	1,9	31,3	66,8
Lagoa Real	80,0	11,5	8,6	0,3	54,2	45,5
Livramento Brumado	81,1	14,1	4,9	0,0	71,9	28,1
Matina	85,2	0,5	14,3	0,2	15,0	84,8
Pindaí	40,1	9,6	50,3	0,0	40,3	59,6
Rio do Antônio	57,8	15,9	26,3	1,5	43,9	54,6
Serra do Espinhaço	85,3	6,3	8,4	1,7	50,2	48,1
Barra da Estiva	87,1	6,0	6,9	0,2	32,9	66,9
Contendas do Sincorá	54,3	32,5	13,2	1,3	47,5	51,2
Iramaia	20,5	20,3	59,2	5,6	43,2	51,2
Jequié	88,8	4,3	6,9	1,0	48,9	50,2
Manoel Vitorino	85,5	8,4	6,1	0,1	63,1	36,8
Maracás	96,2	2,2	1,6	2,3	45,7	52,0
Mirante	83,7	4,2	12,1	0,4	61,0	38,6
Tanhaçu	95,4	1,8	2,7	1,3	36,8	61,9
Médio Rio de Contas	86,5	5,2	8,3	1,4	46,3	52,3
Aiquara	89,0	2,4	8,6	16,2	40,6	43,1
Aurelino Leal	65,8	2,3	31,9	0,4	30,1	69,5
Barra do Rocha	94,4	2,1	3,5	0,1	43,6	56,3
Barro Preto	79,3	1,7	9,0	0	44,3	55,7
Gongogi	80,1	1,9	18,0	9,4	53,7	36,9
Ibirapitanga	74,6	4,0	21,4	36,9	14,6	48,5
Ilhéus	82,8	4,4	12,8	6,0	68,9	25,1
Ipiaú	89,5	3,0	7,5	12,9	40,1	47,1
Itabuna	88,9	1,4	9,7	7,5	49,4	43,2
Itacaré	68,3	13,4	18,2	0,8	26,2	73,0
Itagi	88,2	4,6	7,2	0,2	56,0	43,8
Itagibá	93,4	2,4	4,1	13,2	46,8	40,1
Itajuípe	92,1	2,8	5,1	10,7	64,8	54,5
Jitaúna	83,6	0,8	15,6	16,0	39,8	44,3
Ubaitaba	80,9	2,2	16,9	5,5	46,1	48,4
Ubatã	70,1	2,6	27,4	0,0	36,8	63,2
Uruçuca	93,6	3,4	3,1	0,5	45,7	53,9
Mata Atlântica	83,8	4,0	12,2	5,9	45,3	52,7
All						

(1) Jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio, lago ou mar e/ou outro destino.

Fonte: IBGE, 2000.

▪ **INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA**

O conjunto dos municípios da Área de Influência dispõe de serviços de energia elétrica. Entretanto, essa presença não significa a universalidade na prestação desse serviço. O percentual médio de pessoas em domicílios com energia elétrica nos municípios da Área de Influência (74,8%) é abaixo da média nacional, para no ano 2000 (93,5%). Essa média também está abaixo da média dos estados da Bahia (81,0%) e do Tocantins (77,4%).

Dentre as seis regiões que compõe a Área de Influência, a região com o maior percentual de pessoas em domicílios com energia elétrica (Tabela 5.3.53) é o oeste baiano (79,5%) e a região com o menor percentual é a Serra do Espinhaço (64,7%). As outras quatro regiões, em ordem decrescente de percentual de pessoas em domicílios com energia elétrica, são a Mata Atlântica, o sul tocantinense, o Médio Rio de Contas e a Bacia do São Francisco (com 79,3%, 79,0%, 76,0%, e 70,4%, respectivamente). O município da Área de Influência com o maior percentual de pessoas em domicílios com energia elétrica é Itabuna (97,6%), situado na região Mata Atlântica, e o município com o menor percentual é Paranã (28,7%), situado na região Sul Tocantinense.

TABELA 5.3.53 – UTILIZAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA POR MUNICÍPIO DA AII, 2000

MUNICÍPIOS DA AII	% DE PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA
Alvorada	94,6%
Arraias	53,8%
Aurora do Tocantins	64,8%
Combinado	81,6%
Conceição do Tocantins	46,3%
Figueirópolis	83,5%
Gurupi	97,1%
Lavandeira	59,9%
Novo Alegre	87,6%
Paraná	28,7%
Peixe	57,9%
Ponte Alta do Bom Jesus	48,2%
Sucupira	71,9%
Taguatinga	60,5%
Taipas do Tocantins	57,9%
Campos Belos (Goiás)*	86,4%
Sul Tocantinense	79,0%
Barreiras	91,3%
Correntina	53,2%
Jaborandi	39,3%
Luis Eduardo Magalhães	-
São Desidério	61,5%
Oeste Baiano	79,5%

MUNICÍPIOS DA AII	% DE PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA
Bom Jesus da Lapa	74,5%
Carinhanha	59,1%
Coribe	58,9%
Caculé	
Guanambi	85,9%
Malhada	61,2%
Palmas de Monte Alto	46,1%
Riacho de Santana	61,3%
Santa Maria da Vitória	73,2%
Santana	71,0%
São Félix do Coribe	81,4%
Serra do Ramalho	83,1%
Bacia do São Francisco	70,4%
Aracatu	29,6%
Brumado	84,1%
Caetité	62,5%
Caculé	76,6
Dom Basílio	64,9%
Ibiassucê	58,8%
Igaporã	71,0%
Ituaçu	45,2%
Lagoa Real	56,5%
Livramento de Nossa Senhora	74,2%
Matina	40,4%
Pindaí	60,0%
Rio do Antônio	52,1%
Serra do Espinhaço	64,7%
Barra da Estiva	60,5%
Contendas do Sincorá	75,4%
Iramaia	66,5%
Jequié	90,7%
Manoel Vitorino	49,5%
Maracás	63,6%
Mirante	39,6%
Tanhaçu	55,9%
Médio Rio de Contas	76,0%
Aiquara	76,6%
Aurelino Leal	84,5%
Barra do Rocha	70,9%
Barro Preto	86,6
Gongogi	79,5%
Ibirapitanga	73,1%
Ilhéus	86,2%
Ipiaú	92,4%

MUNICÍPIOS DA AII	% DE PESSOAS EM DOMICÍLIOS COM ENERGIA ELÉTRICA
Itabuna	97,6%
Itacaré	47,9%
Itagi	71,6%
Itagibá	83,1%
Itajuípe	89,3
Jitaúna	72,8%
Maraú	57,9
Ubaitaba	83,6%
Ubatã	86,1%
Uruçuca	88,6%
Mata Atlântica	79,3%
All	74,8%
Bahia	81,0%
Tocantins	77,4%
Brasil	93,5%

Fonte: IPEA, 2000.

* Campos Belos é um município do Estado de Goiás. Por constituir o único de tal estado, ele foi agrupado na parte da AII que se refere ao sul tocaninense.

▪ SEGURANÇA PÚBLICA

O principal problema de segurança pública que o país enfrenta nos dias de hoje é o crescimento da violência. O processo de urbanização tem contribuído para o incremento das taxas de mortalidade por acidentes de trânsito, homicídios e uso de armas de fogo não apenas nos grandes centros, mas também no interior.

Para a caracterização da violência, é insuficiente reunir os registros policiais ou mesmo quantificar os equipamentos de segurança. Dessa forma, seguindo a metodologia adotada por Waiselfisz (Mapa da Violência nos Municípios Brasileiros, 2008) procurou-se qualificar a tipos de violência pela relação com o número de mortes que ela provoca. Esses dados estão disponíveis no Sistema de Informações sobre Mortalidade, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, que centraliza informações das certidões de óbito emitidas em todo o país.

De acordo com os dados do Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros (2008), na década 1996/2006, o número total de homicídios registrados pelo SIM para o Brasil passou de 38.888 para 46.660, o que representou um incremento de 20%, superior ao crescimento da população, que foi de 16,3% nesse mesmo período. Na Área de Influência, esse quadro não é tão agudo, mas, ainda assim, é possível observar altos indicadores de violência próximos aos pólos regionais de Gurupi (TO), Ilhéus-Itabuna (BA) e no penúltimo nível de classificação da taxa média mortes/mil habitantes os municípios de Guanambi e Jequié, ambos na Bahia.

O oeste baiano, embora um dos importantes vetores de crescimento da AII, apresenta um baixo patamar de violência.

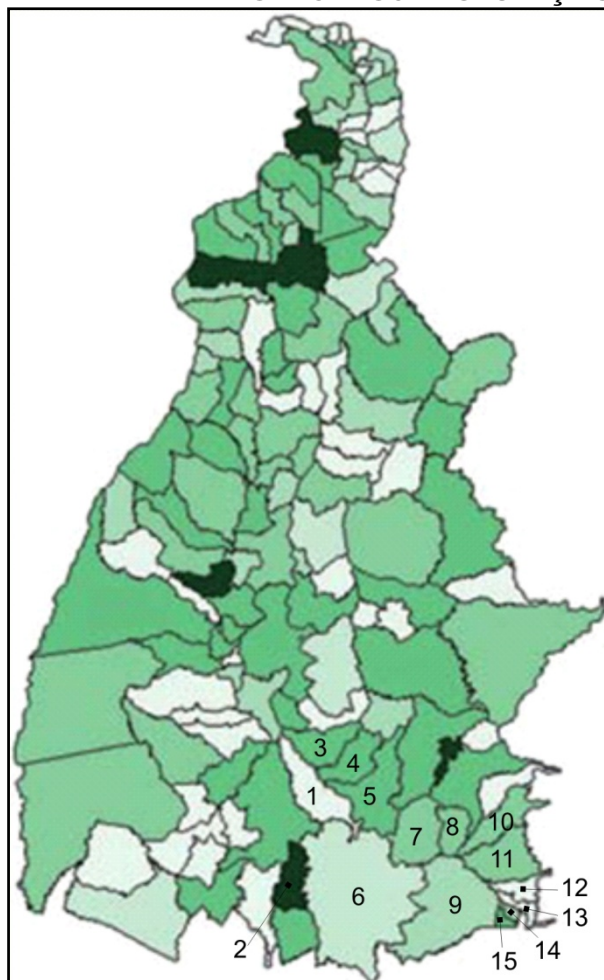
Na Área de Influência tocantinense, o grau de violência aumenta no entorno de Gurupi, pólo regional, como se pode observar no Quadro e no Cartograma a seguir.

TAXA DE HOMICÍDIOS	MUNICÍPIOS
Até 0,0	Figueirópolis (1), Aurora (12), Lavandeira (13), Combinado (14)
0,0 – 6,3	Paraná (6)
6,3 – 10,0	Arraias (9),
10,0 – 16,0	Conceição do Tocantins (7), Taipas (8), Taguatinga (11) Ponte Alta do Bom Jesus (10)
16,7 – 29,2	Gurupi (3), Sucupira (4), Peixe (5), Novo Alegre (15)
29,2 – 107,2	Alvorada (2)

Os números entre parênteses identificam os municípios no cartograma.

Fonte: Mapa da Violência nos Municípios Brasileiros, 2008.

TOCANTINS TAXA MÉDIA DE HOMICÍDIOS - POPULAÇÃO TOTAL. 2006



Fonte: Mapa da Violência nos Municípios Brasileiros, 2008.

Até 0,0
0,0 - 6,3
6,3 - 10,0
10,0 - 16,7
16,7 - 29,2
29,2 - 107,2

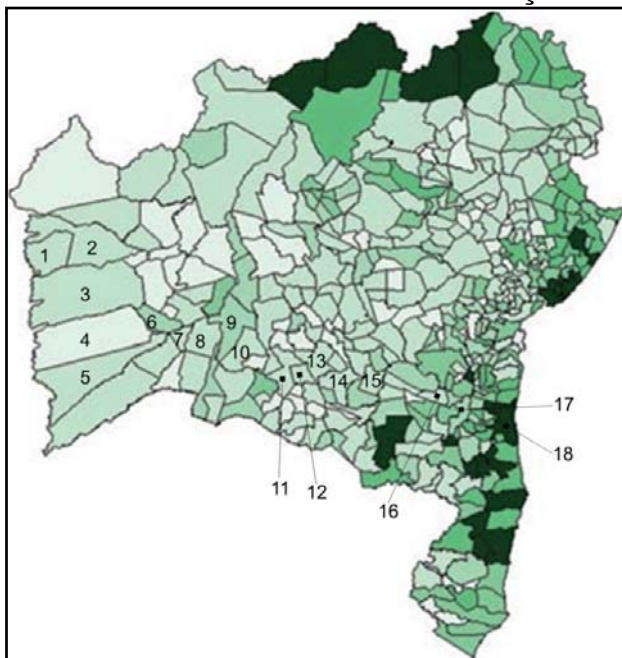
Na Área de Influência Baiana, o oeste baiano apresenta baixo grau de violência (0,0 – 6,3 mortes por mil habitantes). Os municípios próximos a Ilhéus e Itabuna têm o maior grau de violência (média de 29,2 -107,2 mortes por mil habitantes), e Ubatã e Itacaré encontram-se no penúltimo nível de violência, junto a Guanambi, na Bacia do São Francisco e Jequié Médio Rio de Contas.

O Quadro e o Cartograma a seguir ilustram o exposto.

TAXA DE HOMICÍDIOS	MUNICÍPIOS
Até 0,0	Correntina (4), Ibiassucê, Igaporã
0,0 – 6,3	Luis Eduardo Magalhães (1), Barreiras (2), São Desidério (3), Jaborandi (5), Coribe, São Félix (7) Riacho de Santana (10), Caetité (11), Livramento de Nossa Senhora (13), Lagoa Real, Tanhaçu (15), Matina, Caculé, Itajuípe, Maraú Bom Jesus da Lapa (9), Santa Maria da Vitória (8), Serra do Ramalho (9) Maracás, Lagoa Real, Mirante, Palmas do Monte Alto, Carinhanha, Contendas do Sincorá (14), Malhada, Brumado (12), Iramaia
6,3 – 10,0	
10,0 – 16,7	Itajibá
16,7 – 29,2	Jequié (17), Ubatã, Itacaré, Guanambi
29,2 – 107,2	Ilhéus (18), Uruçuca, Aurelino Leal, Gongogi, Itabuna

Os números entre parênteses identificam os municípios no cartograma.
 Fonte: Mapa da Violência nos Municípios Brasileiros, 2008.

BAHIA TAXA MÉDIA DE HOMICÍDIOS - POPULAÇÃO TOTAL. 2006



Fonte: Mapa da Violência nos Municípios Brasileiros, 2008.

Até 0,0
0,0 – 6,3
6,3 – 10,0
10,0 – 16,7
16,7 – 29,2
29,2 - 107,2

Por último, registra-se que os estados do Tocantins e da Bahia são integrantes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, do Ministério da Justiça, que busca articular políticas de segurança com ações sociais; priorizando a prevenção e o ataque às causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

▪ ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A Área de Influência Indireta da Ferrovia Leste-Oeste apresenta um conjunto de atores sociais com determinados interesses que interferem diretamente na forma de organização social dessa região, configurando conflitos históricos e contemporâneos. Pode-se dizer que, de forma geral, os dois maiores conflitos presentes na Área são aqueles relativos à questão da propriedade e do acesso a terra, isto é, os conflitos fundiários, e os conflitos relativos ao acesso e uso dos recursos naturais – os conflitos ambientais. Esses conflitos, naturalmente, se interconectam na medida em que ambos dizem respeito à problemática mais geral de organização territorial da Área.

Os conflitos relativos à propriedade e ao acesso a terra vêm sendo intensificados tanto pelo crescimento da importância econômica do agronegócio, em ambos os estados, como pela proliferação de projetos de assentamento e pelo reconhecimento de inúmeras comunidades tradicionais (em especial, no estado da Bahia). Os conflitos ambientais marcam especialmente o estado do Tocantins, em função da presença de um grande número de áreas legalmente protegidas, sejam Unidades de Conservação ou Terras Indígenas, estando presentes igualmente na Bahia, em especial na região da Mata Atlântica.

Nesse contexto, o poder público federal deve ser considerado como um ator social relevante, com atuação em toda a Área de Influência, em especial por meio de seus órgãos e autarquias relacionadas às questões agrária e ambiental, descritos a seguir.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, cujos principais agentes de atuação são: i) a Secretaria de Reordenamento Agrário - SRA; ii) a Secretaria de Agricultura Familiar - SAF; iii) a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT; iv) o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, entidade vinculada ao Ministério. De especial importância, no que diz respeito à atuação na All, são a SDT e o INCRA.

No que concerne ao planejamento regional, hoje, as políticas governamentais têm sido norteadas pela perspectiva de desenvolvimento territorial, associadas principalmente ao MDA, por meio da SDT. O Governo Federal conduz, nesse sentido, o Programa Territórios da Cidadania, que já se encontra em sua segunda etapa, atendendo 120 Territórios em todo o País, com investimentos de R\$ 23,5 bilhões. Dessa forma, serão beneficiadas famílias de 1.852 municípios, o que representa 33% do meio rural brasileiro.

A principal atuação do INCRA diz respeito à titulação de assentamentos, isto é, ao processo formal de aquisição de títulos fundiários aos beneficiários de Projetos de Assentamento. Além da garantia da propriedade da terra para os trabalhadores rurais assentados, a titulação efetuada pelo INCRA contém dispositivos norteadores dos direitos e deveres dos participantes do processo de reforma agrária, especialmente do poder público. O INCRA já emitiu 1.103 títulos na SR-05 (Bahia), e 6.635 na SR- (Tocantins).

Um dos programas conduzidos pelo INCRA com envolvimento direto de atores da sociedade civil organizada é o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATEs. O programa é coordenado pelo INCRA e envolve instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como as organizações não governamentais ligadas à reforma agrária.

Ainda no âmbito do poder público federal, tem-se o Ministério do Meio Ambiente - MMA, que, além de suas secretarias, apresenta, de especial importância, o IBAMA, autarquia vinculada. Devem ser ainda citados: i) a Fundação Cultural Palmares, entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, que tem como objetivo formular e implantar políticas públicas para potencializar a participação da população negra brasileira no processo de desenvolvimento; ii) a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, entidade vinculada ao Ministério da Justiça, responsável pela execução da política nacional indigenista, especialmente pela demarcação e proteção de Terras Indígenas.

Do ponto de vista da sociedade civil organizada, algumas entidades têm atuação relevante nos conflitos relacionados às questões agrária e ambiental em todo o Brasil, atuando igualmente na Área de Influência. São elas, em especial:

- ✓ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST: grupo de pressão pela implementação da reforma agrária.
- ✓ Comissão Pastoral da Terra - CPT: organização de caráter pastoral cujos temas de concentração são a reforma agrária, o trabalho rural e os recursos hídricos.
- ✓ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, representado 27 federações, que reúnem cerca de quatro mil sindicatos de trabalhadores rurais;
- ✓ Movimento de Luta pela Terra - MLT: surgido no sul da Bahia, com o desemprego provocado pela crise das fazendas de cacau da região, está organizado em quatro Estados – Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Pará – reunindo cerca de 4.000 famílias, das quais 1.000 já foram assentadas.
- ✓ Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB: movimento que agrega comunidades atingidas por obras de UHEs no Brasil.

- ✓ Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil - Fetraf - Brasil/CUT: Federação de representação do movimento da agricultura familiar, filiada à Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Para considerar a dinâmica e a organização social da Área de Influência, após essa introdução geral, convém ter em conta as diferentes regiões, na medida em que cada uma apresenta matizes particulares, dependendo do maior ou menor desenvolvimento de suas atividades econômicas e da menor ou menor presença de áreas protegidas, pequenas comunidades rurais, etc.

O ESTADO DO TOCANTINS E O SUL TOCANTINENSE

A região do sul tocantinense apresenta três Unidades de Conservação da Natureza: as APAs Foz do Rio Santa Tereza, do Lago de Peixe/ Angical e do Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis. Os municípios da AII interceptados por estas APAs são Peixe e Paranã. Estão presentes, ainda, na AII, nove Projetos de Assentamento Rural (com um total de 839 famílias assentadas), um Projeto de Reassentamento de Barragem e duas Comunidades Remanescentes de Quilombolas (Ver Tabela 5.3.54).

Do ponto de vista social, AII tocantinense engloba municípios do Sudeste do Tocantins, uma das regiões mais carentes do estado, motivo pelo qual foi incluída no Projeto Territórios da Cidadania da SDT/MDA. O Território é composto pelos municípios de Almas, **Arraias**, **Aurora do Tocantins**, Chapada da Natividade, **Combinado**, **Conceição do Tocantins**, Dianópolis, **Lavandeira**, Natividade, **Novo Alegre**, Novo Jardim, Palmeirópolis, **Paraná**, Pindorama do Tocantins, **Ponte Alta do Bom Jesus**, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, São Salvador do Tocantins, São Valério da Natividade, **Taguatinga** e **Taipas do Tocantins**. Os municípios grifados fazem parte da AII. Não estão incluídos apenas os municípios de Alvorada, Campos Belos, Figueirópolis, Gurupi, Peixe e Sucupira.

TABELA 5.3.54 – ACESSO A TERRA E TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NA AII TOCANTINENSE

MUNICÍPIO	PAs/ PRB	CRO	UCs	TC
Alvorada				
Arraias		02		Sudeste do Tocantins
Aurora do Tocantins				Sudeste do Tocantins
Campos Belos				
Combinado				Sudeste do Tocantins
Conceição do Tocantins				Sudeste do Tocantins
Figueirópolis	04			
Gurupi	01			
Lavandeira				Sudeste do Tocantins
Novo Alegre				Sudeste do Tocantins
Paraná	01	01	02	Sudeste do Tocantins
Peixe	03		01	
Ponte Alta do Bom Jesus				Sudeste do Tocantins

Sucupira				
Taguatinga	01			Sudeste do Tocantins
Taipas do Tocantins				Sudeste do Tocantins

Legenda: Projetos de Assentamento da Reforma Agrária / Projeto de Reassentamento de Barragem - PAs/ PRB; Comunidade Remanescente de Barragem - CRQ; Unidades de Conservação - UCs; Território da Cidadania - TC.

Fonte: INCRA e MMA, 2008.

Embora os dados da Tabela apontem diferentes formas de acesso e propriedade das terras para a região, o grau de tensão e conflito social, tanto no que diz respeito à questão agrária quanto ambiental, é diminuto se comparado a outras regiões do estado. Isso se deve especialmente à intensa disseminação do agronegócio, especialmente da pecuária bovina e da produção de *commodities* para exportação.

A região do sul tocantinense tem como característica marcante, do ponto de vista socioeconômico, a centralidade do município de Gurupi. Gurupi concentra a produção agropecuária dos municípios de seu entorno, que são ali processadas e distribuídas, além de exercer atração de grande contingente populacional em busca de sua rede de comércio e serviços.

Do ponto de vista do poder estadual, os órgãos centrais relacionados à questão agrária no estado do Tocantins são:

- ✓ A Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seagro, que promove o planejamento, o gerenciamento e a coordenação geral das políticas voltadas para o setor agropecuário e de abastecimento do estado do Tocantins.
- ✓ O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - Ruraltins, vinculado à Seagro, órgão de assistência técnica e extensão rural do estado.
- ✓ A Agência de Defesa Agropecuária do estado do Tocantins - Adapec, autarquia vinculada à Seagro, responsável pelo planejamento, coordenação e execução da Política Estadual de Defesa Agropecuária.

Em concomitância a esses órgãos do poder público, vários agentes da sociedade civil organizada atuam e têm forte influência na dinâmica social estadual, no que se refere à questão agrária. Os agentes com destaque, em nível estadual, são, especialmente:

- ✓ A APA-TO (Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins), criada por lideranças sindicais dos trabalhadores rurais do Tocantins e agentes da Comissão Pastoral da Terra – CPT, para promover a articulação dos movimentos sociais do campo, consolidar a reforma agrária e fortalecer a agricultura familiar.

- ✓ A Federação de Trabalhadores na Agricultura do Tocantins - Fetaet, entidade sindical filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag.
- ✓ A Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural - COOPTER, entidade criada por iniciativa de Fetaet, para ser uma das executoras da Política Nacional de Assessoria Técnica Social e Ambiental - ATES a famílias assentadas.
- ✓ A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins - FAET, entidade privada que representa os produtores rurais tocantinenses, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, e formada por 52 sindicatos municipais patronais.
- ✓ a Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - Fieto, que faz parte da Confederação Nacional da Indústria - CNI, e que, embora represente a indústria, tem constante presença nas questões agrárias, dada à interligação direta entre a indústria e o setor rural no estado (vide, por exemplo, a participação de sindicatos, como o Sindicato das Indústrias da Alimentação do Estado do Tocantins - SIA/TO, o Sindicato das Indústrias da Madeira e do Mobiliário do Estado do Tocantins - Simam/TO, o Sindicato dos Beneficiadores de Arroz do Estado do Tocantins - Sindia/TO e o Sindicato das Indústrias Frigoríficas de Carnes Bovina, Suína, Aves, Peixes e Derivados do Estado do Tocantins Sindicarnes/TO.
- ✓ A Universidade Federal do Tocantins - UFT, por meio de projetos de pesquisa e extensão.

Na questão ambiental, são atores governamentais, em nível estadual:

- ✓ O Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, órgão executor da política ambiental do estado.
- ✓ A Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SRHMA, gestor responsável pela condução das políticas de recursos hídricos e meio ambiente no estado.
- ✓ A Secretaria do Planejamento - Seplan, órgão encarregado da coordenação e do gerenciamento dos planos de Governo do Estado do Tocantins.

Do ponto de vista da sociedade civil organizada, várias entidades, especialmente Organizações Não Governamentais, têm presença marcante em todo o estado, seja atuando em conjunto com órgãos do poder público ou com as demais entidades da sociedade civil citadas. Destacam-se, em especial: a Conservation Internacional - CI, ou, mais especificamente, sua "sucursal" no Brasil, a CI-Brasil, organização internacional com forte atuação nas questões ambientalistas no Brasil e no estado; a Associação de Conservação do Meio Ambiente e Produção Integrada de Alimentos da Amazônia - GAIA-TO, sediada em Palmas, uma das

ONGs ambientalistas mais atuantes no estado, acumulando a função de secretaria executiva do Grupo de Trabalho Amazônico - GTA no estado.

Por sua centralidade, Gurupi concentra em seu território uma série de atores sociais, dentre os quais:

- ✓ Uma das três Coordenadorias Regionais do Estado do Naturatins, e uma de suas 15 (quinze) Unidades Regionais.
- ✓ Um dos sete Escritórios Regionais do Ruraltins.
- ✓ Um dos onze Escritórios Regionais da Adapec.
- ✓ Uma das trezes Diretorias Regionais de Ensino - DRE da Secretaria de Educação e Cultura - SEDUC do estado.
- ✓ Uma das três Unidades Avançadas do INCRA no Estado.
- ✓ Um dos três Pelotões da Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental - Cipama.
- ✓ Uma das duas Administrações Executivas Regionais - AERs da Fundação Nacional do Índio - Funai.
- ✓ Um dos três Escritórios do Conselho Indigenista Missionário - CIMI no Estado, organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.
- ✓ Um dos campi da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Além dessas representações, estão sediados no município, possuindo forte atuação:

- ✓ Instituto Tecnológico, Ambiental e Cultural Ádamo - ITAC Ádamo, ONG que tem como objetivo a promoção de atividades na área tecnológica, ambiental, cultural e social.
- ✓ Tocantins Verde, ONG que desenvolve ações relacionadas a questões sociais e ambientais.

O ESTADO DA BAHIA

O estado da Bahia congrega inúmeros Projetos de Assentamento, Reassentamento de Barragens e Agroextrativistas, Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas, etc. Dessa forma, os conflitos sociais presentes no estado, no que se refere às questões ambiental e agrária, são bastante intensos. O estado também está incluído no Projeto Territórios da Cidadania da SDT/MDA através da identificação de 08 (oito) Territórios da Cidadania: Baixo Sul, **Chapada Diamantina**⁶ (Barra da Estiva), Do Sisal, Irecê, **Litoral Sul** (Aurelino Leal, Ilhéus, Itabuna, Itacarê, Ubaitaba e Uruçuca), Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco e **Velho Chico** (Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Igaporã,

⁶ Em negrito, os territórios inseridos na All, e, entre parênteses, os municípios que integram a All nesses territórios.

Malhada, Matina, Riacho de Santana e Serra do Ramalho). Na Tabela 5.3.55, estão resumidas informações no que se refere às modalidades de acesso à terra e aos Territórios da Cidadania presentes na porção baiana da AII.

TABELA 5.3.55 – ACESSO A TERRA E TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NA AII BAIANA

MUNICÍPIOS DA AII	PAs/ PRB/ PAE ¹	CRQ ²	UCs / TIs ³	TCs ⁴
OESTE BAIANO				
Barreiras	01	02	1	
Correntina	01			
Jaborandi				
Luís Eduardo Magalhães	01		1	
São Desidério	02		1	
Oeste Baiano	05	02	3	
BACIA DO SÃO FRANCISCO				
Bom Jesus da Lapa	09	18		Velho Chico
Carinhanha	08	10		Velho Chico
Coribe	06			
Caculé				
Guanambi				
Palmas de Monte Alto				
Riacho de Santana	01	02		Velho Chico
Santa Maria da Vitória		06		
Santana	01			
São Félix do Coribe	02			
Serra do Ramalho	03		01	Velho Chico
Bacia do São Francisco	30	36	01	
SERRA DO ESPINHAÇO				
Aracatu				
Barra da Estiva		02		Chapada Diamantina
Brumado		01		
Caetité		28		
Dom Basílio				
Ibiassucê		01		
Igaporã		09		Velho Chico
Ituaçu				
Lagoa Real		05		
Livramento de Nossa Senhora		06		
Malhada	01	03	06	Velho Chico
Matina				Velho Chico
Pindaí		04		
Rio do Antônio				
Serra do Espinhaço	01	57	06	
MÉDIO RIO DE CONTAS				
Contendas do Sincorá		01	01	
Iramaia	02			

MUNICÍPIOS DA AII	PAs/ PRB/ PAE ¹	CRQ ²	UCs / TIs ³	TCs ⁴
Jequié		01		
Manoel Vitorino				
Maracás	01		01	
Mirante	01			
Tanhaçu		01		
Médio Rio de Contas	04	03	02	
MATA ATLÂNTICA				
Aiquara				
Aurelino Leal	01			Litoral Sul
Barra do Rocha	01			
Barro Preto	01			
Gongogi	02			
Ibirapitanga	03		01	
Ilhéus	13		09	Litoral Sul
Ipiaú				
Itabuna	02	01		Litoral Sul
Itacaré	04	09	06	Litoral Sul
Itagi				
Itagibá				
Itajuípe	02			
Jitaúna				
Maraú	03			
Ubaitaba	03			Litoral Sul
Ubatã	01			
Uruçuca	03		04	Litoral Sul
Mata Atlântica	37	10	20	
All	77	108	30	14 municípios incluídos

Legenda: Projetos de Assentamento da Reforma Agrária / Projeto de Reassentamento de Barragem / Projeto Agroextrativista - PAs/ PRB / PAE; Comunidade Remanescente de Barragem - CRQ; Unidades de Conservação - UCs; Território da Cidadania - TC.

Fontes: ¹ – [WWW.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br); ² – [HTTP://www.seagri.ba.gov.br/Comunidades%20Quilombolas.pdf](http://www.seagri.ba.gov.br/Comunidades%20Quilombolas.pdf); ³ – MMA, 2008; ⁴ – MDA.

De uma perspectiva estadual, dentre os principais atores envolvidos nas questões agrárias e ambientais, pode-se destacar, em primeiro lugar, as Secretarias de Estado, sendo as mais importantes:

- ✓ Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - Seagri e suas superintendências (Desenvolvimento Agropecuário, Irrigação, Política do Agronegócio e Agricultura Familiar).
- ✓ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH.
- ✓ Secretaria do Planejamento - Seplan.
- ✓ Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - Sedir.
- ✓ Secretaria do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - Sedes.

O poder público estadual atua igualmente por meio de outras entidades, com destaque para:

- ✓ Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB.
- ✓ Companhia do Desenvolvimento e Ação Regional - CAR.
- ✓ Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF.
- ✓ Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA.
- ✓ Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ilhéus-Bahia) - CEPLAC.

Do ponto de vista da sociedade civil organizada, várias entidades têm presença marcante em todo o estado, seja atuando em conjunto com órgãos do poder público, ou com as demais entidades da sociedade civil citadas. Destacam-se, em especial:

- ✓ Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia - FETAG.
- ✓ Sindicato dos Trabalhadores Rurais: organizações presentes em vários municípios.
- ✓ Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas - CETA.
- ✓ FETRAF-BA: representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil - Fetraf-Brasil/CUT na Bahia.
- ✓ União dos Municípios da Bahia - UPB.
- ✓ Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia - FAEB, instituição privada mantida pelos produtores rurais da Bahia, integrada à Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA.

Além desse panorama geral dos principais atores sociais do estado da Bahia, três regiões da Ail devem ser analisadas em especial, em função de sua importância para a dinâmica social do estado: i) a região da Bacia do São Francisco; ii) a região do oeste baiano; iii) a região da Mata Atlântica.

A BACIA DO SÃO FRANCISCO

A região da Bacia do São Francisco (agregando a essa ainda os municípios de Malhada, Igaporã e Matina) tem sido alvo de inúmeros programas governamentais e palco de atuação de diversos movimentos sociais, especialmente em função da ampliação e diversificação das formas de acesso a terra. O município de Bom Jesus da Lapa exerce a função de centro regional, em função, especialmente: i) por nele estar localizada a ponte que liga Brasília a Salvador; ii) por ser o único a apresentar perímetros irrigados na região do Médio

São Francisco; iii) por possuir a melhor infraestrutura urbana regional; iv) por ser a segunda cidade em turismo religioso do país. Além disso, é ilustrativo dizer que Bom Jesus abriga um centro da Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF.

O processo de ocupação regional incluiu grandes fazendeiros, posseiros, lavradores, e pescadores ribeirinhos. A região também é marcada pela presença de um mosaico de grupos sociais, que vai desde assentamentos rurais até índios e quilombolas. Os projetos de colonização, irrigação e investimentos em infraestrutura realizados na década de 1970 levaram à valorização do território, e, com isso, os grandes proprietários, que antes tendiam a aceitar os pequenos lavradores e pescadores em seus terrenos para garantir a ocupação da terra e sua consequente reserva de valor, o fazem cada vez menos. Dessa forma, os trabalhadores rurais, pequenos lavradores, ribeirinhos e outros moradores locais, diante dessas condições, articulam-se em movimentos sociais locais de resistência e luta pelo acesso a terra.

No que concerne à All em especial, têm-se os remanejados da construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, que foram reassentados no conjunto de agrovilas no local, que, desde 1988, constitui-se no município de Serra do Ramalho; a população que já habitava essa mesma região antes do projeto, em parte ribeirinhos, e que hoje, após não adaptarem-se às agrovilas, estão localizadas em três reservas (Reserva Extrativista São Francisco, Reserva Oeste e Fazenda CSB); a população remanescente de quilombos, principalmente no caso da All em Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Malhada e Riacho de Santana; além de uma aldeia indígena, Vargem Alegre, dos índios de tribo Pankarú, localizados na agrovila 19 de Serra do Ramalho, e na área adjacente próxima à “boca da mata” da Serra.

Entre os atores mais atuantes na região, além daqueles já citados de atuação estadual, pode-se destacar:

- ✓ Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco - FUNDIFRAN, cuja trajetória está intimamente ligada à atuação da Igreja católica no Médio São Francisco. Fundada em 1971 como instituição filantrópica, para auxiliar a população ribeirinha com seus problemas econômicos e sociais, hoje, se define como uma entidade socioambientalista, voltada para o desenvolvimento local sustentável, atuando por meio do desenvolvimento institucional.
- ✓ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, cujo foco é a oposição à transposição do Rio São Francisco, defendendo a revitalização do Rio e o manejo sustentável dos recursos naturais.
- ✓ Colônias de Pescadores, localizadas nos municípios de Bom Jesus da Lapa (Z-32), Carinhanha (Z-33) e Malhada (Z-39), são organizações que envolvem pescadores ribeirinhos em defesa da pesca artesanal, muitas vezes organizados em cooperativas.

- ✓ Coordenação Nacional de Quilombos – CONAQ, criada em maio de 1996, em Bom Jesus da Lapa, durante reunião de avaliação do I Encontro Nacional de Quilombos, é uma organização de âmbito nacional, que representa os quilombolas do Brasil.

Quanto ao projeto e ao debate da obra de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional⁷, as obras não atingem diretamente a região da All. No entanto, tem se articulado uma rede de associações e resistências ao longo do Rio São Francisco, por parte de populações ribeirinhas e trabalhadores rurais, contra a transposição e a favor do que se denomina “revitalização” do Rio.

O OESTE DA BAHIA

Considerada a principal fronteira agrícola do estado, a região Oeste, com seus mais de 4 milhões de hectares de vegetação de cerrado, tornou-se um importante produtor de grãos, carnes, frutas, fibras e algodão. Nesse sentido, os principais atores sociais atuantes na região estão relacionados precisamente àquela atividade, em especial associações e cooperativas de produtores. São elas, em especial:

- ✓ Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia - AIBA: tem como objetivo básico promover o agronegócio no estado, concentrando 1,2 mil associados.
- ✓ Associação Baiana dos Produtores de Algodão - ABAPA: tem como objetivo representar os interesses da cotonicultura no estado da Bahia.
- ✓ Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do oeste baiano – Fundação BA: empresa privada, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de garantir o desenvolvimento sustentável da agricultura no oeste baiano, contando com 26 sócios quotistas e 1.130 produtores associados.
- ✓ Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia - ACRIOESTE: associação sem fins lucrativos, sediada em Barreiras, com atuação em todo o oeste baiano, com atividades no segmento da pecuária.
- ✓ Fundo para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bahia - Fundesis: financia projetos de Responsabilidade Social que promovam o desenvolvimento socioeconômico nas comunidades carentes do oeste da Bahia.
- ✓ Associação dos Engenheiros Agrônomos de Barreiras - AEAB.
- ✓ Cooperativa dos Trabalhadores de Barreiras Ltda. - COTRABA.

Há representação igualmente dos pequenos pescadores, que desenvolvem suas atividades em torno do Rio Grande. São elas: a Associação dos Pescadores Amigos do Vale do Rio Grande - ASPAVARG, Barreiras e a Colônia de Pescadores Z-74, sediada em Barreiras.

⁷ Esse projeto está vinculado ao Ministério da Integração Nacional.

A MATA ATLÂNTICA

A região da Mata Atlântica é aquela em que os conflitos relacionados às questões ambientais aparecem com mais intensidade na AlI baiana. Até 1945, a região sudeste da Bahia apresentava 85% de cobertura vegetal, parte dessa representada por Mata Atlântica original, parte pelo sistema da cabruca⁸. A monocultura do cacau era tradicionalmente a atividade de maior geração de renda. Porém, a partir de meados da década de 1980, a monocultura sofreu um sério golpe em função, especialmente, da seca constante provocada pelo fenômeno El Niño, dos baixos preços internacionais e da praga denominada vassoura-de-bruxa. As alternativas conduzidas têm sido especialmente a implantação de projetos industriais e o turismo. Estas atividades, porém, esbarram nas pressões ambientalistas relacionadas à proteção dos remanescentes da Mata Atlântica e dos manguezais. A partir do início da década de 1990, portanto, a região vem recebendo mais atenção no contexto da conservação, pela aceleração dos desmatamentos provocados pela crise na lavoura cacaeira.

A região da Mata Atlântica compreende áreas de remanescentes florestais sendo considerada uma das cinco regiões do planeta de maior prioridade para a conservação da biodiversidade (os chamados *hottest Hotspots*⁹). Por isso, tem-se no litoral sul da Bahia um grande número de Unidades de Conservação, como demonstrado na Tabela 5.3.55.

O projeto do Porto Sul, em especial, vem sendo alvo de intensos debates já que, embora seja de vital importância para o desenvolvimento da logística de transportes brasileira, fundamental para a política de incentivo às exportações de grãos, produtos beneficiados e minérios, localiza-se precisamente em uma área vocacionada para a proteção ambiental e o turismo.

Diversos atores sociais, portanto, especialmente Organizações Não Governamentais, têm presença marcante na região, destacando-se:

- ✓ Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia - IESB: organização não governamental, sem fins lucrativos, que desenvolve pesquisas, projetos e ações com o objetivo de conservar a Mata Atlântica, cuja atuação tem sido especialmente voltada para o Litoral Sul da Bahia.
- ✓ Instituto Floresta Viva: organização não governamental, sem fins lucrativos, atuando por meio de programas e projetos que promovam e integrem áreas protegidas, ecoturismo, sistemas agroflorestais de baixo impacto, formação educacional e cultural, bem estar familiar e o cuidado ambiental,

⁸ Foi implantado na região um sistema denominado cacau-cabruca, que consiste em plantações de cacau sombreadas por espécies arbóreas nativas de Mata Atlântica, o que proporciona a conservação ambiental nesses locais.

⁹ *Hotspots* foi um conceito criado por Norman Myers para designar as áreas do planeta que contém grande biodiversidade, mas que estão ameaçadas e que seriam, portanto, áreas prioritárias para a conservação.

visando à constituição de bases existenciais, culturais, sociais e econômicas duradouras.

- ✓ Fundação SOS Mata Atlântica: organização não governamental que tem como missão defender os remanescentes da Mata Atlântica, valorizar a identidade física e cultural das comunidades humanas que os habitam e conservar os patrimônios natural, histórico e cultural dessas regiões.
- ✓ Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente - APEDEMA: reúne organizações ambientalistas de todo o estado da Bahia.
- ✓ Associação dos Municípios da Região Cacaueira da Bahia - AMURC.
- ✓ Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável Municipal de Ilhéus.
- ✓ Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares do Sul da Bahia – COAGRI.
- ✓ Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sul da Bahia - COOFASULBA.
- ✓ Cooperativa dos Pequenos(as) Agricultores(as) em Agroecologia do Sul da Bahia Ltda. - COOPASB.
- ✓ Cooperativa de Pequenos Produtores de Cacau, Mandioca e Banana da Região Cacaueira - COOPERCENTROSUL.
- ✓ Cooperativa Regional dos Assentados do Sul da Bahia Ltda. - COOPRASBA.
- ✓ Rede de Associações Comunitárias de Assentados e Não Assentados do Sul da Bahia - RACAASUL.
- ✓ Centro de Estudos e Ação Social - CEAS: entidade jurídica sem fins lucrativos, integrada por jesuítas e profissionais leigos.
- ✓ Associação Ação Ilhéus: para a promoção de projetos e programas que propiciem o desenvolvimento sustentável na Costa do Cacau.
- ✓ Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia - AATR: apoio aos movimentos dos trabalhadores rurais.
- ✓ Comunidade Lagoa Encantada e Rio Almada.
- ✓ Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia - Cabruca.
- ✓ Associação dos Proprietários de Reservas Particulares da Bahia e Sergipe - Preserva.
- ✓ ACARI - Comunicação e Cidadania: organização não governamental sediada em Itabuna, desenvolvendo ações em defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do sul da Bahia.
- ✓ Associação dos Pescadores de Jequié.

- ✓ Associação dos Produtores e Armazenamento de Pescado de ACAPE – Ilhéus.
- ✓ Colônia de Pescadores Z-18 – Itacaré.
- ✓ Colônia de Pescadores Z-19 – Ilhéus.
- ✓ Colônia de Pescadores Z-34 – Ilhéus.
- ✓ Colônia de Pescadores Z-68 – Ubaitaba.
- ✓ Cooperativa Mista de Pesca de Itacaré - COOMPI.
- ✓ Cooperativa Mista dos Pescadores de Ilhéus Ltda. - COOPERI.

▪ **PADRÕES DE MIGRAÇÃO**

O percentual médio de naturais residentes na Área de Influência corresponde a 73,9% da população e o percentual médio de migrantes corresponde a 26,1% da população. Das seis regiões, o sul tocaninense, o oeste baiano e a Mata Atlântica apresentam os maiores níveis de migrantes, 39,0% e 41,0%, 25,5%, respectivamente. Nesse processo migratório, merece atenção a diferença na origem dos migrantes. Enquanto no sul tocaninense apenas 36,0% dos migrantes são do próprio estado, no oeste baiano, 62,0% dos migrantes têm origem no próprio estado da Bahia. No caso do oeste baiano, o resultado era esperado. O maior dinamismo econômico e o crescimento demográfico explicam a quantidade de migrantes. Nos demais, contudo, foi observado um fraco crescimento demográfico, quiçá um saldo migratório negativo. Portanto, a alta participação de migrantes entre os moradores deve ser acompanhada de altas taxas de emigração.

Nessa medida, não se observa na AI pressão demográfica atual representada em fluxos migratórios que possam comprometer a infraestrutura urbana ou de serviços. Infere-se que a implantação da Ferrovia também não causará obstáculos no sentido de representar um aumento na demanda por serviços e infraestrutura.

No sul tocaninense, a relativamente nova existência do estado pode explicar boa parte desse indicador. Isso é ratificado pela baixíssima taxa de migrantes originários do próprio Estado, apenas 36,0%. Na Mata Atlântica ocorre fenômeno inverso, a expressiva rotatividade de moradores é explicada pela migração de pessoas originárias do próprio Estado (87,0%), possivelmente da mesma região. Ou seja, novamente os dados parecem capturar o efeito da expressiva migração do campo para a cidade ocorrido simultaneamente à crise da atividade cacaueteira.

Os dados de migração disponíveis, aqueles relativos à origem dos moradores, são analisados na presente seção. Na Tabela 5.3.56, estão dispostos o percentual de moradores naturais do próprio município, o percentual de moradores

oriundos de outros municípios (os migrantes), o percentual de migrantes do próprio estado e o percentual de migrantes originários do segundo estado mais importante.

TABELA 5.3.56 – POPULAÇÃO RESIDENTE NATURAL E MIGRANTE POR REGIÃO, 2000

MUNICÍPIO	% DA POPULAÇÃO		% DOS MIGRANTES		
	NATURAIS	MIGRANTES	DA UF	DE OUTRA UF	
				UF	%
Sul Tocantinense	61,0%	39,0%	36,0%	GO	21,0%
Oeste Baiano	59,0%	41,0%	62,0%	PE	5,0%
Bacia do São Francisco	78,4%	21,6%	74,8%	SP	5,0%
Serra do Espinhaço	87,0%	13,0%	83,0%	SP	10,0%
Médio Rio de Contas	80,0%	20,0%	88,0%	SP	5,0%
Mata Atlântica	74,50%	25,50%	92,50%	SP	4,0%
All	73,9%	26,1%	-	-	-
Bahia	74,0%	26,0%	78,0%	SP	4,0%
Tocantins	50,0%	50,0%	35,0%	MA	21,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Microdados da Amostra.

Na Tabela 5.3.57, são apresentadas as estatísticas da origem dos migrantes por município. No sul tocantinense, observa-se uma elevada participação de migrantes vindos de Goiás. A presença de pessoas oriundas do Maranhão também é expressiva, contudo, no sul do estado, prevalece a ocupação originária de Goiás, enquanto, nos municípios mais ao norte, prevalece o povoamento maranhense.

TABELA 5.3.57 – POPULAÇÃO RESIDENTE NATURAL E MIGRANTE SUL TOCANTINENSE, 2000

MUNICÍPIO	% DA POPULAÇÃO		% DOS MIGRANTES		
	NATURAIS	MIGRANTES	DA UF	DE OUTRA UF	
				UF	%
Alvorada	49,0%	51,0%	28,0%	MA	28,0%
Arraias	84,0%	16,0%	38,0%	GO	30,0%
Aurora do Tocantins	76,0%	24,0%	19,0%	BA	40,0%
Campos Belos	64,0%	36,0%	33,0%	TO	29,0%
Combinado	46,0%	54,0%	25,0%	MG	25,0%
Conceição do Tocantins	78,0%	22,0%	56,0%	GO	21,0%
Figueirópolis	50,0%	50,0%	45,0%	GO	13,0%
Gurupi	46,0%	54,0%	38,0%	GO	19,0%
Lavandeira	66,0%	34,0%	22,0%	MA	22,0%
Novo Alegre	60,0%	40,0%	28,0%	BA	34,0%
Paraná	91,0%	9,0%	31,0%	GO	37,0%
Peixe	67,0%	33,0%	42,0%	GO	17,0%
Ponte Alta do Bom Jesus	79,0%	21,0%	45,0%	MA	18,0%
Sucupira	47,0%	53,0%	51,0%	GO	12,0%
Taguatinga	80,0%	20,0%	28,0%	BA	25,0%
Taipas do Tocantins	85,0%	15,0%	87,0%	MA	4,0%
Sul Tocantinense	61,0%	39,0%	36,0%	GO	21,0%

All	73,9%	26,1%	-	-	-
------------	--------------	--------------	---	---	---

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Microdados da Amostra.

No oeste baiano, por sua vez, o processo intenso de ocupação segue dois vetores principais. Um deles é originário do sul do país, formado por agricultores paranaenses e gaúchos, em sua maioria, mas também do interior paulista, e que contribuíram para a transformação paisagística das “Gerais” baianas e sua constituição numa das maiores fronteiras agrícolas do país. No total, são 4,4% de migrantes paranaenses e mais 4,4% de migrantes gaúchos. No município de São Desidério, a participação de migrantes paranaenses chega a 14,0%, e de migrantes gaúchos a 12,0% (ver Tabela 5.3.58).

O outro fluxo é originário do Nordeste, que, além dos próprios baianos, é formado por pernambucanos (5,0%) e cearenses (4,7%). Historicamente essa região pertenceu ao estado de Pernambuco, quando foi anexada em 1827 pelo estado da Bahia. A dinâmica populacional se intensificou nas últimas duas décadas, motivada pela eclosão da produção agrícola no, até então, indesejado terreno arenoso da região. Agricultores nordestinos começaram a competir por terras com os sulistas, assim como trabalhadores em busca de oportunidades nas fazendas e nos empregos abertos nos centros urbanos.

TABELA 5.3.58 – POPULAÇÃO RESIDENTE NATURAL E MIGRANTE - OESTE BAIANO, 2000

MUNICÍPIO	% DA POPULAÇÃO		% DOS MIGRANTES		
	NATURAIS	MIGRANTES	DA UF	DE OUTRA UF	
				UF	%
Barreiras	47,0%	53,0%	63,0%	PE	5,0%
Correntina	83,0%	17,0%	55,0%	GO	12,0%
Jaborandi	89,0%	11,0%	76,0%	GO	5,0%
Luis Eduardo Magalhães	-	-	-	-	-
São Desidério	86,0%	14,0%	48,0%	PR	14,0%
Oeste Baiano	59,0%	41,0%	62,0%	PE	5,0%
All	73,9%	26,1%	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Microdados da Amostra.

Na região da Bacia do São Francisco, a participação de migrantes na população cai de 39,0% e 41,0% (no sul tocantinense e no oeste baiano, respectivamente) para 21,0%. Por sua vez, a participação de oriundos do próprio estado sobe de 36,0% e 62,0%, nas regiões citadas, para 74,0%. Além dessas características gerais, existe pouca homogeneidade na região. Os municípios apresentam taxas díspares de participação de migrantes, estados de origem diferentes, revelando uma multiplicidade de fenômenos demográficos, dos quais alguns merecem destaque.

O primeiro deles é a participação significativa de migrantes paulistas. São Paulo é o principal estado de origem, além da Bahia, nos municípios de Bom Jesus da Lapa (6,0%), Guanambi (5,0%), Palmas de Montes Altos (7,0%), entre outros, totalizando uma participação de 5,0% na região (ver Tabela 5.3.59). Esses dados

provavelmente apontam para uma migração de retorno. O próprio saldo migratório negativo e a fragilidade de pólos receptores de mão de obra sugerem que, face à ausência de outras motivações para imigração, a migração de retorno se torne um fator importante.

Esse quadro atual foi constituído a partir do estreitamento de relações do Nordeste com o estado de São Paulo, ao longo do século XX, quando nordestinos passaram a migrar maciçamente para São Paulo. Esse movimento foi iniciado com as grandes secas que assolaram a região, a partir de 1915, e reforçado nas décadas seguintes com a expansão da atividade industrial em São Paulo. Assim, muitas famílias nordestinas passaram a ficar divididas, morando uma parte no seu local de origem e outra na grande metrópole. Isso originou novos fluxos migratórios, uma parte desses caracterizada por pessoas mais velhas, que retornam à cidade natal para a aposentadoria, e outra geralmente jovem, que faz intercâmbio entre uma ponta e outra da família.

Um fenômeno evidente é a influência do estado de Minas Gerais sobre os municípios próximos à fronteira. Os mineiros respondem por 7,0% dos migrantes em Carinhanha, 12,0% em Malhada e ainda 4,0% em Guanambi. Além da presença de mineiros, nessas localidades, é comum à população assistir a programas de TV transmitidos por emissoras de Minas Gerais, e a fala apresenta sotaque mais próximo ao mineiro.

Outro detalhe importante é a expressiva participação de migrantes na população de Serra do Ramalho, 46,0%, um número bem acima do agregado da região de 21,8%. Entre esses, 32,0% são originários de outros estados do Brasil, também o maior número entre os municípios da região, ratificando a percepção sobre a alta rotatividade dos moradores das agrovilas.

TABELA 5.3.59 – POPULAÇÃO RESIDENTE NATURAL E MIGRANTE - BACIA DO SÃO FRANCISCO, 2000

MUNICÍPIO	% DA POPULAÇÃO		% DOS MIGRANTES		
	NATURAIS	MIGRANTES	DA UF	DE OUTRA UF	
				UF	%
Bom Jesus da Lapa	73,0%	27,0%	75,0%	SP	6,0%
Carinhanha	84,0%	16,0%	81,0%	MG	7,0%
Coribe	85,0%	15,0%	89,0%	PE	2,0%
Caculé	83,0%	17,0%	15,0%	PE	2,0%
Guanambi	73,0%	27,0%	85,0%	SP	5,0%
Malhada	84,0%	16,0%	77,0%	MG	12,0%
Palmas de Monte Alto	85,0%	15,0%	86,0%	SP	7,0%
Riacho de Santana	93,0%	7,0%	84,0%	SP	6,0%
Santa Maria da Vitória	76,0%	24,0%	77,0%	PE	6,0%
Santana	86,0%	14,0%	78,0%	SP	7,0%
São Félix do Coribe	65,0%	35,0%	83,0%	DF	3,0%
Serra do Ramalho	54,0%	46,0%	68,0%	SE	7,0%
Bacia do São Francisco	78,42%	21,58%	74,83%	SP	5,0%

All	73,9%	26,1%	-	-	-
------------	--------------	--------------	---	---	---

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Microdados da Amostra.

Na região de Serra do Espinhaço, a participação de imigrantes é a mais baixa entre todas as regiões, apenas 9,4% (ver Tabela 5.3.60). Esse trecho é carente de localidades ou centros sub-regionais capazes de atrair pessoas e compensar o fraco desempenho da zona rural, como acontece na Bacia do São Francisco, em localidades como Bom Jesus da Lapa, Guanambi e Santa Maria da Vitória, por exemplo. Em Brumado, a taxa de migrantes é de 21,0%, a mais alta da região, seguida de Livramento de Nossa Senhora (15,0%) e Caetité (11,0%). A migração originária de São Paulo também se faz notar, 10,0% dos migrantes são paulistas.

TABELA 5.3.60 – POPULAÇÃO RESIDENTE NATURAL E MIGRANTE - SERRA DO ESPINHAÇO, 2000

MUNICÍPIO	% DA POPULAÇÃO		% DOS MIGRANTES		
	NATURAIS	MIGRANTES	DA UF	DE OUTRA UF	
				UF	%
Aracatu	93,0%	7,0%	84,0%	SP	9,0%
Brumado	79,0%	21,0%	84,0%	SP	9,0%
Caetité	89,0%	11,0%	79,0%	SP	11,0%
Dom Basílio	93,0%	7,0%	78,0%	SP	10,0%
Ibiassucê	94,0%	6,0%	86,0%	SP	11,0%
Igaporã	94,3%	5,7%	85,7%	SP	10,8
Ituaçu	90,0%	10,0%	75,0%	SP	16,0%
Lagoa Real	92,0%	8,0%	94,0%	SP	3,0%
Livramento de Nossa Senhora	85,0%	15,0%	83,0%	SP	10,0%
Matina	92,7%	7,3%	95,3%	SP	4,3%
Pindaí	92,0%	8,0%	87,0%	SP	6,0%
Rio do Antônio	93,0%	7,0%	78,0%	SP	16,0%
Serra do Espinhaço	90,6%	9,4%	83,0%	SP	10,0%
All	73,9%	26,1%	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Microdados da Amostra.

No Médio Rio de Contas, a taxa de migrantes também é baixa, de apenas 20,0% (ver Tabela 5.3.61). Esse número superior é puxado pra cima provavelmente pelo peso de Jequié, que apresenta taxa de migração de 27,0%. Diferentemente do que ocorre na Serra do Espinhaço, a cidade de Jequié, com seus 146 mil habitantes, exerce a função de centro sub-regional, absorvendo migrações motivadas principalmente por estudo e emprego. O saldo migratório, contudo, deve ser negativo, pois, apesar do fluxo mais elevado, as taxas de crescimento são muito baixas, como demonstradas anteriormente.

TABELA 5.3.61 – POPULAÇÃO RESIDENTE NATURAL E MIGRANTE - MÉDIO RIO DE CONTAS, 2000

MUNICÍPIO	% DA POPULAÇÃO		% DOS MIGRANTES		
	NATURAIS	MIGRANTES	DA PRÓPRIA UF	DE OUTRA UF	
				UF	%
Barra da Estiva	88,0%	12,0%	92,0%	SP	2,0%
Contendas do Sincorá	78,0%	22,0%	88,0%	SP	7,0%
Iramaia	88,0%	12,0%	88,0%	SP	6,0%
Jequié	73,0%	27,0%	88,0%	SP	5,0%
Manoel Vitorino	88,0%	12,0%	88,0%	SP	7,0%
Maracás	86,0%	14,0%	86,0%	SP	5,0%
Mirante	95,0%	5,0%	86,0%	SP	9,0%
Tanhaçu	88,0%	12,0%	91,0%	SP	4,0%
Médio Rio de Contas	80,0%	20,0%	88,0%	SP	5,0%
All	73,9%	26,1%	-	-	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Microdados da Amostra.

Na região da Mata Atlântica, a taxa de migrantes volta a subir, atingindo 31% da população (ver Tabela 5.3.62). Vale lembrar que, conforme apontado anteriormente, a taxa de crescimento da região nos anos 1990 foi negativa. Fluxo migratório elevado e taxa de crescimento reduzida apontam novamente para o processo, já comentado, de migração do campo para as cidades, intensificado, na região, com a crise do cacau.

Vale destacar que, apesar do aumento da taxa de migração nesse trecho, a participação de migrantes de outros Estados continua muito baixa, apenas 13,0%. Portanto, as migrações são preponderantemente originárias de municípios baianos. Migrações motivadas por influência de centros sub-regionais, aquelas para atividades de ensino ou serviços especializados, frequentes em cidades médias do porte de Ilhéus, não parecem ser o elemento catalisador, visto que, na própria Ilhéus, a taxa de migrantes é menor do que a média da região, apenas 27,0%. Por outro lado, em diversas localidades, as taxas de migração são superiores a 30,0%. Em Ubaitaba, município onde o processo de favelização foi intensificado nas últimas décadas, as taxas atingem 44,0%.

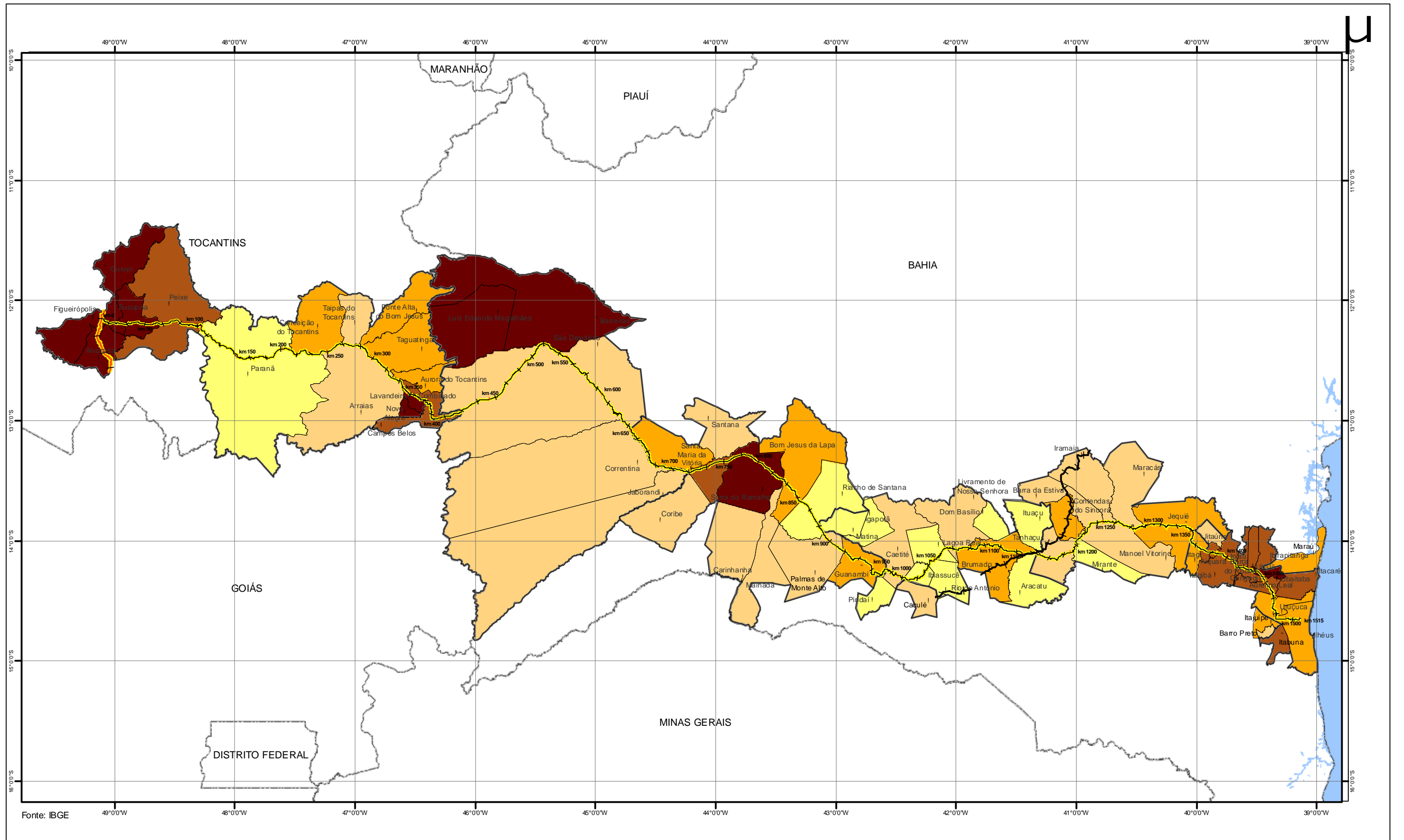
Os mapas apresentados nas Figuras 5.3.10 e 5.3.11 apresentam a proporção de migrantes e a origem principal dos migrantes nos municípios da Área de Influência.

TABELA 5.3.62 – POPULAÇÃO RESIDENTE NATURAL E MIGRANTE - MATA ATLÂNTICA, 2000

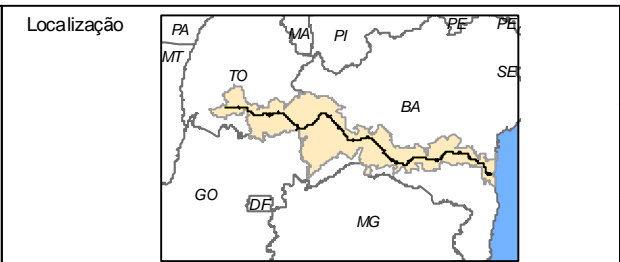
MUNICÍPIO	% DA POPULAÇÃO		% DOS MIGRANTES		
	NATURAIS	MIGRANTES	DA PRÓPRIA UF	DE OUTRA UF	
				UF	%
Aiquara	70,0%	30,0%	95,0%	SP	3,0%
Aurelino Leal	70,0%	30,0%	97,0%	ES	1,0%
Barra do Rocha	67,0%	33,0%	96,0%	SP	2,0%

MUNICÍPIO	% DA POPULAÇÃO		% DOS MIGRANTES		
	NATURAIS	MIGRANTES	DA PRÓPRIA UF	DE OUTRA UF	
				UF	%
Barro Preto	84,0%	16,0%	91,0%	SP	5,0%
Gongogi	69,0%	31,0%	96,0%	SP	2,0%
Ibirapitanga	67,0%	33,0%	95,0%	SP	1,0%
Ilhéus	73,0%	27,0%	83,0%	SP	4,0%
Ipiaú	67,0%	33,0%	90,0%	SP	4,0%
Itabuna	64,0%	36,0%	84,0%	SP	4,0%
Itacaré	69,0%	31,0%	89,0%	SP	4,0%
Itagi	80,0%	20,0%	93,0%	SP	5,0%
Itagibá	71,0%	29,0%	95,0%	SP	3,0%
Itajuípe	78,0%	22,0%	97,0%	SP	2,0%
Jitaúna	84,0%	16,0%	91,0%	SP	5,0%
Maraú	79,0%	21,0%	94,0%	SP	6,0%
Ubaitaba	na	44,0%	95,0%	SP	2,0%
Ubatã	71,0%	29,0%	94,0%	SP	3,0%
Uruçuca	78,0%	22,0%	91,0%	SP	4,0%
Mata Atlântica	74,50%	25,50%	92,50%	SP	4,0%
All	73,9%	26,1%	na	na	na

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Microdados da Amostra.



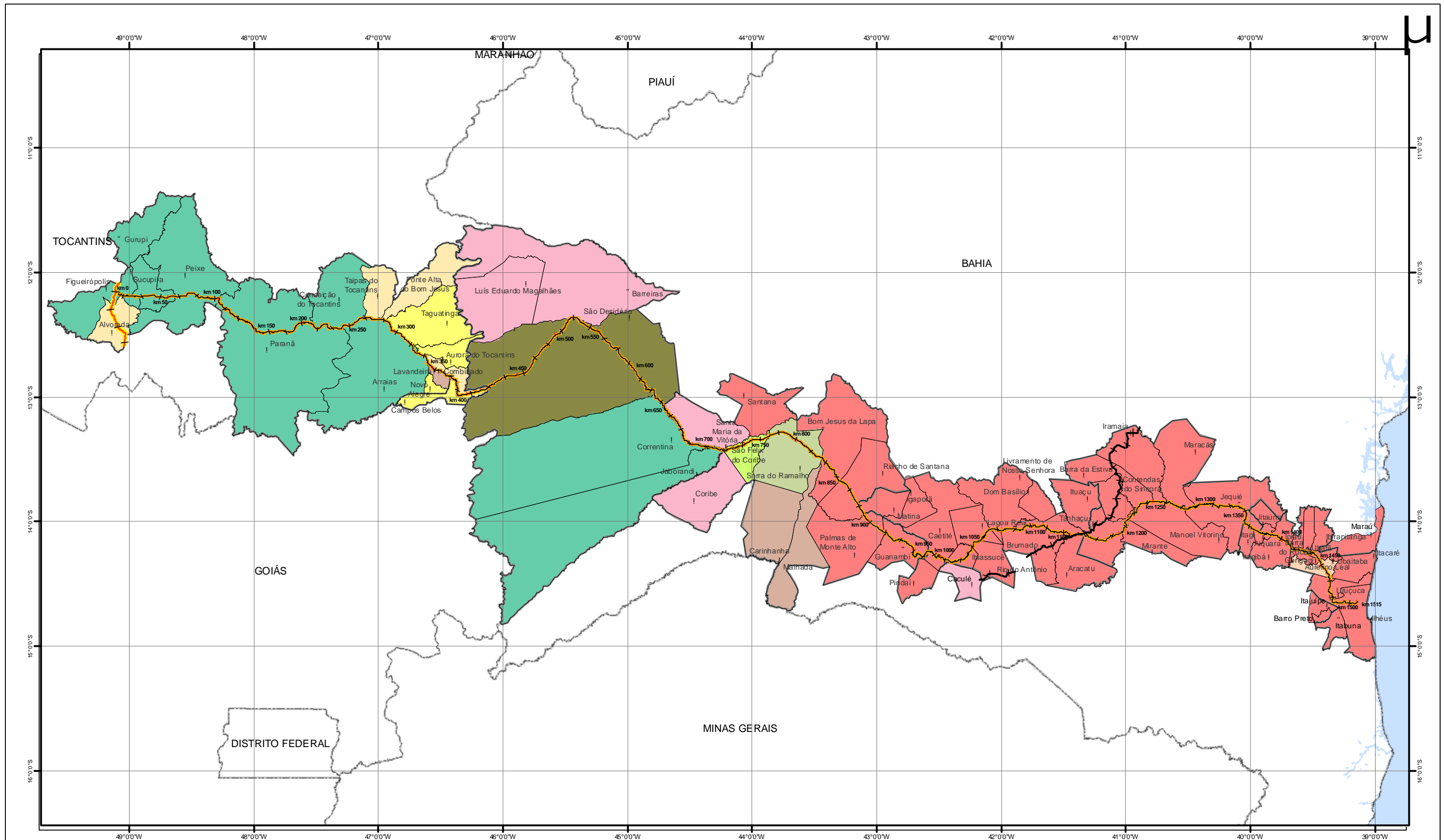
Legenda		
Migrantes		
	Até 10%	
	Entre 10 e 18%	
	Entre 18 e 28%	
	Entre 28 e 40%	
	Acima de 40%	
	Cidade (acima de 50 mil hab)	
	Cidade (abaixo de 50 mil hab)	
	Ferrovia em Operação	
	Ferrovia em Construção	
	Ferrovia Projetada	
		Quilometragem Estimada



Elaborado Por:	
Data:	Outubro/2009
Versão:	01

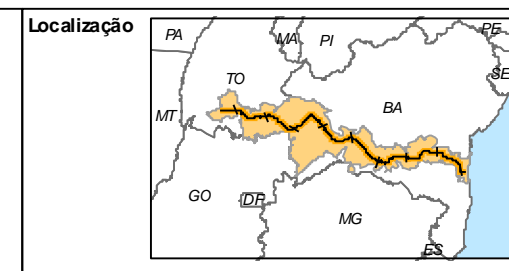
<p>FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334) Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)</p>
<p>EIA-RIMA</p>
<p>MAPA DE PROPORÇÃO DE MIGRANTES (2000)</p>

VALEC
Escala: 1:3.300.000
Figura: 5.3.10



Fonte: IBGE

Legenda			
Origem			
DF	PE	☐	Cidade (acima de 50 mil hab)
ES	PR	⊙	Cidade (abaixo de 50 mil hab)
GO	SE	—	Ferrovia em Operação
MA	SP	—	Ferrovia em Construção
MG	Outras	—	Ferrovia Projetada
		—	Limite Municipal
		—	Limite Estadual
		—	Limite Regiões
		—	Quilometragem Estimada



Elaborado Por:
 OIKOS
 25 ANOS
 ISO 9001
 PESQUISA E PLANEJAMENTO

Data:
Outubro/2009

Versão:
01

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334)
 Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)

EIA-RIMA

MAPA DE ORIGEM PRINCIPAL DOS MIGRANTES (2000)

VALEC

Escala: 1:3.300.000

Figura:
5.3.11

▪ EXPECTATIVAS DA POPULAÇÃO

Utilizando critérios econômicos, culturais, sociais e de moradia, é possível caracterizar, em linhas gerais, os grupos sociais existentes na Área de Influência.

Do ponto de vista econômico, em primeiro lugar, pode-se distinguir um grupo social formado por empresários ou grupos empresariais que conduzem atividades produtivas em grande escala e com maior intensidade de capital, muitas vezes com a participação de capital externo e, em grande medida, destinadas à exportação. Especialmente, estes vetores encontram-se no sul tocantinense (Gurupi), no oeste baiano (Barreiras, São Desidério e Luiz Eduardo Magalhães), na Serra do Espinhaço (Brumado e Caetité) e no Litoral Sul (Ilhéus e Itabuna).

As principais atividades produtivas em que estão envolvidos são, notadamente: (i) o plantio e transformação da soja, ou, mais geralmente, as atividades relacionadas à cadeia produtiva da soja; o plantio do algodão e do milho; (ii) as atividades relacionadas à extração de minério, como o ferro, urânio e manganês; (iii) a pecuária de corte e o setor industrial associado para o abate e corte de carnes; (iv) diversos setores industriais, como, por exemplo, componentes e a montagem de equipamentos de informática e a transformação de amêndoas de cacau. No processamento do cacau atuam empresas como Cargill, Joanes e Barry Callebaut, localizadas em Ilhéus.

Em paralelo às atividades produtivas de grande porte, a Área de Influência conta igualmente com alguns centros urbanos que concentram empreendimentos comerciais de pequeno e médio porte. Tais centros agrupam, portanto, um segundo grupo social de importância na mesma: a de pequenos e médios empresários. Esse grupo diferencia-se do primeiro não apenas pelo porte das atividades em que está envolvido, mas também por, em princípio, residir diretamente na Área de Influência. Tratam-se não apenas de donos de empreendimentos comerciais, industriais ou de serviços de pequeno ou médio porte, mas igualmente de médios proprietários rurais. Sua produção pode se destinar tanto aos mercados consumidores regionais, como integrar, em diferentes pontos, as cadeias produtivas supracitadas.

Os dois grupos sociais destacados engendram, por suas atividades econômicas, um terceiro de grande importância na Área de Influência: as populações residentes empregadas nas atividades produtivas. Os membros desse grupo podem residir tanto em seus locais de trabalho (ou seja, nos centros urbanos ou em pequenos povoados rurais próximos às grandes plantações e fábricas), como em áreas rurais dispersas, deslocando-se ao local de trabalho diariamente.

Um quarto grupo de pode ser caracterizado como aquele cujos rendimentos são provenientes, em grande medida, das transferências governamentais, as quais incluem aposentadorias, programas oficiais de auxílio, como bolsa família e seguro-desemprego.

Finalmente, uma quinta categoria pode ser indicada: os pequenos proprietários de terra que produzem para subsistência ou para o comércio em raio curtos; incluindo as populações residentes nos Projetos de Assentamento instalados pelo INCRA.

Em geral, as expectativas das comunidades com relação ao Empreendimento são positivas. No caso dos dois grupos sociais primeiramente identificados, quais sejam aqueles envolvidos em atividades produtivas em grande escala e o de pequenos e médios empresários, essas expectativas tornam-se ainda mais positivas na medida em que avaliam que o Empreendimento: (i) poderá facilitar o escoamento da produção, em especial seu deslocamento para os locais de exportação; (ii) poderá trazer maior dinamismo econômico em geral para a região, favorecendo, com isso, seus negócios.

As expectativas dos demais grupos considerados não se mostram tão consensuais. As expectativas variam entre: i) a noção de que o empreendimento pode trazer dinamismo econômico à região e, portanto, melhorar as condições socioeconômicas em geral daquelas populações; ii) a noção de que o empreendimento não trará impactos às suas formas de sobrevivência ou à sua estrutura social; iii) expectativas negativas de que o empreendimento possa, ao estimular o avanço e o desenvolvimento do agronegócio, desarticular seu modo de vida e prejudicar suas atividades econômicas.

5.3.3 – CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE E DOENÇAS ENDÊMICAS

▪ DOENÇAS ENDÊMICAS

Designa-se determinadas doenças, a maioria delas parasitárias ou transmitidas por vetor, como "endemias" ou "grandes endemias" (Silva, 2003). Essas doenças são a malária, a febre amarela, a esquistossomose, as leishmanioses, as filarioses, a peste, a doença de Chagas, e algumas helmintíases intestinais, principalmente a ancilostomíase. A conceituação de "endemias" é adotada pelo Ministério da Saúde sendo uma preocupação central da Saúde Pública no Brasil.

Os mecanismos de transmissão das endemias humanas são vários, podendo ser por contaminação direta, pelo contato com o parasito no meio; por veiculação por meio de outros organismos vivos (os hospedeiros intermediários, como insetos hematófagos, moluscos); por transfusão sanguínea (hematozoários causadores da malária e doença de Chagas); por via transplacentária, por ingestão de alimentos contaminados. Enquanto a maioria das helmintoses é transmitida por contato direto com parasitos presentes no solo (ovos de áscaris, larvas de ancilostomídeos) ou na água (larvas de esquistossoma), os protozoários são veiculados por insetos, seja através: (i) da picada infectante de mosquitos anofelinos na malária, ou das Lutzomias, pequenos insetos hematófagos conhecidos como "mosquito palha", no caso das leishmanioses; ou (ii) por contaminação com fezes de "barbeiros", na tripanossomíase americana.

A doença de Chagas ou tripanosomíase americana é causada pelo *Trypanosoma cruzi*. A transmissão da doença, na maioria dos casos, é por contaminação com fezes dos insetos, eliminadas imediatamente após a picada do inseto ao exercer sua hematofagia. Os parasitos eliminados penetram através das mucosas ou na solução de continuidade da mesma, no local da picada. Nos últimos anos, um importante mecanismo de infecção tem sido descrito, no qual ocorre contaminação de alimentos, inadequadamente acondicionados antes de serem triturados, macerados junto com insetos naturalmente infectados. A transmissão domiciliar da doença de Chagas está sob controle.

As leishmanioses ocorrem nas formas tegumentar e visceral, sendo causadas por diferentes espécies de leishmania. A leishmaniose visceral pode ser letal, se não tratada, tendo, no Brasil, o cão e outros canídeos como principal reservatório, depois do homem. Não há vacinas disponíveis e o tratamento é de longa duração, além de ser tóxico.

Os principais mosquitos transmissores de malária nos estados da região extraamazônica são o *Anopheles aquasalis*, no litoral; o *Anopheles cruzii*, em regiões de Mata Atlântica, e o *Anopheles darlingi*, em outras regiões. Seus principais criadouros são respectivamente: as áreas alagadas com água salobra ou do mar no entorno do litoral; as plantas que acumulam água em suas folhas, como as bromélias, que são abundantes em toda região de Mata Atlântica; as áreas alagadas e sombreadas, entre muitas outras. Quando o país iniciou ações

sistemáticas de controle da malária, no início da década de 1950, a imensa maioria dos casos de malária do país ocorria fora da região Amazônica, então virtualmente despovoada. Ao longo de vinte anos, a malária foi eliminada da região costeira do país e das áreas urbanas, restando alguns focos remanescentes, muitos de provável origem zoonótica, nas áreas de mata atlântica da região Sudeste. A malária da Amazônia tornou-se representativa numericamente a partir da década de 1970, quando da abertura da fronteira econômica e o deslocamento de migrantes do Sul, Sudeste e Nordeste, em busca de trabalho nas obras de infraestrutura (hidrelétricas, rodovias, projetos de mineração), no garimpo, na extração de madeira e nos projetos agropecuários. Apesar do crescimento de mais de 1.000%, nos casos de malária, em menos de duas décadas, a malária na porção extraamazônica do país, onde se concentra a quase totalidade da população, virtualmente desapareceu.

Ao longo do tempo, algumas endemias importantes foram controladas por ação direta dos programas de controle e por força da urbanização, saneamento e melhoria das condições de vida. Dentre essas endemias, pode-se citar a doença de Chagas, resultado de uma combinação de fatores: ações específicas de controle, urbanização e redução da população rural. A transformação do trabalhador rural de permanente e residente nas fazendas em trabalhador temporário, residindo na periferia de cidades, tendência observada no país desde a década de 1960, foi um importante fator na redução da doença de Chagas.

A ancilostomíase sofreu uma importante redução, quase desaparecendo, graças a uma conjunção de fatores: urbanização, maior acesso ao uso de calçados, melhoria do saneamento e a disponibilidade de medicamentos específicos de baixo custo, altamente eficazes e com quase total ausência de efeitos colaterais.

A esquistossomose deixou de representar um papel negativo sobre a população, graças à medicação específica, de custo acessível e altamente eficaz. Contudo a doença continua a expandir-se atingindo todas as unidades da federação, inclusive os estados sulinos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além da crescente urbanização. Esse comportamento indica que os determinantes da sua ocorrência ainda estão presentes, apenas a doença deixou de determinar a morbidade anteriormente registrada.

O quadro das endemias na Área de Influência Indireta acompanha esse perfil descrito. Verificam-se, no grupo das doenças de notificação compulsória, as infecto-parasitárias, transmitidas por vetores como a Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA), a Leishmaniose Visceral e a Dengue. Não foram encontrados registros notificados da Doença de Chagas. Casos de hanseníase são registrados em inúmeros municípios da AI (ver tabela 5.3.63).

Apesar do estado do Tocantins ser considerado Amazônia Legal e, portanto, como área endêmica da malária, o indicador de Incidência Parasitária Anual - IPA

é de baixo risco atualmente (SIVEP-Malária, SINAN, 2008). A Bahia se enquadra no IPA zero, constatando-se a inexistência de casos relatados nos municípios da AII.

Constata-se a existência de um elenco de doenças transmissíveis notificadas de acordo com a Portaria 5, de 21/02/2006 (Doenças e Agravos de Notificação Compulsória), na Área de Influência, de acordo com o SINAN¹⁰, como o sarampo, a rubéola, a hepatite, a meningite meningocócica e outros tipos de meningite.

TABELA 5.3.63 – ENDEMIAS MAIS FREQUENTES NA AII

DOENÇAS	HANSENÍASE	DENGUE	LTA
AII TOCANTINS	212	393	30
AII BAHIA	438	3200	165
TOCANTINS	1541	11904	498
BAHIA	3393	34801	2031

Fonte: DATASUS, SINAM, 2007.

▪ **MEDIDAS DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE VETORES**

As atividades de implantação da Ferrovia, como a instalação e operação de canteiros de obras e alojamentos; os cortes e aterros, drenagem e obras de arte; a abertura de caminhos de serviço; a terraplenagem, os empréstimos e os bota-fora, podem representar riscos de disseminação de doenças endêmicas, devido ao acúmulo de lixo (nos canteiros de obras e alojamentos) e material orgânico (derivado dos desmatamentos) e pelos alagamentos que podem se transformar em focos de vetores.

Como medidas de prevenção coletivas, as estratégias consideradas eficazes para reduzir os níveis de transmissão nas áreas endêmicas são: drenagem, pequenas obras de saneamento para eliminação de criadouros do vetor, aterro, limpeza das margens dos criadouros, não construir acampamentos em áreas muito próximas à mata; realizar dedetização, quando indicada pelas autoridades de saúde.

A VALEC estabeleceu, em suas Normas Ambientais¹¹, procedimentos específicos para a operação de canteiros, acampamentos, caminhos de serviço, extração de material de construção, e outras atividades, visando evitar/reduzir a

¹⁰ O Sistema Nacional de Agravos de Notificação - SINAN é o sistema de informação utilizado pelo Ministério da Saúde alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos constantes da lista nacional de doenças de notificação compulsória. É facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde regionalmente importantes.

¹¹ NAVA nº 1 – Controle da poluição e da degradação ambiental na Construção. NAVA 5 – Instalação e Operação de Acampamentos e de Canteiros de Serviços, NAVA nº 10 - Procedimentos e Rotinas para o monitoramento ambiental da construção.

poluição e/ou a degradação resultante de tais atividades, entre elas os cuidados para evitar a proliferação de vetores indesejáveis e o controle desses. As Normas contêm também as indicações pertinentes das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho – NR.

Por outro lado, é necessário também informar e orientar os trabalhadores para a adoção de medidas de proteção individual, como evitar banhos de rio localizado perto da mata; utilizar repelentes na pele, quando estiver em matas de áreas onde há a doença; usar mosquiteiros para dormir; usar telas protetoras em janelas e portas.

▪ **ATENDIMENTO PORTARIA 47 SVS/MS**

A Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária dispõe sobre a Avaliação do Potencial Malarígeno - APM e a necessidade de obtenção do Atestado de Condição Sanitária - ATCS para empreendimentos em regiões endêmicas de malária.

Conforme descrito anteriormente, o indicador de Incidência Parasitária Anual - IPA é de baixo risco atualmente (SIVEP-Malária, SINAN, 2008) para a AlI tocantinense, e IPA igual a zero na AlI baiana, constatando-se a inexistência de casos relatados nos municípios da AlI.

Considera-se que a exigência não se aplica para a Ferrovia, embora se deva cumprir a notificação obrigatória às autoridades locais de saúde, cumprindo a determinação de realizar a investigação epidemiológica do caso suspeito, em até 48 horas após a notificação, avaliando a necessidade de adoção de medidas de controle pertinentes. A investigação deverá ser encerrada até 60 dias após a notificação. A unidade de saúde notificadora deve utilizar a ficha de notificação/investigação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan encaminhando-a para ser processada, conforme o fluxo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.3.4 – ESTRUTURA PRODUTIVA E DE SERVIÇOS

▪ PRODUÇÃO

A produção total na All representa 0,5% do Produto Interno Bruto - PIB nacional. Desse montante, 88,0% é produzido pela porção baiana da All. O trecho baiano representa 11,8% da produção do seu estado, enquanto a parte tocantinense representa 16,1% da produção. Em termos per capita, nota-se que o nível de atividade da All é apenas um pouco abaixo da média dos Estados. O PIB per capita da All é de R\$ 3,9 mil, enquanto, na Bahia, esse valor atinge R\$ 4,1 mil, e, no Tocantins, R\$ 4,6 mil (ver Tabela 5.3.64).

Entretanto, essa produção está distribuída de forma bastante heterogênea entre as regiões. Algumas regiões apresentam um nível de atividade econômica bastante baixo. Na Bacia do São Francisco e na Serra do Espinhaço, por exemplo, o PIB per capita é de R\$ 2,0 mil. Em contraste, o PIB per capita do oeste baiano é de R\$ 9,2 mil por habitante, o maior de todas as regiões da All e o único das seis regiões superior à média nacional, de R\$ 7,4 mil. Em termos absolutos, o oeste baiano tem a produção inferior somente à região Mata Atlântica, cada uma com PIB, respectivamente, de R\$ 2,2 bilhões e R\$ 2,4 bilhões. O oeste baiano é a única região da All que apresenta: (i) elevada geração de riqueza; (ii) ampla distribuição das áreas produtivas na região. A produção nas demais regiões da All é caracterizada por grandes áreas de baixo nível de atividade, e alguns poucos núcleos, geralmente pólos urbanos locais, com atividade mais destacada.

TABELA 5.3.64 – PRODUTO INTERNO BRUTO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA POR REGIÃO, 2005

REGIÃO	PRODUTO INTERNO BRUTO		
	R\$ MIL	% DA All	PER CAPITA (R\$)
Sul Tocantinense	919.246,00	11,7%	5.389,00
Oeste Baiano	2.210.552,00	28,0%	9.229,00
Bacia do São Francisco	776.814,00	9,9%	2.004,00
Serra do Espinhaço	546.218,00	6,9%	1.990,00
Médio Rio de Contas	866.348,00	11,0%	3.295,00
Mata Atlântica	2.430.972,00	32,6%	3.604,00
All	7.886.259,00	100,0%	3.864,00
Bahia	57.309.402,00	-	4.070,00
Tocantins	5.724.213,00	-	4.603,00

Obs: Os valores do Produto Interno Bruto estão em preços de 2000, e o PIB per capita é estimado a partir da população em 2007.

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios 2005. IBGE, Contagem da População 2007.

O sul tocantinense, apesar da pequena participação na produção total, tem o segundo maior PIB per capita da All, R\$ 5,4 mil (ver Tabela 5.3.65). Entretanto, quando se analisa a produção por município, observa-se que a maioria possui PIB per capita entre R\$ 4,0 mil e R\$ 2,0 mil. Dois fatores interferem significativamente no resultado agregado da região. O primeiro é a relevância econômica de Gurupi. Numa região de baixa densidade demográfica, a presença de uma cidade de 70

mil habitantes com alta produção per capita interfere significativamente no resultado agregado. Gurupi representa 46,3% do PIB da região, e apresenta PIB per capita de quase R\$ 6 mil.

O outro fator relevante é a elevada produção per capita do município de Peixe. Com uma produção anual contabilizada de R\$ 204 milhões, em 2005, para uma população de apenas 8,7 mil habitantes, o município apresenta um PIB per capita de R\$ 23,3 mil, o maior entre todos os municípios listados na AII. Esse valor é consequência direta da atividade da Usina Hidrelétrica de Peixe Angical, com potencial de geração de 500 mil kW, o que equivale a um terço da produção de todo o estado do Tocantins. Excluindo esses dois municípios do cálculo, o PIB per capita cai para R\$ 3,2 mil, ficando à frente apenas das regiões da Bacia do São Francisco e da Serra do Espinhaço.

TABELA 5.3.65 – PRODUTO INTERNO BRUTO - SUL TOCANTINENSE, 2005

MUNICÍPIO	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	R\$ MIL	% DA REGIÃO	% DA AII	PER CAPITA R\$
Alvorada	36.023	3,9	0,5	4.516
Arraias	38.519	4,2	0,5	3.625
Aurora do Tocantins	9.422	1,0	0,1	2.783
Campos Belos	45.323	4,9	0,6	2.485
Combinado	13.647	1,5	0,2	2.798
Conceição do Tocantins	10.586	1,2	0,1	2.405
Figueirópolis	33.152	3,6	0,4	6.878
Gurupi	425.805	46,3	5,4	5.963
Lavandeira	3.901	0,4	0,0	2.453
Novo Alegre	5.503	0,6	0,1	3.055
Paraná	24.718	2,7	0,3	2.356
Peixe	203.794	22,2	2,6	23.291
Ponte Alta do Bom Jesus	10.084	1,1	0,1	2.227
Sucupira	13.102	1,4	0,2	7.859
Taguatinga	41.292	4,5	0,5	2.926
Taipas do Tocantins	4.377	0,5	0,1	2.285
Sul Tocantinense	919.246	100,0	11,7	5.389
AII	7.886.259	-	100,0%	3.892

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2005.

O oeste baiano (ver Tabela 5.3.66), conforme mencionado é a região com maior PIB per capita da AII. Esse elevado nível de produção é reflexo do avanço da atividade agrícola empresarial sobre as “Gerais” e da consequente transformação da região num grande celeiro de grãos, soja e milho principalmente, e também de algodão.

TABELA 5.3.66 – PRODUTO INTERNO BRUTO - OESTE BAIANO, 2005

MUNICÍPIO	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	R\$ MIL	% DA REGIÃO	% DA AII	PER CAPITA R\$
Barreiras	781.079	35,3	9,9	6.031
Correntina	230.314	10,4	2,9	7.275
Jaborandi	62.729	2,8	0,8	7.024
Luis Eduardo Magalhães	632.349	28,6	8,0	14.286
São Desidério	504.081	22,8	6,4	20.037
Oeste Baiano	2.210.552	100,0	28,0	9.229
All	7.886.259	-	100,0	3.892

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2005.



Unidade da Bunge Alimentos.



Unidade da Multigran.

Contrastando com o PIB per capita e o nível de atividade econômica do oeste baiano, a Bacia do Rio São Francisco é a região com o pior índice de produção per capita da AII (ver Tabela 5.3.67). Alguns municípios apresentam valores muito baixos, como Palmas de Monte Alto (R\$ 1,3 mil) e Malhada (R\$ 1,7 mil). Uma peculiaridade da região é que, além de municípios pequenos com produção muito baixa, seus maiores municípios também têm uma performance baixa. Guanambi possui PIB per capita de R\$ 2,6 mil; Bom Jesus da Lapa, R\$ 2,2 mil; e Santa Maria da Vitória, R\$ 1,8 mil. Esses pólos locais apresentam valores bem abaixo da média da AII, o que é determinante para que a região seja a de atividade econômica mais limitada da AII.

TABELA 5.3.67 – PRODUTO INTERNO BRUTO - BACIA DO SÃO FRANCISCO, 2005

MUNICÍPIO	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	R\$ MIL	% DA REGIÃO	% DA AII	PER CAPITA R\$
Bom Jesus da Lapa	135.505	17,4	1,7	2.179
Carinhanha	34.967	4,5	0,4	2063
Coribe	23.526	3,0	0,3	2411
Caculé	64.880	8,4	0,8	2959
Guanambi	195.577	25,2	2,5	2.566
Malhada	28.795	3,7	0,4	1.790
Palmas de Monte Alto	26.684	3,4	0,3	1.264
Riacho de Santana	60.789	7,8	0,8	2.066
Santa Maria da Vitória	73.518	9,5	0,9	1.812

MUNICÍPIO	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	R\$ MIL	% DA REGIÃO	% DA AII	PER CAPITA R\$
Santana	46.915	6,0	0,6	1.808
São Félix do Coribe	28.804	3,7	0,4	2.248
Serra do Ramalho	56.854	7,3	0,7	1.826
Bacia do São Francisco	776.814	100,0	9,9	2.004
All	7.886.259	-	100,0	3.864

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2005.

Na região da Serra do Espinhaço (ver Tabela 5.3.68), perpetua-se o baixo nível de atividade na maioria dos municípios. Na região, o município de destaque é Brumado, com PIB per capita de R\$ 3,3 mil. Mesmo bem abaixo da média nacional, é significativamente maior do que o PIB per capita dos outros municípios, elevando a média da região. Brumado representa 37,2% do PIB da Serra do Espinhaço, favorecido principalmente pela instalação de algumas grandes plantas industriais de empresas do setor de minerais ferrosos e não-ferrosos, como Magnesita e Xilolite, por exemplo.

TABELA 5.3.68 – PRODUTO INTERNO BRUTO - SERRA DO ESPINHAÇO, 2005

MUNICÍPIO	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	R\$ MIL	% DA REGIÃO	% DA AII	PER CAPITA R\$
Aracatu	17.063	3,1	0,2	1204
Brumado	203.134	37,2	2,6	3256
Caetité	92.933	17,0	1,2	2012
Dom Basílio	19.884	3,6	0,3	1793
Ibiassucê	17.704	3,2	0,2	1862
Igaporã	19.978	3,7	0,3	1378
Ituaçu	28.395	5,2	0,4	1583
Lagoa Real	17.121	3,1	0,2	1241
Livramento de N. Senhora	78.486	14,4	1,0	1862
Matina	12.867	2,4	0,2	1044
Pindaí	18.443	3,4	0,2	1205
Rio do Antônio	20.209	3,7	0,3	1339
Serra do Espinhaço	546.218	100,0	6,9	1.990
All	7.886.259	-	100,0	3.892

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2005.



Brumado, instalações da Magnesita.



Brumado, instalações da Cimpor Cimentos.

No Médio Rio de Contas, acontece fenômeno parecido ao da Serra do Espinhaço. A maioria dos municípios apresenta produção muito baixa, à exceção de Jequié e Barra da Estiva, com PIB per capita de R\$ 4,6 mil e R\$ 2,9 mil, respectivamente (ver Tabela 5.3.69). O município de Jequié é um importante centro de comércio e serviços, e possui ainda um distrito industrial consolidado, com fábricas do setor de alimentos, calçados e tecidos. Já Barra da Estiva se distingue dos demais municípios pela atividade agrícola bem sucedida. Localizado a cerca de 1.000 metros de altitude, o município apresentou, em 2007, a sexta maior produção de café do estado.

É interessante notar o papel de pólo sub-regional executado por Jequié. Além de prover atividades de comércio e serviços mais qualificados, atraindo compradores dos municípios vizinhos, o município é um grande centro atacadista e sítio de plantas industriais que aproveitam os insumos produzidos nas redondezas, como o café vindo de Barra da Estiva e Maracás.

TABELA 5.3.69 – PRODUTO INTERNO BRUTO - MÉDIO RIO DE CONTAS, 2005

MUNICÍPIO	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	R\$ MIL	% DA REGIÃO	% DA AII	PER CAPITA R\$
Barra da Estiva	60.436	7,0	0,8	2.913
Contendas do Sincorá	7.257	0,8	0,1	1.882
Iramaia	20.012	2,3	0,3	1.322
Jequié	665.715	76,8	8,4	4.561
Manoel Vitorino	19.969	2,3	0,3	1.400
Maracás	50.451	5,8	0,6	1.474
Mirante	12.973	1,5	0,2	1.414
Tanhaçu	29.534	3,4	0,4	1.508
Médio Rio de Contas	866.348	100,0	11,0	3.295
All	7.886.259	-	100,0	3.892

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2005.



Jequié, distrito industrial.



Jequié, Moinho Café.



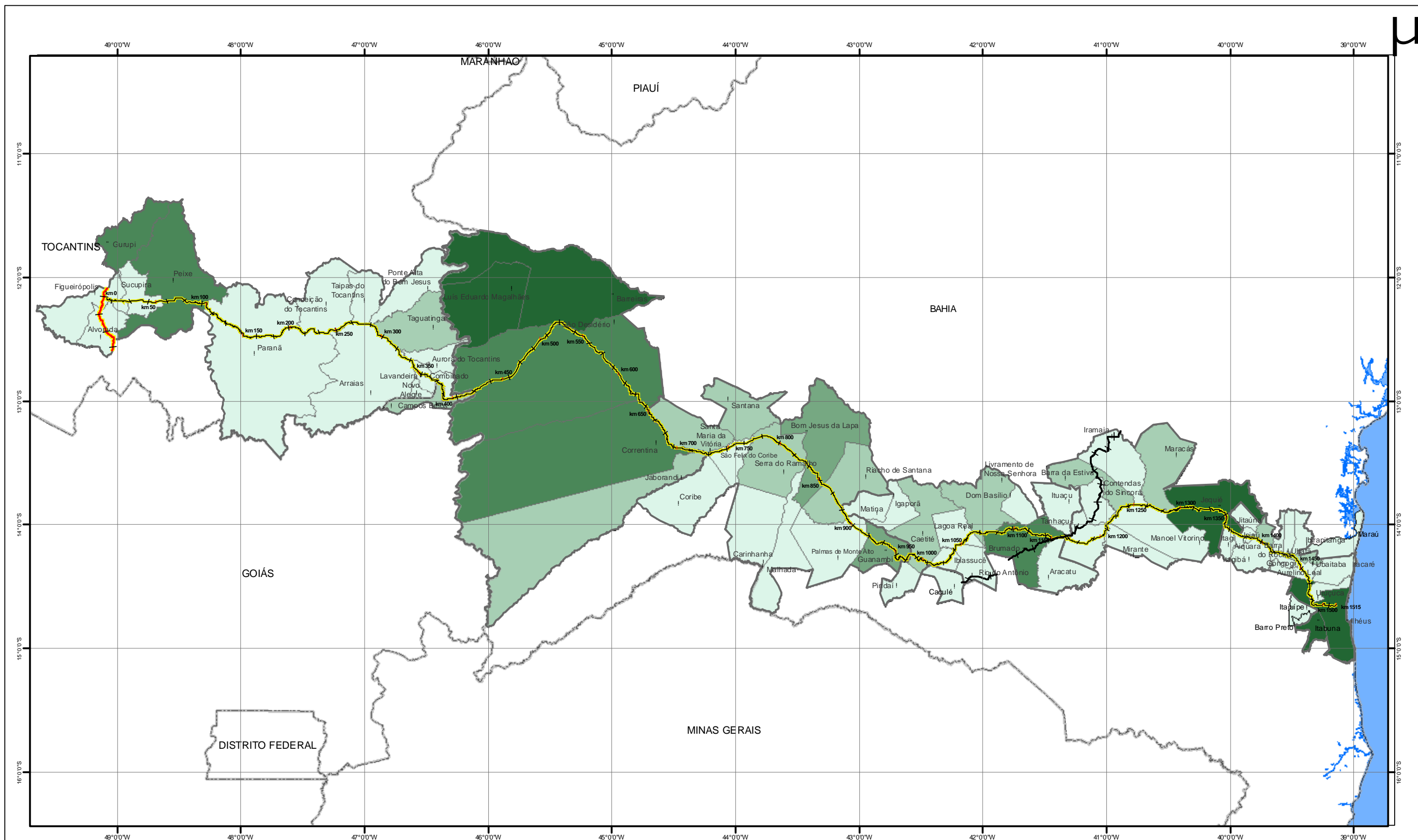
Jequié, Café Jitaúna.

Na região da Mata Atlântica, novamente observa-se o baixo nível de produção per capita dos municípios menores, e a existência de níveis mais altos de atividade concentrados nos maiores centros urbanos. Enquanto a produção per capita da região é de R\$ 3,6 mil, em Ilhéus e Itabuna esses valores chegam a R\$ 4,7 e a R\$ 4,6 mil, respectivamente (ver Tabela 5.3.70). O que diferencia os dois municípios não é a produção de cacau difundida por toda a região, nem o avanço da pecuária, mas a existência de distritos industriais relevantes. Em Ilhéus, destaca-se o pólo de informática, com diversas fábricas de componentes e montagem, como Bitway, Brastec e Novadata. O Município abriga ainda um grande parque industrial de transformação de amêndoas de cacau, em que atuam empresas como Cargill, Joanes e Barry Callebaut. Em Itabuna, o destaque são as indústrias do setor de bebidas e alimentos e o pólo moveleiro. O mapa da Figura 5.3.12 indica os diferentes níveis de Produto Interno Bruto dos municípios da Área de Influência do Empreendimento.

TABELA 5.3.70 – PRODUTO INTERNO BRUTO POR MUNICÍPIO DA MATA ATLÂNTICA, 2005

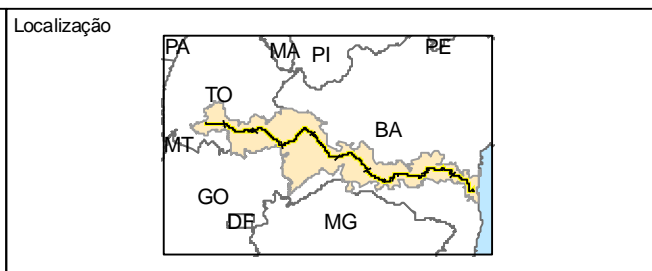
MUNICÍPIO	PRODUTO INTERNO BRUTO			
	R\$ MIL	% DA REGIÃO	% DA AII	PER CAPITA R\$
Aiquara	11.684	0,5	0,1	2.242
Aurelino Leal	23.756	0,9	0,3	1.643
Barra do Rocha	15.143	0,6	0,2	2.469
Barro Preto	18.540	0,7	0,2	2780
Gongogi	14.236	0,6	0,2	2.080
Ibirapitanga	33.560	1,3	0,4	1.447
Ilhéus	1.039.086	40,5	13,2	4.720
Ipiaú	94.127	3,7	1,2	2.212
Itabuna	972.687	37,9	12,3	4.619
Itacaré	31.500	1,2	0,4	1.274
Itagi	21.282	0,8	0,3	1.533
Itagibá	31.437	1,2	0,4	1.932
Itajuípe	74.520	2,9	0,9	3663
Jitaúna	25.552	1,0	0,3	1.517
Maraú	43.050	1,7	0,5	2528
Ubaitaba	48.326	1,9	0,6	2.360
Ubatã	38.665	1,5	0,5	1.560
Uruçuca	29.930	1,2	0,4	1.356
Mata Atlântica	2.567.081	100,0%	32,6	3.604
All	7.886.259	-	100,0%	3.864

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios 2005.



Nota: Mapa elaborado a partir da integração da base de dados do IBGE e SUPRO-VALEC

Legenda		
PIB (R\$ milhões)		
	Abaixo de 40	
	Entre 40 e 100	
	Entre 100 e 200	
	Entre 200 e 600	
	Acima de 600	
	Cidade (acima de 50 mil hab)	
	Cidade (abaixo de 50 mil hab)	
	Ferrovia em Operação	
	Ferrovia em Construção	
	Ferrovia Projetada	
	Limite Municipal	
	Limite Estadual	
	Regiões	
	Quilometragem Estimada	



Elaborado Por:	
Data:	Outubro/2009
Versão:	01

FERROVIA DA INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (EF-334) Trecho: FIGUEIRÓPOLIS (TO) / ILHÉUS (BA)
EIA-RIMA
MAPA DO PRODUTO INTERNO BRUTO

VALEC
Escala: 1:3.300.000
Figura: 5.3.12

▪ **CONTRIBUIÇÃO SETORIAL E NÍVEL TECNOLÓGICO**

Nesta seção, o nível de atividade apresentado anteriormente é decomposto em quatro grandes setores: agropecuária, indústria, comércio e serviços, e administração pública. A Tabela 5.3.71 mostra a participação setorial para a All e suas regiões. A primeira observação relevante é a elevada participação do setor agropecuário na All. Enquanto a média no Brasil é de 5,0% do PIB gerado por esse setor, na All, esse número sobe para 17,0%. Além disso, é importante destacar que o agronegócio inclui, além do cultivo, outras atividades associadas, tais como o beneficiamento, a armazenagem, o transporte e a comercialização da *commodity*. Ou seja, a atividade do agronegócio extrapola o setor agropecuário, fomentando uma cadeia produtiva ao longo dos setores da indústria, do comércio e dos serviços, formando o chamado Complexo Agroindustrial. Isso é extremamente relevante na All, pois grande parte desses setores é estimulada pela agropecuária.

TABELA 5.3.71 – ATIVIDADE SETORIAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA POR REGIÃO, 2005

REGIÃO	PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO (%)			
	AGROPECUARIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	ADM. PÚBLICA
Sul Tocantinense	13,0	33,0	41,0	14,0
Oeste Baiano	41,0	13,0	40,0	6,0
Bacia do São Francisco	15,0	9,0	53,0	22,0
Serra do Espinhaço	11,0	16,0	50,0	23,0
Médio Rio de Contas	8,0	11,0	64,0	17,0
Mata Atlântica	4,0	21,0	59,0	16,0
All	17,0	17,0	51,0	14,0
Bahia	7,0	28,0	51,0	14,0
Tocantins	18,0	23,0	42,0	18,0
Brasil	5,0	25,0	57,0	13,0

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2005.

O sul tocantinense é um exemplo de uma economia atrelada à cadeia do agronegócio. O setor agropecuário tem participação de 13% no valor adicionado, bem superior à média nacional, na qual se destaca a pecuária bovina, e, em menor escala, a soja. A participação de 33,0% da indústria surpreende a princípio, mas como observado na seção anterior, o peso de Gurupi explica boa parte do valor agregado da região. Abrindo os dados por município, como segue na Tabela 5.3.72, observa-se que Gurupi tem uma relevante participação industrial de 28,0%. O parque industrial de Gurupi, por sua vez, é fortemente concentrado em unidades de abate e corte de carnes e beneficiamento de grãos.

Deve-se atentar para a participação industrial do município de Peixe. Nesse caso, percebe-se novamente o impacto econômico da UHE de Peixe Angical. Como a geração de energia elétrica é contabilizada no setor industrial, a participação do setor no município chega a 77,0%.

TABELA 5.3.72 – ATIVIDADE SETORIAL POR MUNICÍPIO DO SUL TOCANTINENSE, 2005

MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO			
	AGROPECUARIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	ADM. PÚBLICA
Alvorada	28,0	13,0	42,0	17,0
Arraias	36,0	11,0	34,0	19,0
Aurora do Tocantins	35,0	9,0	35,0	22,0
Campos Belos	7,0	8,0	62,0	23,0
Combinado	32,0	10,0	38,0	20,0
Conceição do Tocantins	17,0	18,0	39,0	26,0
Figueirópolis	39,0	11,0	37,0	13,0
Gurupi	3,0	28,0	55,0	14,0
Lavandeira	30,0	8,0	36,0	26,0
Novo Alegre	21,0	11,0	42,0	26,0
Paraná	28,0	9,0	37,0	26,0
Peixe	9,0	77,0	11,0	4,0
Ponte Alta do Bom Jesus	22,0	10,0	39,0	28,0
Sucupira	61,0	6,0	21,0	12,0
Taguatinga	18,0	19,0	41,0	22,0
Taipas do Tocantins	24,0	8,0	38,0	29,0
Sul Tocantinense	13,0	33,0	41,0	14,0
All	17,0	17,0	51,0	14,0
Bahia	7,0	28,0	51,0	14,0
Tocantins	18,0	23,0	42,0	18,0
Brasil	5,0	25,0	57,0	13,0

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2005.

No oeste baiano, a participação do setor agropecuário atinge 41,0% do PIB, cerca de oito vezes superior à média nacional. Isso mostra o grau de especialização no setor de *commodities* agrícolas e ajuda a explicar as relações comerciais da região, assunto tratado adiante.

Pela Tabela 5.3.73, percebe-se outras especializações setoriais do tipo intraregional. Entre os municípios, alguns são fortemente concentrados no cultivo agrícola, e as atividades de beneficiamento, comercialização e serviços parece estar dividida entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. O primeiro é tradicionalmente o pólo do setor terciário da região. Possui um núcleo urbano mais desenvolvido, com atividades de comércio e serviços mais diversificadas. Portanto, geralmente os serviços demandados pela indústria do agronegócio são ofertados ali, como advocacia, contabilidade e o comércio atacadista. A cidade funciona também como domicílio de muitos empresários agrícolas da região, oferecendo serviços de saúde, educação e lazer para as famílias.

Por outro lado, Luís Eduardo Magalhães se especializa na indústria do agronegócio, principalmente o beneficiamento de grãos. O município serve também como centro de serviços, entretanto, muito mais associado às atividades diretas do agronegócio, como transporte e armazenagem.

TABELA 5.3.73 – ATIVIDADE SETORIAL POR MUNICÍPIO DO OESTE BAIANO, 2005

MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO			
	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	ADM. PÚBLICA
Barreiras	29,0	13,0	48,0	9,0
Correntina	46,0	8,0	38,0	8,0
Jaborandi	68,0	2,0	21,0	9,0
Luis Eduardo Magalhães	25,0	26,0	46,0	3,0
São Desidério	71,0	3,0	23,0	3,0
Oeste Baiano	41,0	13,0	40,0	6,0
All	17,0	17,0	51,0	14,0
Bahia	7,0	28,0	51,0	14,0
Tocantins	18,0	23,0	42,0	18,0
Brasil	5,0	25,0	57,0	13,0

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2005.



Plantações de algodão no oeste baiano.



Centro urbano de Barreiras.

No caso da Bacia do São Francisco, com 53,0% de participação no setor de serviços, poder-se-ia inferir uma especialização nesse setor. Entretanto, diferentemente do que ocorre em grandes centros urbanos, com um setor terciário altamente diversificado e desenvolvido, a alta participação do setor de serviços combinada a um baixo nível de atividade econômica e também a uma alta participação da administração pública, sugere uma deficiência de base econômica e uma população empregada em atividades de comércio e serviços de baixo valor agregado. Não se poderia igualmente supor uma especialização na administração pública, posto que nenhum dos municípios é sede de grandes órgãos de governo. A participação desse setor (22,0%), superior à média nacional (13,0%), na verdade, expressa uma ausência do setor privado. A Tabela 5.3.74 detalha por município a contribuição de cada setor nos municípios da Bacia do São Francisco.

TABELA 5.3.74 – ATIVIDADE SETORIAL NA BACIA DO SÃO FRANCISCO, 2005

MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO			
	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	ADM. PÚBLICA
Bom Jesus da Lapa	15,0	10,0	54,0	21,0
Carinhanha	11,0	10,0	50,0	30,0

MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO			
	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	ADM. PÚBLICA
Coribe	21,0	7,0	45,0	27,0
Caculé	11,0	11,0	68,4	10,7
Guanambi	4,0	11,0	67,0	18,0
Malhada	29,0	6,0	40,0	25,0
Palmas de Monte Alto	16,0	8,0	46,0	30,0
Riacho de Santana	31,0	7,0	41,0	21,0
Santa Maria da Vitória	7,0	8,0	59,0	25,0
Santana	17,0	10,0	49,0	24,0
São Félix do Coribe	22,0	9,0	48,0	21,0
Serra do Ramalho	28,0	6,0	42,0	24,0
Bacia do São Francisco	15,0	9,0	53,0	22,0
All	17,0	17,0	51,0	14,0
Bahia	7,0	28,0	51,0	14,0
Tocantins	18,0	23,0	42,0	18,0
Brasil	5,0	25,0	57,0	13,0

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2005.

Na maioria dos municípios da Bacia do São Francisco, a economia ainda é apoiada na agropecuária. O setor primário não tem a mesma escala do oeste baiano, mas apresenta uma produção considerável, principalmente em produtos voltados ao mercado interno. A região possui a segunda maior produção de feijão da All, com 30,0% de participação. Entre os municípios, destacam-se Guanambi, Santa Maria da Vitória e Riacho de Santana. A mandioca também é uma cultura difundida na região, responsável por 19,0% da produção da All, com destaque para a produção em Riacho de Santana.

Além da agricultura, a pecuária também tem papel importante para a geração de renda. A Pesquisa Pecuária Municipal de 2007 contabiliza 720 mil cabeças de rebanho bovino na região, a segunda maior participação da All, com 26,0%. Entre os municípios com os maiores rebanhos, estão Coribe, Santana e Serra do Ramalho.

Em algumas localidades, a economia tem forte apoio do setor de comércio e serviços. Guanambi é um pólo sub-regional importante, com uma estrutura de comércio e serviços mais diversificada, incluindo uma universidade estadual. Bom Jesus da Lapa, a segunda cidade de turismo religioso do Brasil, recebe milhares de visitantes na suas grutas e no Santuário, onde, inclusive, existe uma feira permanente, com utensílios e objetos de caráter simbólico e religioso.



Feira em torno do Santuário – Bom Jesus.



Pecuária – Serra do Ramalho.

Na Região da Serra do Espinhaço, o setor industrial tem grande relevância (apesar de estar abaixo da média nacional) – com 16,0 % na participação setorial do PIB, graças principalmente a Brumado, e, em seguida, a Caetité, que detêm, respectivamente, 30,0% e 13,0% da participação no valor adicionado de seus municípios (ver Tabela 5.3.75). Isso porque ambos apresentam plantas industriais de minerais ferrosos e não ferrosos e têm fábricas de cerâmica. Alguns municípios da região estão classificados, pela Secretaria de Planejamento do Governo da Bahia, como “*Sertão Produtivo*”¹².

Brumado possui importantes mineradoras, como a Magnesita S/A, Xilolite S/A, Ibar Nordeste S/A, além de uma importante cimenteira, a Cimpor. O comércio também tem expressiva participação local. Já Caetité é um pólo regional de cerâmica, contando com jazidas de urânio, ametista, manganês e ferro. No município, está instalada a empresa pública Indústrias Nucleares do Brasil – INB, para explorar no local a maior jazida de urânio do país. Já a jazida ferrífera está previsto para ser explorada pela Bahia Mineração Ltda. - BML, uma mineradora indiana (no formato *joint venture*). Sua produção anual estimada de doze milhões de toneladas pode ser a terceira maior do Brasil.

Quanto ao setor agropecuário, a participação no valor adicionado regional é maior do que para o estado da Bahia e para o país, atingindo 11,0%, devido principalmente aos municípios de Dom Basílio, Ituaçu, Lagoa Real e Livramento de Nossa Senhora, que oscilam sua participação em torno de 20,0%. Dom Basílio é o maior produtor de frutas do país, e, juntamente com Livramento de Nossa Senhora (cidades vizinha), são as maiores produtoras de manga e maracujá do Brasil. Além disso, Dom Basílio produz e exporta cultivos variados, como: algodão, arroz, cebola, feijão, mamona, mandioca, milho, banana e outras frutas.

¹² Ver em http://www.seagri.ba.gov.br/mapa_agri_identidade.pdf. Acesso em 19/02/2009.



Fábrica de Cerâmica – Ibiassucê.



Indústrias Nucleares do Brasil – Caetité.

TABELA 5.3.75 – ATIVIDADE SETORIAL POR MUNICÍPIO DA SERRA DO ESPINHAÇO, 2005

MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO			
	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	ADM. PÚBLICA
Aracatu	11,0	8,0	48,0	34,0
Brumado	3,0	30,0	51,0	17,0
Caetité	10,0	13,0	55,0	22,0
Dom Basílio	26,0	8,0	43,0	23,0
Ibiassucê	11,0	9,0	50,0	30,0
Igaporã	12,0	8,0	49,0	31,0
Ituaçu	22,0	7,0	44,0	27,0
Lagoa Real	19,0	7,0	44,0	30,0
Livramento de N. Senhora	20,0	8,0	51,0	21,0
Matina	14,0	7,0	46,0	33,0
Pindaí	15,0	8,0	46,0	31,0
Rio do Antônio	13,0	8,0	50,0	30,0
Serra do Espinhaço	11,0	16,0	50,0	23,0
All	17,0	17,0	51,0	14,0
Bahia	7,0	28,0	51,0	14,0
Tocantins	18,0	23,0	42,0	18,0
Brasil	5,0	25,0	57,0	13,0

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2005.

A Região do Médio Rio de Contas apresenta predominância do setor terciário, de onde deriva 64,0% do seu valor adicionado, participação essa maior do que a da All e do que a do estado da Bahia (51,0% cada uma). Todos os seus municípios seguem esse padrão de predominância do setor de serviços, com exceção de Barra da Estiva, onde predomina o setor agropecuário (40,0%), em grande parte devido ao cultivo de café (ver Tabela 5.3.76).

Além do alto desempenho do setor terciário em todos os municípios, Jequié é um importante centro de comércio e serviços (72,0% do valor adicionado), e é sede também de um distrito industrial consolidado, com fábricas de alimentos, calçados e confecções, exercendo a função de pólo sub-regional. Sua localização é estratégica, do ponto de vista logístico. A BR-116 passa por Jequié, que corta diversos estados do país, além de abrigar um Poliduto de derivados de petróleo e

álcool, o que atraiu empresas como Petrobras, Esso e Shell. Portanto, Jequié é um centro de abastecimento e distribuição regional, sendo uma das cidades mais importantes da Bahia.

TABELA 5.3.76 – ATIVIDADE SETORIAL POR MUNICÍPIO DO MÉDIO RIO DE CONTAS, 2005

MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO			
	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	ADM. PÚBLICA
Barra da Estiva	40,0	5,0	37,0	18,0
Contendas do Sincorá	14,0	17,0	44,0	24,0
Iramaia	11,0	8,0	48,0	33,0
Jequié	2,0	12,0	72,0	14,0
Manoel Vitorino	13,0	10,0	46,0	32,0
Maracás	20,0	8,0	46,0	26,0
Mirante	4,0	8,0	48,0	39,0
Tanhaçu	19,0	8,0	48,0	26,0
Médio Rio de Contas	8,0	11,0	64,0	17,0
All	17,0	17,0	51,0	14,0
Bahia	7,0	28,0	51,0	14,0
Tocantins	18,0	23,0	42,0	18,0
Brasil	5,0	25,0	57,0	13,0

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2005.



Centro de distribuição de cacau, Jequié.



Distribuidora Coca-cola, Jequié.



Fábrica de caçados Ramarim, Jequié.



Fábrica de produtos alimentícios, Jequié.

Por último, cabe destacar que, além da relevância de Barra da Estiva no setor agropecuário da região Médio Rio de Contas, há também a área irrigada próxima à barragem de Pedra, em Jequié, o que permite diversos cultivos locais, e beneficia municípios da região, como Jequié, Iramaia, Maracás e Manoel Vitorino, além dos municípios mais a oeste, na região de Mata Atlântica, como Ibirapitanga, Ubaitapa e Ubatã. Em Jequié, por exemplo, existe um programa de irrigação, do governo da Bahia, Projeto de Irrigação de Curral Novo/Fazenda Velha – são cultivados coco, maracujá, banana, caju, manga, cacau, milho, feijão, pimentão, quiabo e tomate.



Projeto de Irrigação – Jequié.



Fábrica de beneficiamento – Jequié.



CHESF/Usina da Pedra – Jequié.



Barragem da Pedra – Jequié.

A Região Mata Atlântica tem um perfil de participação no valor adicionado bastante semelhante ao padrão nacional. O setor mais relevante é o terciário (59,0%), com uma participação no valor adicionado um pouco superior à média do país (ver Tabela 5.3.77). O desempenho do setor secundário é o segundo mais importante, com 21,0% de participação no valor adicionado. O setor primário é o de menor participação no valor adicionado, somando 4,0%.

TABELA 5.3.77 – ATIVIDADE SETORIAL POR MUNICÍPIO DA MATA ATLÂNTICA, 2005

MUNICÍPIO	PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO (%)			
	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	ADM. PÚBLICA
Aiquara	25,0	6,0	42,0	27,0
Aurelino Leal	16,0	7,0	46,0	31,0
Barra do Rocha	22,0	7,0	43,0	29,0
Barro Preto	18,6	10,1	67,0	4,3
Gongogi	14,0	8,0	47,0	32,0
Ibirapitanga	20,0	7,0	47,0	26,0
Ilhéus	3,0	32,0	51,0	13,0
Ipiaú	4,0	11,0	63,0	22,0
Itabuna	1,0	16,0	70,0	13,0
Itacaré	14,0	9,0	51,0	26,0
Itagi	13,0	7,0	50,0	29,0
Itagibá	30,0	6,0	40,0	23,0
Itajuípe	8,6	27,1	58,3	6,1
Jitaúna	9,0	8,0	52,0	31,0
Maraú	21,0	12,1	63,7	3,1
Ubaitaba	4,0	13,0	60,0	24,0
Ubatã	6,0	9,0	62,0	23,0
Uruçuca	9,0	12,0	54,0	25,0
Mata Atlântica	4,0	21,0	59,0	16,0
All	17,0	17,0	51,0	14,0
Bahia	7,0	28,0	51,0	14,0
Tocantins	18,0	23,0	42,0	18,0
Brasil	5,0	25,0	57,0	13,0

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2005.

Em todos os municípios, os serviços são predominantes, no entanto, Itagibá tem uma participação expressiva do setor primário (30,0%), por causa da atividade pecuária leiteira e de corte, além do cultivo do principal produto da região, o cacau. Itabuna e Ilhéus são os maiores centros urbanos da região, concentrando serviços e comércio, além de possuírem distritos industriais relevantes. Ambos os municípios têm sua história atrelada ao cultivo do cacau e seus desdobramentos, sendo que Itabuna tem sua economia mais concentrada no setor terciário (70,0%), enquanto, em Ilhéus, comparativamente, a indústria apresenta uma maior participação na atividade econômica do município.



Fábrica da Cargill – Ilhéus.



Fábrica da Joanes – Ilhéus.

A participação relativamente elevada do setor secundário em Ilhéus (32,0%) está relacionada à presença do seu distrito industrial – bairro de Iguape – que, em grande parte, é desdobramento do cultivo do cacau. Ilhéus comporta quatro grandes empresas globais do ramo de beneficiamento e comercialização de cacau: Cargill Cacau Ltda., a Joanes Adm Cocoa, a Barry Callebaut Brasil S/A e a Deplh. Em adição às empresas de beneficiamento e comercialização do cacau, o município de Ilhéus também abriga indústrias de informática, e um porto, de onde escorre parte da produção da Bahia e do País.

No setor de serviços, em Ilhéus, cabe destacar o porto exportador de grãos. E existe um projeto de expansão desse porto, por parte da Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA, para que possa exportar e importar frutas, celulose e minérios.

Em Itabuna, a quinta cidade mais populosa do estado da Bahia, desde a crise do cacau, existe a tendência para a diversificação de suas atividades para comércio e serviços. O município tem a vantagem de estar localizado à margem da BR-101, servindo de entreposto comercial. Ilustrativo do crescimento do seu setor terciário é a presença de um grande shopping em Itabuna, com estabelecimentos e franquias que atuam em nível nacional.



Bitway, Informática – Ilhéus.



Shopping – Itabuna.



Porto de Ilhéus.

▪ **DESTINAÇÃO E RELAÇÕES DE TROCA ENTRE AS ECONOMIAS LOCAL, REGIONAL E NACIONAL**

A significativa extensão da Área de Influência Indireta da Ferrovia Leste Oeste apresenta regiões com características e dinâmicas diferentes também no que se refere às relações de troca. As variáveis de comércio internacional são distintas, e podem ser analisadas a partir do indicador " *valor total das exportações sobre o PIB*", apresentado na Tabela 5.3.78.

Analisando a Área de Influência integralmente, a participação média das exportações no Produto Interno Bruto de todas as seis regiões é menor do que a média nacional. Enquanto o valor das exportações na Balança Comercial Brasileira corresponde a 13,3% do PIB, o valor das exportações da Área de Influência corresponde a 11,6% de seu PIB.

Existe uma diferença acentuada entre os dois estados que compõem a Área de Influência. Enquanto o estado do Tocantins exporta somente 2,5% do seu PIB, na Bahia, esse valor é 15,0%, superior à média nacional. Esse valor indica a importância do setor exportador na economia desse estado. Uma região que merece destaque é o oeste baiano, local com forte presença do agronegócio, onde a participação das exportações no PIB regional é de 24,3%, valor quase duas vezes maior do que a média nacional. Os principais produtos que contribuem para esse desempenho são o algodão, a soja e derivados.

TABELA 5.3.78 – PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO POR REGIÃO, 2007

REGIÃO	EXPORTAÇÃO (MIL R\$)	EXPORT. /PIB	PRINCIPAIS PRODUTOS
Bacia do São Francisco	-	-	-
Médio Rio de Contas	8.170	0,5	calçados
Mata Atlântica	469.990	11,2	manteiga de cacau
Oeste Baiano	928.478	24,3	soja e derivados, algodão
Serra do Espinhaço	61.105	6,9	magnésio, manga
Sul Tocantinense	70.178	4,4	carne bovina, soja e derivados
All	1.537.920	11,6	Calçados, manteiga de cacau, soja e

REGIÃO	EXPORTAÇÃO (MIL R\$)	EXPORT. /PIB	PRINCIPAIS PRODUTOS
			derivados, algodão, magnésio, manga, carne bovina
Bahia	14.824.325	15,0	Óleo combustível, pasta química madeira, automóveis motor explosão
Tocantins	247.570	2,5	Outros grãos de soja, carnes desossadas de bovino, outras miudezas comestíveis de bovino
Brasil	309.921.514	13,3	Óleos brutos de petróleo, minério de ferro, outros grãos de soja

Obs: Os valores das exportações são referentes ao ano de 2007, enquanto os valores de PIB são os de 2005, em preços de 2007.

Fonte: SECEX, www.desenvolvimento.gov.br. Acesso em 02/03/2009.

Além do resultado apresentado pelo oeste baiano, as exportações também têm participação significativa na região da Mata Atlântica, correspondendo a 11,2% do PIB regional. A região da Mata Atlântica já apresentou desempenho melhor nesse setor, no entanto, o cultivo do cacau enfrenta um processo de crise, derivado (1) da doença vassoura-de-bruxa nas plantações, originada na década de 1990, e (2) da forte queda do seu preço no mercado internacional. Apesar da crise e do forte impacto nos produtores, empresas internacionais beneficiadoras e comercializadoras continuam participando ativamente da cadeia do cacau. Novos investimentos também têm sido feitos em cultivos alternativos, para superar a crise do cacau, como piaçava, dendê e coco, dentre outros.

O restante das regiões da All tem um desempenho bem abaixo da média nacional, no quesito exportação. Mesmo a Serra do Espinhaço, onde se encontra a exploração de jazidas minerais, as receitas geradas não têm sido suficientes para gerar efeito no valor da exportação. Por enquanto, o manganês é responsável pela maior parte das exportações dessa região. E é importante ressaltar que estão previstos mais investimentos pela empresa Bahia Mineração Ltda., em Caetité. A região mais deficiente no que se refere às exportações, a região da Bacia do São Francisco, apresenta uma economia carente de especialização no comércio internacional, estando voltada para a subsistência e para o mercado interno.

Outro indicador relevante, na análise de comércio internacional, é “valor total das importações sobre o PIB”. A Tabela 5.3.79 apresenta o valor das importações, a relação importação/PIB e os principais produtos importados por região da Área de Influência. Também são apresentados os valores para os estados do Tocantins e da Bahia e os valores para o Brasil.

A Área de Influência e os estados da Bahia e Tocantins têm, na média, uma relação importação/PIB menor do que a do Brasil. No caso do Tocantins, esse resultado, reforçado também pela baixa relação exportações/PIB, mostra o baixo peso do comércio externo na atividade econômica do Estado. Em situação diferente, a Bahia conta com uma participação significativa do comércio externo.

No caso das importações, o valor relativo ao PIB do Estado não chega a ultrapassar a média nacional (como ocorre nas exportações), mas está bastante próximo.

TABELA 5.3.79 – PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO POR REGIÃO, 2007

REGIÃO	IMPORTAÇÃO (MIL R\$)	IMPORT./PIB	PRINCIPAIS PRODUTOS
Bacia São Francisco	-	-	-
Médio Rio de Contas	-	-	-
Mata Atlântica	1.138.031	27,1	Material de informática e cacau (inteiro ou partido)
Oeste Baiano	27.915	0,7	Máquinas agrícolas
Serra do Espinhaço	-	-	-
Sul Tocantinense	18.517	1,2	Produtos têxteis
All	1.184.462	9,0	Material de informática e cacau (inteiro ou partido), máquinas agrícolas, produtos têxteis
Bahia	10.463.360	10,6	Sulfetos de minério de cobre, naftas para petroquímica, automóveis com motor explosão
Tocantins	38.613	0,4	Policloreto de vinila, arroz semibranqueado, fio de fibras de poliésteres
Brasil	265.854.968	11,4	Óleos brutos de petróleo, óleo diesel, automóveis motor explosão

Obs: Os valores das importações são referentes ao ano de 2007, enquanto os valores de PIB são os de 2005, em preços de 2007.

Fonte: SECEX, www.desenvolvimento.gov.br. Acesso em 02/03/2009.

Para a análise do comércio entre os estados brasileiros e, mais especificamente, para a análise do comércio entre os estados da Área de Influência e os outros estados do país, foi utilizado o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA "Análise da Matriz por Atividade Econômica do Comércio Interestadual no Brasil - 1999" (VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2006). Na análise, as atividades econômicas são classificadas segundo a Classificação Nacional das Atividades Econômicas - CNAE, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O principal estado da Área de Influência é a Bahia. A Tabela 5.3.80 apresenta os principais produtos de exportação interestadual do estado. No topo dos produtos mais exportados para outros estados, estão os *Produtos Químicos*, responsáveis por 36,6% do comércio exportador interestadual da Bahia, e 12,8% de todos os produtos químicos exportados entre os estados do Brasil. É importante ressaltar, entretanto, que grande parte da produção de produtos químicos advém da Braskem, principal grupo petroquímico brasileiro, e que, na Bahia, está localizado no Pólo de Camaçari, fora da Área de Influência.

A *Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas* é o segundo principal segmento e corresponde a 8,1% das exportações interestaduais da Bahia. Na Área

de Influência, se destacam os municípios de Jequié e Itabuna, onde distritos industriais abrigam empresas no segmento de alimentos e bebidas. Em Jequié, estão localizadas diversas empresas: Coca-cola, Refrigerantes Reffree, Biscoito Bispo, Produtos de Milho Paquetá, Produtos Alimentícios Maria Rosa, Café Paquera, Moinho Paquetá, Produtos Alimentícios Moenda Ltda., Café Jitaúna e Café Mascote. Jequié se caracteriza como um centro de distribuição regional na Bahia, abrigando um importante pólo industrial que abastece o mercado interno com calçados, confecções, alimentos e bebidas. Em relação ao café, o grão muitas vezes é produzido em municípios próximos, como, por exemplo, Jitaúna, Maracás, Iramaia e Barra da Estiva, e então processado e distribuído a partir de Jequié.

A produção de *Coque, Refino de Petróleo e Álcool* é o terceiro principal segmento e corresponde a 6,9% das exportações interestaduais da Bahia, o que evidencia a importância da atividade petrolífera para o estado. Em relação à Área de Influência, novamente Jequié ocupa posição de destaque, onde existem bases de redistribuição da Petrobrás, da Shell e da Esso. Parte de sua redistribuição chega ao Espírito Santo e a Minas Gerais.

TABELA 5.3.80 – PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO INTERESTADUAL DA BAHIA

CNAE	DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES		
		R\$	% DA BA	% DO SETOR BR
24	Produtos Químicos	5.684.736.759	36,6%	12,8%
15	Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	1.264.682.752	8,1%	2,4%
23	Coque, Refino de Petróleo e Álcool	1.074.410.402	6,9%	8,6%
27	Metalurgia Básica	1.004.408.634	6,5%	5,0%
21	Fabricação de Celulose e Papel	722.482.799	4,6%	7,6%
25	Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	708.560.599	4,6%	6,0%
515	Comércio de Produtos Intermediários	441.751.468	2,8%	2,7%
40	Eletricidade e Gás	389.262.357	2,5%	4,7%
30	Equipamentos de Informática	309.980.046	2,0%	13,2%
02	Silvicultura	83.024.569	0,5%	49,0%
01	Agropecuária	81.827.306	0,5%	2,5%

Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de Texto para Discussão Nº 1.159 IPEA, 2006.

Em relação a Jequié, vale destacar a localização estratégica desse município. Situado à margem da BR-116, a mais importante rodovia brasileira, seguindo a partir do Ceará, atravessa o interior da Bahia no sentido Norte-Sul, até chegar ao Rio Grande do Sul. Nesse caminho, estão importantes entroncamentos rodoviários, como em Feira de Santana e no Rio de Janeiro. Jequié é, portanto, um

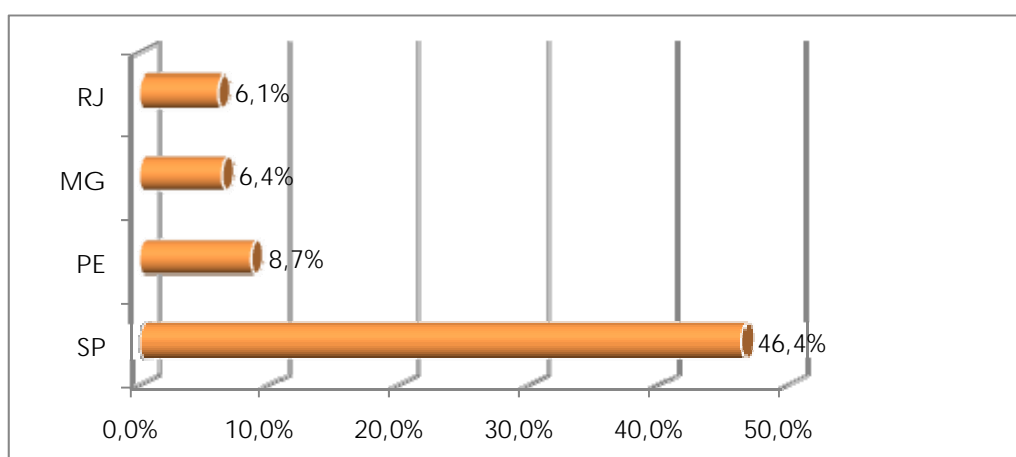
pólo sub-regional, com inserção em um dos trechos logísticos mais importantes do Brasil.

Dos principais produtos de exportação interestadual da Bahia, os *Equipamentos de Informática* têm importância dentro da Área de Influência. Suas exportações correspondem a 2,0% do total da Bahia e a 13,2% de todas as exportações dos estados brasileiros nesse segmento. Na Área de Influência, o município em destaque é Ilhéus, o qual possui um pólo de informática em seu bairro industrial (Iguape), abrigando fábricas da Bitway, Brastec, Leader Tech, Login, Novadata e Prolan. Esse pólo é de importância nacional.

Por último, cabe considerar os produtos agropecuários, que correspondem a 0,5% da exportação interestadual baiana, e, na All, estão relacionados ao agronegócio do oeste baiano, e ao cultivo de frutas e gado em outros municípios baianos. O oeste baiano apresenta grande vinculação ao mercado externo, enquanto outros municípios dirigem suas produções ao mercado interno.

Ainda segundo esse estudo do IPEA, os principais estados compradores dos produtos baianos foram São Paulo, responsável por 46,4% das vendas totais da Bahia; Pernambuco, com 8,7%; Minas Gerais, com 6,4%; e, em menor escala, Rio de Janeiro, Sergipe, Espírito Santo, Alagoas e Ceará (ver Figura 5.3.13). Em termos de macrorregiões, o Sudeste importou da Bahia cerca de 63,0% do seu total de vendas e, em seguida, 26,0% foi destinado para o Nordeste, indicando a predominância do mercado consumidor do Sudeste em relação ao resto do país. Os 11,3% restantes foram comprados pelas demais regiões.

FIGURA 5.3.13 – PRINCIPAIS ESTADOS COMPRADORES DA BAHIA, 1999



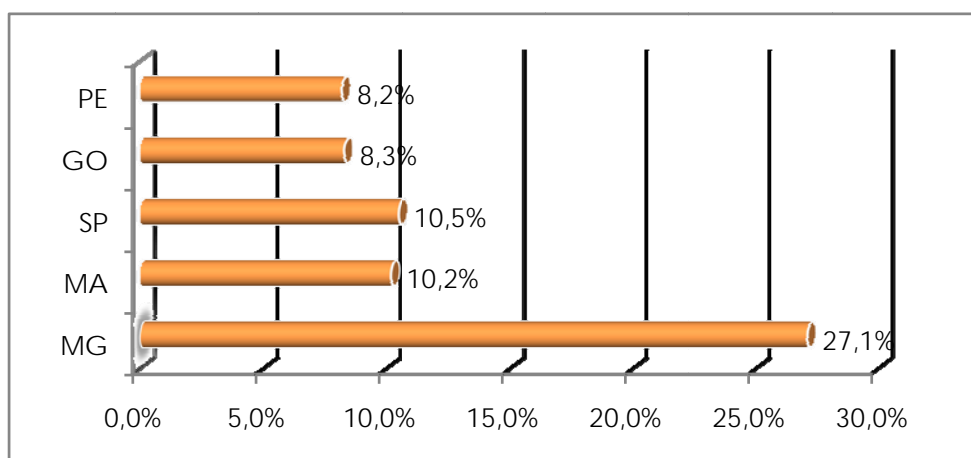
Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de Texto para Discussão Nº 1.159 IPEA, 2006.

Ainda sobre as exportações interestaduais do Estado da Bahia, 67,1% das exportações para outros estados são bens de consumo final e 22,5% são de bens de consumo intermediário. E, em relação à produção setorial, 72,4% das exportações interestaduais do estado da Bahia são de produtos industriais; 19,0%, de produtos agrícolas e agroindustriais; e 7,8%, de serviços.

Já em relação ao estado do Tocantins, os principais estados compradores foram: Minas Gerais, com 27,1% do total; Maranhão, com 12,2%; São Paulo, com 10,5%; Goiás, com 8,3%; Pernambuco, com 8,2%; e, em menores porcentagens, Pará, Ceará e Bahia (ver Figura 5.3.14). Assim como na Bahia, o Sudeste aparece como o maior mercado consumidor, absorvendo 41,8% das exportações. Outro mercado consumidor de grande importância é a região Nordeste, que absorve 39,7% das exportações interestaduais.

Na pauta de exportações do estado do Tocantins para outros estados, os bens de consumo final são os mais relevantes, com 81,3% do total, seguidos por bens de consumo intermediário (15,7%). A principal atividade exportadora tocantinense foi, por ordem, a Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas, Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo; Comércio Atacadista de Produtos Agropecuários *in natura*; Produtos Alimentícios para Animais. E, na sua pauta de exportações, o setor predominante foi o de produtos agrícolas e agroindustriais (76,1%), seguido de produtos industriais (21,4%) e do setor de serviços (1,6%).

FIGURA 5.3.14 – PRINCIPAIS ESTADOS COMPRADORES DO TOCANTINS, 1999



Fonte: Elaboração OIKOS, a partir de Texto para Discussão Nº 1.159, IPEA, 2006.

▪ ASPECTOS DA ECONOMIA INFORMAL

Para analisar os aspectos da economia informal, os principais dados considerados são os relativos ao mercado de trabalho, mais especificamente à população ocupada por categoria de ocupação, segundo o Censo Demográfico do IBGE para 2000 (último ano disponível).

E, de acordo com o IBGE e outros institutos de pesquisa, o total dos informais pode ser mensurado a partir do somatório dos trabalhadores ocupados sem carteira assinada e os ocupados por conta-própria, que, na Tabela 5.3.81, abaixo, está calculado na coluna (SC + CP).

A participação do trabalho informal é predominante na Área de Influência e corresponde, em média, a 63% da população economicamente ativa da região. As regiões do sul tocantinense e do Médio Rio de Contas têm a maior participação do trabalho informal – ambas com 68% – e as regiões da Serra do Espinhaço e da Mata Atlântica têm a menor participação do trabalho informal – ambas com 59%. A seguir, estão apresentadas as estatísticas referentes ao trabalho informal para cada uma das regiões da Área de Influência.

TABELA 5.3.81 – POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIA DE OCUPAÇÃO, 2000 (%)

REGIÃO	CATEGORIAS						
	E	CC	SC	CP	SC + CP	SR	CPr
Sul Tocantinense	3,0	20,0	46,0	22,0	68,0	3,0	7,0
Oeste Baiano	2,0	22,0	38,0	24,0	62,0	4,0	10,0
Bacia do São Francisco	2,0	12,0	37,0	27,0	64,0	10,0	11,0
Serra do Espinhaço	1,0	16,0	32,0	27,0	59,0	10,0	14,0
Médio Rio de Contas	2,0	20,0	40,0	28,0	68,0	5,0	5,0
Mata Atlântica	2,0	34,0	35,0	24,0	59,0	3,0	1,0
All	2,0	23,0	37,0	26,0	63,0	5,0	7,0
Bahia	2,0	26,0	34,0	25,0	59,0	6,0	7,0
Tocantins	2,0	19,0	45,0	22,0	67,0	4,0	8,0

Legenda: E: Empregador; CC: Com Carteira; SC: Sem Carteira; CP: Conta Própria; SR: Sem Rendimento; CPr: Consumo Próprio.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

O sul tocantinense é uma das regiões da All com o maior grau de informalidade: 68,0% dos seus ocupados no Censo 2000 (ver Tabela 5.3.82). Esse resultado tem como principal componente os ocupados sem carteira, que correspondem a 46,0%. Os municípios dessa região apresentaram significativa variabilidade nos índices de trabalho informal. Enquanto o município de Conceição do Tocantins apresentou um índice de trabalhadores informais de 49%, o mais baixo da região, os municípios de Lavandeira e Sucupira atingiram 86%.

TABELA 5.3.82 – POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIA NA REGIÃO DO SUL TOCANTINENSE, 2000 (%)

MUNICÍPIOS	CATEGORIAS						
	E	CC	SC	CP	SC + CP	SR	CPr
Alvorada	3,0	17,0	53,0	22,0	75,0	4,0	1,0
Arraias	1,0	7,0	57,0	22,0	78,0	4,0	10,0
Aurora do Tocantins	1,0	6,0	48,0	11,0	59,0	5,0	30,0
Campos Belos	2,0	17,0	51,0	21,0	72,0	5,0	4,0
Combinado	1,0	9,0	54	26,0	80,0	3,0	7,0
Conceição do Tocantins	1,0	12,0	40,0	9,0	49,0	0,0	37,0
Figueirópolis	6,0	11,0	53,0	18,0	70,0	3,0	10,0
Gurupi	4,0	30,0	40,0	23,0	63,0	2,0	1,0
Lavandeira	0,0	14,0	85,0	1,0	86,0	0,0	0,0
Novo Alegre	1,0	16,0	56,0	11,0	67,0	4,0	11,0

MUNICÍPIOS	CATEGORIAS						
	E	CC	SC	CP	SC + CP	SR	CPr
Paranã	0,0	7,0	39,0	18,0	58,0	5,0	30,0
Peixe	2,0	9,0	56,0	27,0	83,0	4,0	2,0
Ponte Alta do Bom Jesus	2,0	9,0	41,0	23,0	64,0	10,0	15,0
Sucupira	1,0	12,0	59,0	27,0	86,0	0,0	1,0
Taguatinga	1,0	11,0	55,0	24,0	79,0	2,0	7,0
Taipas do Tocantins	0,0	2,0	47,0	10,0	58,0	0,0	40,0
Sul Tocantinense	3,0	20,0	46,0	22,0	68,0	3,0	7,0
All	2,0	23,0	37,0	26,0	63,0	5,0	7,0
Bahia	2,0	26,0	34,0	25,0	59,0	6,0	7,0
Tocantins	2,0	19,0	45,0	22,0	67,0	4,0	8,0

Legenda: E: Empregador; CC: Com Carteira; SC: Sem Carteira; CP: Conta Própria; SR: Sem Rendimento; CPr: Consumo Próprio.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

A região do oeste baiano, apesar da intensa atividade econômica relacionada ao agronegócio, apresentou um índice de trabalhadores informais de 62%. Essa proporção de trabalhadores informais está muito próxima ao índice da Área de Influência (63,0%), e é superior ao índice do estado da Bahia (59,0%). Dentre os cinco municípios da região, Barreiras apresenta, em relação aos outros municípios, um alto nível de trabalhadores com carteira assinada (28,0%), mais do que o dobro do índice apresentado pelo segundo município – São Desidério, com 13,0% (ver Tabela 5.3.83).

TABELA 5.3.83 – POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIA NO OESTE BAIANO, 2000 (%)

MUNICÍPIOS	CATEGORIAS						
	E	CC	SC	CP	SC + CP	SR	CPr
Barreiras	3,0	28,0	40,0	24,0	64,0	3,0	1,0
Correntina	0,0	7,0	30,0	22,0	52,0	8,0	33,0
Jaborandi	0,0	4,0	27,0	18,0	45,0	1,0	49,0
Luis Eduardo Magalhães	-	-	-	-	-	-	-
São Desidério	0,0	13,0	50,0	29,0	78,0	4,0	5,0
Oeste Baiano	2,0	22,0	38,0	24,0	62,0	4,0	10,0
All	2,0	23,0	37,0	26,0	63,0	5,0	7,0
Bahia	2,0	26,0	34,0	25,0	59,0	6,0	7,0
Tocantins	2,0	19,0	45,0	22,0	67,0	4,0	8,0

Legenda: E: Empregador; CC: Com Carteira; SC: Sem Carteira; CP: Conta Própria; SR: Sem Rendimento; CPr: Consumo Próprio.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

A região da Bacia do São Francisco apresentou o terceiro maior índice de trabalho informal da Área de Influência – 64,0% (ver Tabela 5.3.84). Além do alto índice de informalidade, a região é a que possui o menor nível de trabalhadores com carteira assinada (12,0%). A baixa participação de trabalhadores com carteira assinada é aproximadamente metade do índice da Área de Influência (63,0%) e do estado da Bahia (59,0%). O menor índice foi encontrado na Serra do Espinhaço,

59,0% (ver Tabela 5.3.85). Apesar disso, assim como na Bacia do São Francisco, tem alta incidência de trabalhadores sem rendimento e baixo grau de formalização.

TABELA 5.3.84 – POPULAÇÃO OCUPADA BACIA SÃO FRANCISCO, 2000 (%)

MUNICÍPIOS	CATEGORIAS						
	E	CC	SC	CP	SC + CP	SR	CPr
Bom Jesus da Lapa	2,0	16,0	35,0	28,0	64,0	10,0	9,0
Carinhanha	1,0	8,0	29,0	36,0	66,0	16,0	9,0
Coribe	0,0	4,0	30,0	20,0	50,0	21,0	25,0
Caculé	0,0	4,5	35,0	20,0	55,0	20,0	26,0
Guanambi	3,0	18,0	39,0	27,0	66,0	5,0	8,0
Malhada	0,0	13,0	49,0	27,0	76,0	8,0	3,0
Palmas de Monte Alto	2,0	8,0	41,0	25,0	66,0	18,0	6,0
Riacho de Santana	1,0	8,0	39,0	22,0	61,0	11,0	19,0
Santa Maria da Vitória	2,0	12,0	44,0	30,0	74,0	7,0	6,0
Santana	1,0	14,0	38,0	30,0	68,0	5,0	11,0
São Félix do Coribe	1,0	8,0	48,0	21,0	70,0	10,0	11,0
Serra do Ramalho	1,0	4,0	27,0	27,0	53,0	13,0	28,0
Bacia do São Francisco	2,0	12,0	37,0	27,0	64,0	10,0	11,0
All	2,0	23,0	37,0	26,0	63,0	5,0	7,0
Bahia	2,0	26,0	34,0	25,0	59,0	6,0	7,0
Tocantins	2,0	19,0	45,0	22,0	67,0	4,0	8,0

Legenda: E: Empregador; CC: Com Carteira; SC: Sem Carteira; CP: Conta Própria; SR: Sem Rendimento; CPr: Consumo Próprio.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

TABELA 5.3.85 – POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIA - SERRA DO ESPINHAÇO, 2000 (%)

MUNICÍPIOS	CATEGORIAS						
	E	CC	SC	CP	SC + CP	SR	CPr
Aracatu	0,0	7,0	2,0	21,0	48,0	8,0	38,0
Brumado	2,0	25,0	37,0	25,0	61,0	6,0	5,0
Caetité	2,0	14,0	29,0	28,0	57,0	10,0	17,0
Dom Basílio	1,0	8,0	29,0	34,0	63,0	23,0	5,0
Ibiassucê	0,0	24,0	31,0	26,0	58,0	7,0	11,0
Igaporã	1,0	8,0	53,0	31,0	84,0	3,0	4,0
Ituaçu	1,0	10,0	32,0	32,0	64,0	15,0	11,0
Lagoa Real	0,0	7,0	28,0	38,0	66,0	15,0	12,0
Livramento de Nossa Senhora	1,0	18,0	36,0	28,0	65,0	10,0	6,0
Matina	0,0	6,0	31,0	25,0	56,0	13,0	25,0
Pindaí	0,0	19,0	26,0	35,0	60,0	10,0	10,0
Rio do Antônio	0,0	11,0	23,0	11,0	34,0	3,0	52,0
Serra do Espinhaço	1,0	16,0	32,0	27,0	59,0	10,0	14,0
All	2,0	23,0	37,0	26,0	63,0	5,0	7,0
Bahia	2,0	26,0	34,0	25,0	59,0	6,0	7,0
Tocantins	2,0	19,0	45,0	22,0	67,0	4,0	8,0

Legenda: E: Empregador; CC: Com Carteira; SC: Sem Carteira; CP: Conta Própria; SR: Sem Rendimento; CPr: Consumo Próprio.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

A região Médio Rio de Contas, juntamente com o sul tocaninense, apresentou a maior proporção de trabalhadores informais: 68,0% (ver Tabela 5.3.86). O principal município da região é Jequié. Apesar do nível elevado de trabalhadores informais (63,0%), o município apresentou um baixo nível de trabalhadores sem rendimento (2,0%) e uma proporção de trabalhadores com carteira assinada (30,0%) acima da média da Área de Influência (23,0%) e acima da média do estado da Bahia (26,0%).

TABELA 5.3.86 – POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIA - MÉDIO RIO DE CONTAS, 2000 (%)

MUNICÍPIOS	CATEGORIAS						
	E	CC	SC	CP	SC + CP	SR	CPr
Barra da Estiva	1,0	5,0	45,0	32,0	76,0	13,0	4,0
Contendas do Sincorá	2,0	9,0	42,0	24,0	66,0	21,0	2,0
Iramaia	2,0	10,0	54,0	21,0	75,0	3,0	10,0
Jequié	3,0	30,0	35,0	28,0	63,0	2,0	2,0
Manoel Vitorino	0,0	12,0	41,0	35,0	76,0	5,0	7,0
Maracás	1,0	12,0	49,0	34,0	83,0	4,0	1,0
Mirante	1,0	7,0	20,0	13,0	32,0	18,0	42,0
Tanhaçu	1,0	7,0	56,0	30,0	86,0	1,0	4,0
Médio Rio de Contas	2,0	20,0	40,0	28,0	68,0	5,0	5,0
All	2,0	23,0	37,0	26,0	63,0	5,0	7,0
Bahia	2,0	26,0	34,0	25,0	59,0	6,0	7,0
Tocantins	2,0	19,0	45,0	22,0	67,0	4,0	8,0

Legenda: E: Empregador; CC: Com Carteira; SC: Sem Carteira; CP: Conta Própria; SR: Sem Rendimento; CPr: Consumo Próprio.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

A região Mata Atlântica, junto com a região da Serra do Espinhaço, apresentou um índice de trabalho informal de 59,0%, o menor das seis regiões. A região Mata Atlântica também apresentou a maior participação de trabalhadores com carteira assinada (34,0%), valor superior à média da Área de Influência (23,0%) e à do Estado da Bahia (26,0%).

Os municípios de Itabuna e Ilhéus apresentaram níveis maiores de formalização no mercado de trabalho (ver Tabela 5.3.87), e, portanto, os menores índices de trabalho informal (55,0% e 56,0%, respectivamente) e os maiores índices de trabalhadores com carteira assinada (40,0% e 37,0%, respectivamente).

TABELA 5.3.87 – POPULAÇÃO OCUPADA POR CATEGORIA MATA ATLÂNTICA, 2000 (%)

MUNICÍPIOS	CATEGORIAS						
	E	CC	SC	CP	SC + CP	SR	CPr
Aiquara	0,0	23,0	48,0	22,0	69,0	5,0	2,0
Aurelino Leal	0,0	26,0	47,0	22,0	69,0	3,0	2,0

MUNICÍPIOS	CATEGORIAS						
	E	CC	SC	CP	SC + CP	SR	CPr
Barra do Rocha	2,0	30,0	47,0	17,0	64,0	3,0	1,0
Barro Preto	0,0	27,0	48,0	22,0	60,0	5,0	1,0
Gongogi	0,0	25,0	49,0	18,0	67,0	5,0	3,0
Ibirapitanga	2,0	21,0	41,0	22,0	63,0	9,0	4,0
Ilhéus	2,0	37,0	30,0	26,0	56,0	3,0	2,0
Ipiaú	3,0	24,0	42,0	27,0	69,0	3,0	1,0
Itabuna	3,0	40,0	31,0	24,0	55,0	2,0	0,0
Itacaré	1,0	17,0	37,0	34,0	71,0	7,0	4,0
Itagi	2,0	16,0	56,0	22,0	78,0	4,0	0,0
Itagibá	1,0	25,0	59,0	14,0	73,0	1,0	1,0
Itajuípe	0,5	26,0	58,0	18,0	44,0	2,0	0,5
Jitaúna	1,0	18,0	49,0	25,0	74,0	1,0	6,0
Maraú	0,0	15,0	52,0	18,0	70,0	1,0	1,0
Ubaitaba	2,0	29,0	40,0	24,0	64,0	3,0	2,0
Ubatã	2,0	27,0	45,0	22,0	67,0	2,0	2,0
Uruçuca	0,0	36,0	39,0	21,0	61,0	1,0	2,0
Mata Atlântica	2,0	34,0	35,0	24,0	59,0	3,0	1,0
All	2,0	23,0	37,0	26,0	63,0	5,0	7,0
Bahia	2,0	26,0	34,0	25,0	59,0	6,0	7,0
Tocantins	2,0	19,0	45,0	22,0	67,0	4,0	8,0

Legenda: E: Empregador; CC: Com Carteira; SC: Sem Carteira; CP: Conta Própria; SR: Sem Rendimento; CPr: Consumo Próprio.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

▪ POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, RENDA E EMPREGO

Os dados mais recentes referentes à População Economicamente Ativa - PEA, níveis de emprego e renda em nível municipal são os dados do Censo Demográfico de 2000, realizado pelo IBGE. Dentre as variáveis de importância para o entendimento do mercado de trabalho do País, o Censo Demográfico de 2000 mensurou a população em idade ativa, a população economicamente ativa e as taxas de ocupação e desocupação da população economicamente ativa.

No Censo, foi considerada como ocupada a pessoa que trabalhou nos últimos 12 meses anteriores à data de referência ou parte deles. A pessoa que não trabalhou nos 12 meses anteriores à data de referência, mas que tomou, no mesmo período, alguma providência para encontrar trabalho foi considerada como desocupada (IPEADATA, 2009). A população economicamente ativa (PEA) é resultado da soma das pessoas ocupadas e desocupadas e corresponde ao potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo (IBGE, 2009). E a população em idade ativa é o conjunto da população com idade a partir de dez anos (SINE, 2009).

A PEA da Área de Influência em 2000 correspondia a 804.661 pessoas (ver Tabela 5.3.88), sendo o sul tocaninense a região com a menor PEA (72.552

indivíduos) e a Mata Atlântica a região com a maior parcela da PEA da Área de Influência (291.502 indivíduos).

A taxa de participação (proporção entre a PEA e a população em idade ativa) da Área de Influência (51,3%) está abaixo da média nacional (57,3%), o mesmo ocorrendo para cada uma das regiões que compõem a Área de Influência. A região Sul Tocantinense possui a maior taxa de participação (56,9%) e a região da Mata Atlântica, a menor (46,7%).

Em relação às porções estaduais da Área de Influência, enquanto a taxa de participação da região Sul Tocantinense (56,9%) é superior à taxa de participação do estado do Tocantins (56,2%), apenas a taxa de participação da Região Oeste Baiano (55,2%) é superior à média do estado da Bahia (54,8%).

O nível de desemprego – estimado como a taxa de desocupação da PEA – da Área de Influência (15,6%) foi superior à média brasileira (15,3%) para o ano de 2000. Em relação às porções estaduais da Área de Influência, o nível de desemprego da região Sul Tocantinense (14,5%) é semelhante ao nível do estado do Tocantins (14,3%). Na porção baiana da Área de Influência, algumas regiões têm o nível de desemprego acima e outras abaixo da média do estado. Por exemplo, enquanto o nível de desemprego médio do estado da Bahia é de 18,4%, a região da Mata Atlântica tem nível de 22,6%, e a região Serra do Espinhaço, de 11,7%. As regiões da Mata Atlântica e da Serra do Espinhaço são também as regiões com o maior e o menor nível de desemprego de toda a Área de Influência, respectivamente.

Na Área de Influência, quatro municípios detêm uma PEA superior a 50.000 pessoas. Estes municípios são, por ordem decrescente da PEA, Ilhéus (93.918), Itabuna (89.410), Jequié (65.216) e Barreiras (57.220). Esses quatro municípios correspondem, juntos, a aproximadamente 40,0% da PEA da Área de Influência. Nos três maiores municípios, o nível de desemprego está acima da média da Área de Influência (17,6%). Em Ilhéus, o nível de desemprego corresponde a 22,4%, enquanto que, em Itabuna e em Jequié, esse nível é de 24,7% e 23,4%, respectivamente. Esse quadro não se repete no município com a quarta maior PEA no ano 2000. Em Barreiras, o nível de desemprego correspondia a 13,4%, abaixo do nível da Área de Influência (17,6%) do estado da Bahia (18,4%) e do Brasil (15,3%).

Esses comentários estão resumidos na Tabela 5.3.88, abaixo.

TABELA 5.3.88 – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, TAXA DE PARTICIPAÇÃO E NÍVEL DE DESEMPREGO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA, 2000

MUNICÍPIOS DA AII	PEA	Taxa de Participação (%)	Desemprego (Desocupação) (%)
SUL TOCANTINENSE			
Alvorada	3.955	58,5%	13,3%
Arraias	4.341	52,1%	12,2%
Aurora do Tocantins	1.274	50,7%	10,0%

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DAS OBRAS DA FERROVIA OESTE LESTE- EF 334

VOLUME 2L – MEIO SOCIOECONÔMICO

MUNICÍPIOS DA AII	PEA	Taxa de Participação (%)	Desemprego (Desocupação) (%)
Campos Belos	7.755	57,7%	15,8%
Combinado	1.482	41,7%	15,3%
Conceição Tocantins	1.863	59,1%	7,3%
Figueirópolis	2.911	64,8%	19,6%
Gurupi	32.305	62,5%	16,0%
Lavandeira	289	29,8%	40,9%
Novo Alegre	997	56,3%	23,9%
Paraná	4.162	53,9%	5,2%
Peixe	3.411	50,2%	11,7%
Ponte Alta do Bom Jesus	1.786	50,1%	7,8%
Sucupira	731	61,3%	23,3%
Taguatinga	4.729	46,4%	14,6%
Taipas do Tocantins	561	44,1%	7,1%
Sul Tocantinense	72.552	56,9%	14,5%
OESTE BAIANO			
Barreiras	57.220	56,2%	13,4%
Correntina	14.696	61,5%	7,6%
Jaborandi	4.053	50,1%	9,7%
Luis Eduardo Magalhães	-	-	-
São Desidério	5.860	40,6%	11,0%
Oeste Baiano	81.829	55,2%	12,0%
BACIA DO SÃO FRANCISCO			
Bom Jesus da Lapa	23.047	55,0%	17,8%
Carinhanha	9.915	48,7%	14,0%
Coribe	5.527	46,0%	14,2%
Caculé	8.075	50,0%	13,8%
Guanambi	31.783	54,7%	15,9%
Malhada	5.405	46,6%	12,1%
Palmas de Monte Alto	7.128	45,3%	15,6%
Riacho de Santana	9.205	40,7%	13,3%
Santa Maria da Vitória	13.444	41,8%	16,5%
Santana	8.825	46,3%	11,0%
São Félix do Coribe	5.335	57,4%	17,5%
Serra do Ramalho	10.985	45,5%	11,2%
Bacia do São Francisco	138.674	48,1%	14,4%
SERRA DO ESPINHAÇO			
Aracatu	6.155	47,5%	3,1%
Brumado	24.816	48,9%	18,2%
Caetité	18.044	49,9%	11,9%
Dom Basílio	4.663	55,0%	3,9%
Ibiassucê	4.687	44,2%	5,7%
Igaporã	5.495	46,8%	12,7%
Ituaçu	7.424	54,1%	9,1%
Lagoa Real	4.843	48,8%	13,3%
Livramento N. Senhora	14.183	46,3%	10,9%

MUNICÍPIOS DA AII	PEA	Taxa de Participação (%)	Desemprego (Desocupação) (%)
Matina	2.548	33,1%	3,7%
Pindaí	5.788	46,8%	12,4%
Rio do Antônio	5.288	45,2%	8,2%
Serra do Espinhaço	103.934	47,9%	11,7%
MÉDIO RIO DE CONTAS			
Barra da Estiva	11.210	57,2%	4,9%
Contendas do Sincorá	1.668	47,8%	9,4%
Iramaia	6.330	47,0%	10,9%
Jequié	65.216	55,1%	23,4%
Manoel Vitorino	5.516	42,0%	14,6%
Maracás	12.901	50,1%	19,4%
Mirante	5.214	49,5%	19,2%
Tanhaçu	8.315	49,8%	5,7%
Médio Rio de Contas	116.370	52,6%	18,5%
MATA ATLÂNTICA			
Aiquara	1.973	46,7%	13,8%
Aurelino Leal	5.829	44,3%	20,8%
Barra do Rocha	2.713	42,7%	14,1%
Barro Preto	2.941	40,0%	13,5%
Gongogi	3.261	40,7%	29,7%
Ibirapitanga	8.107	48,4%	26,3%
Ilhéus	93.918	52,8%	22,4%
Ipiaú	18.148	51,9%	22,2%
Itabuna	89.410	55,5%	24,7%
Itacaré	7.239	53,0%	9,2%
Itagi	5.491	45,2%	19,7%
Itagibá	6.125	44,9%	18,4%
Itajuípe	8.944	49,8%	17,8%
Jitaúna	6.395	39,6%	24,9%
Maraú	5.618	40,5%	21,8%
Ubaitaba	9.696	52,5%	22,2%
Ubatã	8.477	48,8%	29,4%
Uruçuca	7.217	44,6%	29,0%
Mata Atlântica	291.502	46,7%	22,7%
All	804.661	51,3%	15,6%
Bahia	5.613.079	54,8%	18,4%
Tocantins	487.807	56,2%	14,3%
Brasil	77.467.473	57,3%	15,3%

Fonte: IPEADATA, elaborado a partir do Censo Demográfico 2000, IBGE.

A Tabela 5.3.89 apresenta os níveis de renda per capita para o ano de 2000¹³. O nível de renda per capita da Área de Influência (R\$ 142,00) é inferior à renda per capita do estado do Tocantins (R\$173,00), do estado da Bahia (R\$160,00) e do Brasil (R\$ 297,00). A região com o maior nível de renda per capita é o sul tocaninense (R\$ 173,00), e a com o menor nível a Bacia do São Francisco (R\$102,00). As outras quatro regiões, listadas em ordem decrescente de renda per capita, são a região Mata Atlântica (R\$152), o oeste baiano (R\$ 114,00), o Médio Rio de Contas (R\$113,00) e a Serra do Espinhaço (R\$104).

Em cada região da Área de Influência, o município com o maior nível de renda per capita é também o município mais populoso. No sul tocaninense, o município de Gurupi tem renda per capita de R\$ 242; no oeste baiano, o município de Barreiras tem renda per capita de R\$ 229; na Bacia do São Francisco, o município de Guanambi tem renda per capita de R\$ 153; na Serra do Espinhaço, o município de Brumado tem renda per capita de R\$ 135; no Médio Rio de Contas, o município de Jequié tem renda per capita de R\$ 140; e, na região Mata Atlântica, os municípios de Itabuna e de Ilhéus, os maiores da região, têm renda per capita de R\$ 207 e R\$ 170, respectivamente. Os sete municípios listados são os mais populosos da AII e correspondem a aproximadamente 48,1% de sua população total.

TABELA 5.3.89 - RENDA PER CAPITA (2000) DOS MUNICÍPIOS DA AII

MUNICÍPIOS DA AII	Renda per capita (R\$)
Alvorada	169,00
Arraias	137,00
Aurora do Tocantins	105,00
Campos Belos	148,00
Combinado	131,00
Conceição do Tocantins	92,00
Figueirópolis	145,00
Gurupi	242,00
Lavandeira	56,00
Novo Alegre	140,00
Paraná	88,00
Peixe	121,00
Ponte Alta do Bom Jesus	98,00
Sucupira	143,00
Taguatinga	131,00
Taipas do Tocantins	92,00
Sul Tocantinense	173,00
Barreiras	229,00

¹³ A renda per capita é mensurada como a razão entre o somatório da renda familiar per capita de todos os domicílios e o número total de domicílios no município. A renda familiar per capita de cada domicílio é definida como a razão entre a soma da renda mensal de todos os indivíduos da família residentes no domicílio e o número desses. Valores expressos em reais, de 1º de agosto de 2000 (IPEADATA, 2009).

MUNICÍPIOS DA AII	Renda per capita (R\$)
Correntina	91,00
Jaborandi	63,00
Luís Eduardo Magalhães	0,00
São Desidério	82,00
Oeste Baiano	114,00
Bom Jesus da Lapa	125,00
Carinhanha	65,00
Coribe	56,00
Caculé	145,10
Guanambi	153,00
Malhada	60,00
Palmas de Monte Alto	107,00
Riacho de Santana	70,00
Santa Maria da Vitória	96,00
Santana	98,00
São Félix do Coribe	102,00
Serra do Ramalho	60,00
Bacia do São Francisco	102,00
Aracatu	68,00
Brumado	135,00
Caetité	108,00
Dom Basílio	90,00
Ibiassucê	104,00
Igaporã	100,00
Ituaçu	115,00
Lagoa Real	61,00
Livramento de Nossa Senhora	114,00
Matina	48,00
Pindaí	80,00
Rio do Antônio	70,00
Serra do Espinhaço	104,08
Barra da Estiva	96,00
Contendas do Sincorá	97,00
Iramaia	68,00
Jequié	140,00
Manoel Vitorino	67,00
Maracás	73,00
Mirante	57,00
Tanhaçu	119,00
Médio Rio de Contas	113,00
Aiquara	86,00
Aurelino Leal	63,00
Barra do Rocha	78,00
Barro Preto	84,06
Gongogi	61,00

MUNICÍPIOS DA AII	Renda per capita (R\$)
Ibirapitanga	71,00
Ilhéus	170,00
Ipiaú	135,00
Itabuna	207,00
Itacaré	85,00
Itagi	87,00
Itagibá	75,00
Itajuípe	97,82
Jitaúna	71,00
Maraú	95,38
Ubaitaba	99,00
Ubatã	108,00
Uruçuca	84,00
Mata Atlântica	152,00
All	142,00
Bahia	160,00
Tocantins	173,00
Brasil	297,00

Fonte: IPEADATA. Elaborado a partir do Censo Demográfico 2000, IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios 2005, IBGE.

▪ **ATIVIDADES PRODUTIVAS DAS COMUNIDADES ATINGIDAS**

Na medida em que a locação da obra só será efetuada após a emissão da Licença para a realização de picadas e o detalhamento do projeto básico, após a concessão da Licença de Instalação, não é possível caracterizar as atividades produtivas das comunidades atingidas. A identificação dessas está condicionada à realização dos cadastros topográficos e detalhamento do projeto básico.

▪ **VETORES DE CRESCIMENTO E INTERFERÊNCIAS COM O EMPREENDIMENTO**

Os vetores de crescimento, do ponto de vista econômico, são o agronegócio e as atividades minerárias. O agronegócio inclui, além do cultivo, outras atividades associadas, tais como o beneficiamento, a armazenagem, o transporte e a comercialização da *commodity*. Ou seja, a atividade do agronegócio fomenta uma cadeia produtiva ao longo dos setores da indústria, do comércio e dos serviços, formando o chamado Complexo Agroindustrial. Isso é extremamente relevante na AII, pois grande parte desses setores é estimulada pela agropecuária.

São expressivas as regiões do oeste baiano (soja, milho e algodão) e do sul tocaninense. Nessa última, o setor agropecuário tem participação de 13% no valor adicionado, bem superior à média nacional, na qual se destaca a pecuária bovina e, em menor escala, a soja. A participação de 33,0% da indústria se deve à relevante participação de Gurupi, com unidades de abate e corte de carnes e beneficiamento de grãos.

No Litoral Sul, notadamente em Ilhéus e Itabuna, a cultura do cacau é predominante. Ilhéus é ainda um importante pólo de informática com mais de 60 empresas fabricantes de componentes de informática e um parque industrial de transformação de amêndoas de cacau, onde atuam empresas como Cargill, Joanes e Barry Callebaut.

Na Serra do Espinhaço, a participação industrial é significativa, devido à indústria extrativa mineral. Em Brumado e Caetité, localiza-se uma importante atividade mineradora, destacando-se a produção de magnesita, granito, urânio e cimento.

A construção da Ferrovia visa obter impactos francamente positivos no meio antrópico, único beneficiário da obra propriamente dita. O objetivo principal é interligar o Litoral Atlântico Baiano, nas proximidades de Ilhéus, com a região Sul – Amazônica por meio de outra Ferrovia, entre Uruaçu e Vilhena, já no estado de Rondônia, perfazendo um trajeto superior a três mil quilômetros e servindo todo o interior brasileiro. Pretende-se, com elas, aumentar ainda mais as distâncias médias hoje percorridas pelas cargas nas ferrovias brasileiras, com reflexos positivos para a competitividade dos produtos brasileiros no exterior. **Nesse sentido, os vetores de crescimento identificados na AII serão ainda mais potencializados com a implantação da Ferrovia.**